

# A IMAGEM DO IMATERIAL

---

A loja numa perspectiva holística do património cultural

Ana Moreno

Dissertação para a Obtenção de Grau de Mestre em Design da Imagem

Orientação: Professor Doutor Heitor Alvelos

Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

Porto, 2009





*“Existirá alguém tão esperto que aprenda pela experiência dos outros?”*

**Voltaire**



## **AGRADECIMENTOS**

---

A dissertação agora apresentada resulta também de uma recolha diversificada de entrevistas e assim sendo gostaria de aqui deixar expresso o meu agradecimento a todos aqueles que generosamente contribuíram.

Gostaria de agradecer ao Professor Doutor Heitor Alvelos, orientador desta dissertação, cujo acompanhamento, incentivo e apoio foram fundamentais no desenvolvimento e conclusão deste projecto.

Aos colegas de mestrado, Ana Lopes, Manuel Brázio e Rita Bastos, pelas palavras de incentivo e troca de experiências.

À Sónia Cherpe, por ser quem é, a minha melhor amiga.

A todos os meus amigos que calorosamente me escutaram e apoiaram, com especial destaque para Helena Lobo e Luís Rodrigues.

E, finalmente, gostaria de agradecer à minha família, em especial aos meus irmãos, António Moreno e Joaquim Moreno, pela paciência, ao meu pai, António Moreno, pelo apoio, preocupação e carinho, e à minha mãe, Arminda Moreno, a quem dedico um agradecimento sem detalhe porque só o todo faz sentido, sem adjectivos porque os que existem são poucos e sem tamanho porque é incomensurável.



## RESUMO

---

A investigação tem lugar no Porto, cidade em plena requalificação urbana que se desenvolve em torno de um centro histórico classificado pela UNESCO como património da humanidade. O tema de estudo surge da vontade/necessidade de preservar espaços, neste caso em concreto lojas tradicionais, dinâmicas de produção, exposição e venda, que fomentem e reforcem a identidade, a diversidade e a memória cultural de uma metrópole.

A intenção subjacente a este trabalho reparte-se pela possibilidade de observar a loja numa perspectiva holística do património cultural, abarcando assim a componente material e a imaterial, e pelo papel que os repertórios visuais possam desempenhar na discussão, crítica, preservação e divulgação deste património.

O caso de estudo, a loja Cardoso Cabeleireiro, apresenta-se como um exemplo de loja onde podemos encontrar a componente imaterial do património cultural e, como tal, é o sujeito de todas as imagens que se apresentam.

A dupla componente do património cultural: a material e a imaterial, parte do pressuposto de que a herança cultural da humanidade se organiza em dois grupos: o primeiro diz respeito a “objectos” físicos quantificáveis e palpáveis, quer seja um edifício, uma paisagem ou uma escavação arqueológica, e o segundo diz respeito às diferentes manifestações intangíveis da cultura, sejam estas acontecimentos, técnicas ou saberes. Nesta perspectiva podemos observar os bens imateriais como o contexto vivo onde os bens materiais se inserem.

O caso de estudo, a loja Cardoso Cabeleireiro, abriu ao público em 1906 na rua do Bonjardim e desde então vende e produz artesanalmente cabeleiras. É a manufatura que permite à Cardoso Cabeleiro apresentar-se como uma loja onde podemos encontrar a componente imaterial do património cultural.

As imagens dípticas que se apresentam, ilustram, a partir do confronto, as dúvidas e questões colocadas ao longo da investigação e constroem-se tendo por base uma ou mais fotografias do caso de estudo. A intenção é que estas imagens, bem como o discurso elaborado sobre as mesmas, permitam: desenvolver um discurso em torno da loja tradicional e do património cultural imaterial e construir um repertório visual que discuta e critique os conceitos abordados sem procurar o registo documental.

O trabalho desenrolou-se em quatro fases:

1ª – Consulta de bibliografia específica para compreender a evolução do comércio a retalho na cidade do Porto, o contexto histórico/actual do património cultural e a histórica relação

entre património cultural e imagem fixa;

2<sup>a</sup> – Organização de entrevistas (a investigadores e comerciantes), visitas de campo e consultas bibliográficas que permitiram observar a dupla componente do património cultural numa loja de comércio a retalho;

3<sup>a</sup> – Observação e recolha de imagens da loja Cardoso Cabeleireiro;

4<sup>a</sup> – Desenvolvimento das imagens dípticas que ilustram as dúvidas/questões colocadas ao longo da investigação.

Do trabalho efectuado conclui-se que para observar a componente imaterial do património cultural numa loja de comércio a retalho é necessário, em primeiro lugar, que a actividade inclua venda e produção artesanal.

Palavras-chave: Porto, comércio a retalho, loja tradicional, Cardoso Cabeleireiro, cabeleiras, centro histórico, património cultural, bens materiais, bens imateriais, Lei Portuguesa n.º 107/01, convenção para o património cultural imaterial da UNESCO, imagem fixa, imagem díptica, repertórios visuais.

## ABSTRACT

---

This research was carried out in Porto, a city immersed in a full urban renewal developing around an historical centre classified by UNESCO as a world heritage site. The theme of the study derives from the will/necessity to preserve spaces, more particularly traditional commercial spaces, production dynamics, display and sale, capable of promoting and reinforcing the identity, diversity and cultural reminiscence of the city.

The underlying objectives of this study are split between the possibility of observing a commercial space through a comprehensive perspective of cultural heritage, encompassing both the tangible and the intangible component; and the possible role that visual documentation can play in the debate, critique, preservation, and dissemination of this heritage.

The case study, Cardoso Cabeleireiro (Cardoso Hairdresser), is an example of a shop where we can find the intangible factor of cultural heritage and, as such, it is the theme for all images used.

The double component of cultural heritage: tangible and intangible, is based on the premise that the world cultural heritage can be organized in two groups. The first refers to countable and tangible physical “objects”, whether we speak of a building, a landscape or an archeological site, the second refers to the intangible manifestation of culture such as events techniques or know-how. From this perspective we can view intangible assets as the living context where tangible assets integrate.

The case study, Cardoso hairdresser, first opened to the general public in 1906 at Bonjardim street and since then sells and produces handcrafted wigs. This handcraft work is the factor that turns Cardoso hairdresser in a space where we can find the intangible component of cultural heritage.

The diptych images presented illustrate, from a confrontational perspective, the doubts and questions rose along the investigation and are shaped over one or more pictures from the case study. Our purpose is that these questions, along with the dissertation on the same subject enable: to foment a debate on the theme of traditional commercial spaces and the intangible cultural heritage constructing a visual repertoire that analyses and critiques the concepts discussed without the seeking for documental records.

The study was carried out in four stages:

1st – Analysis of specific bibliography in order to understand the evolution of Porto’s retail commerce, to apprehend the historical/current context of cultural heritage and the historic relation between cultural heritage and image;

2nd – systematization of interviews (to researchers and retailers), field trips, and bibliography research, which enabled the study of the double component of cultural heritage in a retail shop;

3rd – study and collection of images from Cardoso Cabeleireiro (Cardoso Hairdresser);

4th – conception of diptych images that demonstrate the questions/doubts raised along the research process.

From the work developed it is possible to conclude that to study the intangible factor of cultural heritage in a retail shop it is crucial that the activity includes the sale and handcraft production.

Keywords: Porto, retail commerce, traditional commercial space, Cardoso hairdresser, wigs, historical centre, world heritage, tangible assets, intangible assets, Portuguese Law no. 107/01, UNESCO Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, still image, diptych image, visual repertoires



## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Feira dos bois – Arquivo Casa do Infante.....	31
<b>Figura 2:</b> Ilustração da abertura da Avenida dos Aliados – Arquivo Casa do Infante.....	33
<b>Figura 3:</b> Foto da Rua 31 de Janeiro – rua perpendicular à Avenida do Aliados – Arquivo Casa do Infante.....	35
<b>Figura 4:</b> Biblioteca Imperial do Louvre, Paris 1865–57, Édouard Baldes – MMA.....	73
<b>Figura 5:</b> Pavilhão Mollieu, Louvre, Paris 1859, Gustave Le Gray – Getty Museum.....	74
<b>Figura 6:</b> Figuras da Catedral de Chartres, 1852, Henri Le Secq – MMA.....	74
<b>Figura 7:</b> Jouer d’orgue, Paris, 1898–99, Eugène Atget – nicephotomag.....	75
<b>Figura 8:</b> Avenida “Des Gobelins”, 1927, Eugène Atget – MMA.....	76
<b>Figura 9:</b> Black Canyon, EUA, 1871, Timothy O’Sullivan – MMA.....	77
<b>Figura 10:</b> Programa Theasaurus, Enciclopédia Brittanica, versão on-line.....	85

As seguintes imagens são da autoria de Ana Moreno

<b>Figura 11:</b> Fachada da À Noiva.....	92
<b>Figura 12:</b> Fachada da Casa Hortícola.....	95
<b>Figura 13:</b> Fachada da Drogaria Louzada.....	96
<b>Figura 14:</b> Fachada da Cabeleireiro Sousa.....	97
<b>Figura 15:</b> Fachada da Cardoso Cabeleireiro.....	98
<b>Figura 16:</b> Fachada da Machado Joalheiro.....	99
<b>Figura 17:</b> Interior da Casa Hortícola.....	101
<b>Figura 18:</b> Interior da Casa Hortícola.....	102
<b>Figura 19:</b> Interior da Casa Hortícola.....	102
<b>Figura 20:</b> Interior da Drogaria Louzada.....	103
<b>Figura 21:</b> Interior da Drogaria Louzada.....	104
<b>Figura 22:</b> Interior da Drogaria Louzada.....	104
<b>Figura 23:</b> Interior da Cabeleireiro Sousa.....	105
<b>Figura 24:</b> Interior da Cabeleireiro Sousa.....	106
<b>Figura 25:</b> Interior da Cabeleireiro Sousa.....	106
<b>Figura 26:</b> Interior da Cardoso Cabeleireiro.....	107
<b>Figura 27:</b> Interior da Cardoso Cabeleireiro.....	108
<b>Figura 28:</b> Interior da Cardoso Cabeleireiro.....	108
<b>Figura 29:</b> Interior da Machado Joalheiro.....	109
<b>Figura 30:</b> Interior da Machado Joalheiro.....	110
<b>Figura 31:</b> Interior da Machado Joalheiro.....	110
<b>Figura 32:</b> Casa de Margaride em Felgueiras.....	112
<b>Figura 33:</b> Zona de produção da Casa de Margaride em Felgueiras.....	113

## **ÍNDICE DE SIGLAS**

---

ASAE – Autoridade de Segurança Alimentar e Económica  
CAE – Classificação Portuguesa de Actividades Económicas  
CMP – Câmara Municipal do Porto  
CRAT – Centro Regional de Artes Tradicionais  
DGEMN – Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais  
DRCA – Direcção Regional de Cultura do Alentejo  
IGESPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico  
IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis  
IMT – Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Imóveis  
IPA – Instituto Português de Arqueologia  
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico  
IPPC – Instituto Português do Património Arqueológico  
IVA – Imposto sobre o Valor Acrescentado  
MMA – Metropolitan Museum of Art  
PDM – Plano Director Municipal  
SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto  
UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization  
WIPO – World Intellectual Property Organization

## ÍNDICE

Agradecimentos .....	5
Resumo .....	7
Abstract .....	9
Índice de figuras .....	11
Índice de siglas .....	12

## 1. INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação da hipótese .....	21
1.2 Opção por lojas antigas .....	21
1.3 Opção pela cidade do Porto .....	23
1.4 Opção pelo património cultural imaterial .....	23
1.5 Opção pela imagem fixa .....	24
1.6 Escolha do caso de estudo .....	25
1.7 Pertinência do trabalho .....	25
1.8 Metodologia adoptada .....	25
1.9 Fontes consultadas .....	26
1.10 Estrutura geral da dissertação .....	26
1.11 Objectivos .....	27
1.11.1 Objectivo geral .....	27
1.11.2 Objectivos específicos .....	27

## 2. O COMÉRCIO A RETALHO NA CIDADE DO PORTO

2.1 O emergir do comércio a retalho .....	31
2.2 O apogeu da “Baixa” .....	33
2.3 A globalização do sector terciário e consequente perda de valor do centro histórico.....	36
2.4 A homogeneização das paisagens urbanas .....	37
2.5 A diferenciação dos espaços comerciais .....	38

## 3. O PATRIMÓNIO CULTURAL – contexto internacional

3.1 Do Material ao Imaterial .....	43
3.2 Das “Antiguidades” às “Antiguidades” Nacionais .....	44

3.3 A Revolução Francesa .....	45
3.4 A Revolução Industrial .....	47
3.5 A primeira metade do século XX .....	47
3.6 A Convenção da UNESCO de 1972 .....	48
3.7 Resumo dos avanços históricos .....	48
3.8 A convenção da UNESCO dedicada ao Património Imaterial – 2003 – Antecedentes. 49	
3.9 A convenção da UNESCO dedicada ao Património Imaterial – 2003 .....	51
3.10 A convenção da UNESCO dedicada ao Património Imaterial – 2003 – Crítica .....	53

#### **4. O PATRIMÓNIO CULTURAL – contexto nacional**

4.1 De D. João V à lei n° 153/85.....	59
4.2 A Lei Portuguesa n°107/01.....	59
4.2.1 Património cultural, conceito e âmbito .....	60
4.2.2 Os bens culturais, conceito e âmbito .....	61
4.2.3 Os bens imateriais, conceito e âmbito .....	61
4.2.4 Categoria de bens .....	63
4.2.5 Discrepância legislativa entre bens culturais e imateriais .....	64
4.2.6 Principais factores de discrepância .....	65
4.3 A realidade local: da classificação aos incentivos fiscais .....	65
4.3.1 A realidade da secção de património cultural da CMP .....	66
4.3.2 A realidade da SRU .....	67
4.3.3 Os benefícios fiscais .....	68

#### **5. A IMAGEM DO PATRIMÓNIO CULTURAL**

5.1 A imagem do material .....	73
5.2 A imagem do imaterial .....	79

#### **6. DO COMÉRCIO TRADICIONAL À LOJA PATRIMÓNIO**

6.1 O comércio tradicional/o comércio moderno .....	85
6.2 A loja tradicional .....	89
6.3 A loja património .....	93
6.3.1 A Loja .....	66
6.3.2 Loja – Património cultural material .....	100
6.3.3 Loja – Património cultural imaterial .....	111

## **7. METODOLOGIA**

7.1	Antecedentes .....	117
7.2	A introdução do termo Património .....	118
7.3	Contextualização e pesquisa de conceitos .....	119
7.3.1	O comércio a retalho na cidade do Porto .....	119
7.3.2	O património cultural .....	120
7.3.3	A imagem e o património cultural .....	121
7.3.4	As visitas às lojas .....	122
7.4	Discussão de conceitos .....	122
7.4.1	O comércio tradicional e a tradição no comércio .....	122
7.4.2	O Património Imaterial na Lei Portuguesa .....	123
7.4.3	A loja Património .....	123
7.4.4	A loja Cardoso Cabeleireiro .....	124

## **8. UM CASO DE ESTUDO PARA ILUSTRAÇÃO DE CONCEITOS – A LOJA CARDOSO CABELEIREIRO**

8.1	A actividade da Cardoso Cabeleireiro .....	129
8.2	A produção artesanal de cabeleiras como património cultural imaterial .....	130
8.3	“Moldes” de uma possível classificação da actividade da loja Cardoso Cabeleireiro .....	131

## **9. A ILUSTRAÇÃO DE CONCEITOS**

9.1	A captação de imagens e a composição díptica .....	137
9.2	A feira e a loja .....	138
9.3	A propriedade do património cultural .....	138
9.4	O passado e o presente/futuro .....	140
9.5	O global e o local .....	142
9.6	A recriação do gesto .....	144
9.7	O Imaterial no museu .....	146
9.8	A Hierarquização do património cultural imaterial .....	148
9.9	Do campo ao burgo .....	150

## **10. CONCLUSÃO E PERSPECTIVAS FUTURAS**

10.1	O rever da hipótese .....	157
------	---------------------------	-----

10.2	O rever da pertinência .....	157
10.3	O rever da metodologia .....	157
10.4	O rever dos objectivos .....	158
10.5	Perspectivas Futuras .....	158
11.	<b>BIBLIOGRAFIA .....</b>	<b>165</b>
12.	<b>ANEXOS .....</b>	<b>177</b>
13	<b>IMAGENS DE UM PERCURSO .....</b>	<b>213</b>





MIND CONTROL  
IMPACT TOUR

**TALAMASCA**  
(Mind Control - FR)

**TALAMASCA**  
vs **XSi**  
(Mind Control - FR)

**XSi**  
(Mind Control - FR)

Log in: 15 Oracles

9 MAIO 2008 Porto Rio, Porto  
10 MAIO 2008 Espaço DOMUS, Lisboa  
Rua da Cintura do Porto Lisboa  
Matinha, Poço Bispo

MIND CONTROL  
IMPACT TOUR

**TALAMASCA**  
(Mind Control - FR)

**TALAMASCA**  
vs **XSi**  
(Mind Control - FR)

**XSi**  
(Mind Control - FR)

Log in: 15 Oracles

9 MAIO 2008 Porto Rio, Porto  
10 MAIO 2008 Espaço DOMUS, Lisboa  
Rua da Cintura do Porto Lisboa  
Matinha, Poço Bispo

MIND CONTROL  
IMPACT TOUR

**TALAMASCA**  
(Mind Control - FR)

**TALAMASCA**  
vs **XSi**  
(Mind Control - FR)

**XSi**  
(Mind Control - FR)

Log in: 15 Oracles

9 MAIO 2008 Porto Rio, Porto  
10 MAIO 2008 Espaço DOMUS, Lisboa  
Rua da Cintura do Porto Lisboa  
Matinha, Poço Bispo

OPEN AIR

**big up**  
DRUM 'N' BASS

**DJ MARKY**  
MC DARRISON  
BAD COMPANY UK  
XAMPLE

SUBWAY: PATMAC: ZEDULHAS  
19 JULHO  
EDIFÍCIO TRANSPARENTE PRIMA

OPEN AIR

**big up**  
DRUM 'N' BASS

**DJ MARKY**  
MC DARRISON  
BAD COMPANY UK  
XAMPLE

SUBWAY: PATMAC: ZEDULHAS  
19 JULHO  
EDIFÍCIO TRANSPARENTE PRIMA

**GREAT SHAKIN' FEVER** 9 A 13 JULHO 2008  
GAT'S ROCK'N'ROLL SUMMER WEEKENDER

"ROCKABILLY QUEEN"

**WANDA JACKSON**

TOP BANDS FROM EUROPE

THE MEAN DEVILS • 49 SPECIAL  
RICKY NORTON • THE FOUR DOTS  
THE DIXIE BOYS • MR. WHIZ  
THE HOUND DOGS • HIGH NOTES  
CHARLIE MIGHTONE

Tríp Porto Expo  
Rua da Alameda, 9450-001 Loures de Matosinhos

GREAT SHAKIN' FEVER @ PORTO RIO  
12 Julho 22h THE EL WHIRLS  
13 Julho 22h THE EL WHIRLS  
PORTO RIO - INSCRIÇÃO 14.000-15.000

QUANTO A ALMOÇO QUANTO A ALMOÇO QUANTO A ALMOÇO  
5€ 5€ 5€

PRÉSTIO ESPECIAL FESTIVAL 14 dias - 40 €

**GREAT SHAKIN' FEVER** 9 A 13 JULHO 2008  
GAT'S ROCK'N'ROLL SUMMER WEEKENDER

"ROCKABILLY QUEEN"

**WANDA JACKSON**

TOP BANDS FROM EUROPE

THE MEAN DEVILS • 49 SPECIAL  
RICKY NORTON • THE FOUR DOTS  
THE DIXIE BOYS • MR. WHIZ  
THE HOUND DOGS • HIGH NOTES  
CHARLIE MIGHTONE

Tríp Porto Expo  
Rua da Alameda, 9450-001 Loures de Matosinhos

GREAT SHAKIN' FEVER @ PORTO RIO  
12 Julho 22h THE EL WHIRLS  
13 Julho 22h THE EL WHIRLS  
PORTO RIO - INSCRIÇÃO 14.000-15.000

QUANTO A ALMOÇO QUANTO A ALMOÇO QUANTO A ALMOÇO  
5€ 5€ 5€

PRÉSTIO ESPECIAL FESTIVAL 14 dias - 40 €

OPEN AIR

**big up**  
DRUM 'N' BASS

**DJ MARKY**  
MC DARRISON  
BAD COMPANY UK  
XAMPLE

SUBWAY: PATMAC: ZEDULHAS  
19 JULHO  
EDIFÍCIO TRANSPARENTE PRIMA

OPEN AIR

**big up**  
DRUM 'N' BASS

**DJ MARKY**  
MC DARRISON  
BAD COMPANY UK  
XAMPLE

SUBWAY: PATMAC: ZEDULHAS  
19 JULHO  
EDIFÍCIO TRANSPARENTE PRIMA

**GREAT SHAKIN' FEVER** 9 A 13 JULHO 2008  
GAT'S ROCK'N'ROLL SUMMER WEEKENDER

"ROCKABILLY QUEEN"

**WANDA JACKSON**

TOP BANDS FROM EUROPE

THE MEAN DEVILS • 49 SPECIAL  
RICKY NORTON • THE FOUR DOTS  
THE DIXIE BOYS • MR. WHIZ  
THE HOUND DOGS • HIGH NOTES  
CHARLIE MIGHTONE

Tríp Porto Expo  
Rua da Alameda, 9450-001 Loures de Matosinhos

GREAT SHAKIN' FEVER @ PORTO RIO  
12 Julho 22h THE EL WHIRLS  
13 Julho 22h THE EL WHIRLS  
PORTO RIO - INSCRIÇÃO 14.000-15.000

QUANTO A ALMOÇO QUANTO A ALMOÇO QUANTO A ALMOÇO  
5€ 5€ 5€

PRÉSTIO ESPECIAL FESTIVAL 14 dias - 40 €

**GREAT SHAKIN' FEVER** 9 A 13 JULHO 2008  
GAT'S ROCK'N'ROLL SUMMER WEEKENDER

"ROCKABILLY QUEEN"

**WANDA JACKSON**

TOP BANDS FROM EUROPE

THE MEAN DEVILS • 49 SPECIAL  
RICKY NORTON • THE FOUR DOTS  
THE DIXIE BOYS • MR. WHIZ  
THE HOUND DOGS • HIGH NOTES  
CHARLIE MIGHTONE

Tríp Porto Expo  
Rua da Alameda, 9450-001 Loures de Matosinhos

GREAT SHAKIN' FEVER @ PORTO RIO  
12 Julho 22h THE EL WHIRLS  
13 Julho 22h THE EL WHIRLS  
PORTO RIO - INSCRIÇÃO 14.000-15.000

QUANTO A ALMOÇO QUANTO A ALMOÇO QUANTO A ALMOÇO  
5€ 5€ 5€

PRÉSTIO ESPECIAL FESTIVAL 14 dias - 40 €





## I CAPÍTULO - Introdução

CONTROL  
CT TOUR

**MASCA**  
and Control - Fri

**MASCA**  
**XSi**  
and Control - Fri

**XSi**  
Mind Control - Fri

in: 15 Oracles

Porto Rio, Porto

Espaço DOMUS, Lisboa  
Rua da Cintura do Porto Lisboa  
Matinhã, Poço Bispo

**9 A 13 JULHO 2008**  
PORTO, PORTUGAL

**GREAT SHAKIN' FEVER**  
SAT & SUN WEEKEND

**ROCKABILLY QUEEN**  
**WANDA JACKSON**

TOP SONGS FROM EUROPE

THE MEAN DEVILS • 40 SPECIAL  
RICKY NORTON • THE FOUR DOTS  
THE DIXIE BOYS • MS. WHIZ  
THE HOUND DOGS • HIGH NOTES  
CHARLIE MIGHTONE

**Tryp Porto Expo** \*\*\*  
Batalha de Espinho, 4550-001 São da Pedreira

**GREAT SHAKIN' FEVER • PORTO RIO**  
2 Julho, 22.0  
THE EL WIZARDS  
PORTO RIO - 4550-001 São da Pedreira

QUARTA 2 JULHO 22.0  
SEXTA 3 JULHO 22.0  
SÁBADO 4 JULHO 22.0  
DOMINGO 5 JULHO 20.0

PRÉCIO ESPECIAL FESTIVAL 14 dias - 40 €

CSV

**9 A 13 JULHO 2008**  
PORTO, PORTUGAL

**GREAT SHAKIN' FEVER**  
SAT & SUN WEEKEND

**ROCKABILLY QUEEN**  
**WANDA JACKSON**

TOP SONGS FROM EUROPE

THE MEAN DEVILS • 40 SPECIAL  
RICKY NORTON • THE FOUR DOTS  
THE DIXIE BOYS • MS. WHIZ  
THE HOUND DOGS • HIGH NOTES  
CHARLIE MIGHTONE

**Tryp Porto Expo** \*\*\*  
Batalha de Espinho, 4550-001 São da Pedreira

**GREAT SHAKIN' FEVER • PORTO RIO**  
2 Julho, 22.0  
THE EL WIZARDS  
PORTO RIO - 4550-001 São da Pedreira

QUARTA 2 JULHO 22.0  
SEXTA 3 JULHO 22.0  
SÁBADO 4 JULHO 22.0  
DOMINGO 5 JULHO 20.0

PRÉCIO ESPECIAL FESTIVAL 14 dias - 40 €

CSV

**GIA**  
ensivo  
JUNHO

**RIDADE**  
**ESSO**

**7 191**  
HERMETICA.ORG  
DA LIVRE  
ICIAL MIRAGAIA

**577**

**3ª Marcha**  
**Desfile LGBT**  
**no Porto**

**12 Junho 15:00h**  
**PRACA DA REPUBLICA**

Logo of the event and other small text at the bottom.



I

## 1. INTRODUÇÃO

---

### 1.1 Apresentação da hipótese

A dissertação que se apresenta parte da hipótese de repertórios visuais contribuírem para a divulgação, preservação, discussão e crítica do património cultural imaterial, tendo como caso de estudo a casa “Cardoso Cabeleireiro” situada da Rua do Bonjardim na cidade do Porto.

### 1.2 Opção por lojas antigas

A opção por lojas antigas teve como ponto de partida o trabalho “Tempo” realizado na disciplina de Fotografia II, em parceria com a discente Marta Albuquerque e sob a orientação do professor Adriano Rangel. A temática deste trabalho consistia na construção de um mapa visual de um determinado espaço. O espaço eleito foi a loja “Lanifícios do Norte” situada então na rua Passos Manuel. Este estabelecimento já não se encontra nesta rua, por imposição do proprietário do imóvel foi transferido para um espaço próximo da Igreja do Bonfim. Esta mudança de lugar fez-nos sentir que, de alguma forma, tínhamos realizado um trabalho histórico.

A loja “Lanifícios do Norte”, com os seus 8 trabalhadores, entre mais jovens e reformados, donos e empregados, era uma representação viva do comércio de outros tempos. Nesta loja, as novas tecnologias não tinham lugar, o telefone funcionava à manivela, as vassouras eram paus amarrados por uma corda, os bilhetes de envio de mercadoria eram escritos à mão, os catálogos de amostras eram os mesmos da inauguração há mais de setenta anos e o fax era a máquina mais moderna que apresentavam. Os funcionários contavam histórias que julgávamos desaparecidas e tinham um verdadeiro orgulho no quotidiano não tecnológico que viviam. A imagem que trespassava, quando entrávamos porta adentro e cruzávamos os dois pequenos portões de madeira no interior, era o de um espaço mergulhado numa pequena bolha temporal, que nos aliciava a conhecê-lo e nos suscitava uma enorme curiosidade.

Este entusiasmo pelo passado poder-se-á sentir ao vislumbrar um castelo, uma velha casa camponesa ou uma fábrica abandonada, no entanto, o que distingue a loja “Lanifícios do Norte” dos exemplos anteriores é que para além da forma ainda subsiste a função e foi precisamente a persistência de ambas as realidades que nos suscitou interesse. De facto, as lojas antigas têm a capacidade de recriar com autenticidade o ambiente cosmopolita de outros tempos, subtraindo-nos ao presente, à mudança, à globalização, à homogeneização das paisagens, numa recuperação do passado que encanta.

Esta sede de passado e memória da sociedade actual é sugerida por Alejandro Baer. “La homogeneización del espacio, la creciente movilidad de los individuos y el desenclave geográfico, el impacto de la información y la ubicuidad de imágenes, y la desestructuración del tiempo habrían erosionado las memorias colectivas. Los recuerdos compartidos socialmente vinculados a la identidad del grupo social estarían en un irrevocable proceso de fragmentación y desaparición. Entonces, sociedades que tienden a la amnesia o ‘sociedades de la memoria’? La definición de las sociedades actuales como sociedades o culturas de la memoria no implica una afirmación contraria sino que apunta a la compleja y paradójica relación que el individuo de las sociedades contemporáneas vive con su pasado. Las relaciones ambivalentes entre modernidad y memoria no son nuevas. En el cambio hacia el progreso y desarrollo científico-técnico la nostalgia romántica por el pasado y la preocupación por la destrucción de la tradición no dejaron de hacerse presentes. Tanto el arte como el pensamiento social han ido reflejando las cíclicas ‘crisis de memoria’ donde se manifestaba la desarticulación del vínculo con la propia herencia, la ruptura de una relación orgánica con el pasado. En este contexto el fenómeno y el funcionamiento de la memoria social, así como las instituciones que la albergan o construyen (archivos, museos, monumentos) y la propia escritura de la historia, se convierten en preocupaciones en alza. Cuando las identidades individuales y colectivas se dan por hecho, el pasado no es un tema de interés. Sí comienza a serlo cuando los sistemas de referencia tradicionales se debilitan como fuentes estables de la identidad colectiva. Entonces la memoria entra en juego con fuerza. Hoy los elementos de ruptura y los procesos de cambio son cada vez más manifiestos y vertiginosos. Nunca hubo un presente tan obsesionado por el pasado como el nuestro. (...) Todo debe ser conservado, nada puede perderse. Entidades, organismos y movimientos sociales se embarcan en ambiciosos proyectos para recolectar o documentar todo lo imaginable: utensilios, carteles, biografías, relatos orales y canciones en idiomas en peligro de extinción, fábricas abandonadas, tecnologías en desuso, etc. Individuos, colectivos y sociedades

*en conjunto miran hacia el pasado en busca de árboles genealógicos o acontecimientos históricos fundadores de identidad y sentido.”<sup>1</sup>*

Esta citação, apesar de se relacionar com outro contexto, julgo que é esclarecedora sobre a vontade actual de resgatar o passado ou mesmo de manter o que ainda, de alguma forma, nos pode transportar para realidades anteriores. Não me subtraindo à sociedade em que participo, também eu sinto esta vontade de preservar um passado ainda presente que de alguma forma estabilize uma realidade em constante mutação.

A escolha das lojas antigas surge, assim, não só como continuidade do trabalho realizado no primeiro ano do mestrado, mas também do sentimento que estabeleço com actividades e/ou lugares que me transportem para outro tempo e que me proporcionem sentimentos de pertença e continuidade.

1 Alejandro Baer, *Holocausto. Recuerdo y representación*, pgs 27 – 29.

### 1.3 Opção pela cidade do Porto

O Porto integra hoje vários centros comerciais que atraem uma substancial parte dos consumidores da cidade, com a promessa de num só lugar ser possível adquirir todo o género de produtos debaixo de um cómodo tecto. Estes centros, localizados na sua maioria numa zona pericentral, exercem uma forte concorrência com o pequeno comércio, em especial com o centro histórico, outrora o “centro comercial” da cidade, reconhecido pela UNESCO desde 1996 como Património da Humanidade. Nesta perspectiva, o Porto apresenta-se como uma cidade histórica, de média dimensão, consumidora de marcas internacionais, onde a ida ao *shopping* é um hábito e o consumo no pequeno comércio ou em mercados nem tanto, ao contrário de outras polis, como Barcelona por exemplo.

Neste contexto, a permanência de um tecido comercial de rua e/ou autoctóne parece ser coisa do passado ou em vias de extinção, especialmente as lojas antigas que vêm muitos dos seus artigos tornarem-se obsoletos em comparação com os grandes centros. No entanto, será que todos os produtos podem ser substituídos? Julgo que não, tal como não pode ser substituída a própria experiência de consumo. Nesta perspectiva, não só o atendimento personalizado e a proximidade entre comerciante e consumidor estão em causa, mas também todo o ambiente, deste o edificado de cada loja até à sua envolvente; um conjunto de cenários singulares e autênticos necessariamente diferentes dos *shoppings*.

Assim, é no conjunto do produto, actividade, edificado e localização que as lojas antigas ganham significado e dão significado à sua envolvente. Ou seja, ao proporcionarem diferentes experiências de consumo e reforçando a autenticidade e diversidade do ambiente onde se inserem, estas lojas constroem-se como espaços simbólicos, essenciais num centro histórico classificado, em plena requalificação, que tenta, depois de anos de abandono, responder, por um lado, à crescente procura turística e, por outro, à vontade de dotar o velho centro de condições que permitam o retorno dos portuenses a esta zona emblemática da cidade.

### 1.4 Opção pelo património cultural imaterial

Uma loja é a conjugação entre um edificado e uma actividade.

O edificado, sendo uma realidade quantificável, poder-se-á incluir dentro do património cultural material, conceito que tem vindo a ser estudado, mais aprofundadamente, desde a revolução francesa. O ascender de um edifício a património cultural do Estado, seja qual for o interesse está sobejamente legislado e apesar da discussão nunca estar concluída é uma temática com uma base teórico/prática relevante.

A actividade, como realidade inquantificável, julgo poder incluir-se no conceito de património cultural imaterial. Este conceito, ao contrário do primeiro, encontra-se ainda em fermentação teórico/prática. As balizas do que é ou não património cultural imaterial, como se deve preservar, quais os profissionais e instituições mais vocacionados para tal preservação, são questões que ainda não apresentam uma resposta clara, apesar dos esforços nacionais e internacionais.

Desta forma a escolha do conceito de patrimonio cultural imaterial surge não só como resposta à vontade de preservação “holística” de uma dada loja, mas também como um contributo para a discussão actual do que é e como poderá ser preservado este património.

### 1.5 Opção pela imagem fixa

O registo documental de uma dada acção, tomando como exemplos uma peça de teatro, uma receita de culinária ou uma técnica artesanal de fabrico, passará tanto pela palavra escrita como pelo som e pela imagem. Sendo este mestrado vocacionado essencialmente para a imagem, a escolha desta pareceu-me clara, no entanto, é certo que a fotografia não é o reflexo neutro da realidade.

*“La foto eterniza el instante, captando sin los añadidos desfiguradores que pudiera aportar la memoria. Lo que enseñan parece ser que sucedió. Pero las cosas son más complicadas.”*<sup>2</sup>

O poder outorgado à fotografia de “contar a verdade” nem sempre é verdade. O que não fica dentro da imagem poderá dizer mais ou até o contrário do que esta transmite, o próprio olhar do fotógrafo, por mais distante que se pretenda, nunca será outro que não aquele que registou a imagem e, por isso mesmo, nunca será neutro. Esta dialéctica da imagem, entre verdade e subjectividade ou mesmo mentira, se por um lado abre um campo de dúvidas quanto ao registo documental de uma dada realidade, por outro, abre as portas a um repertório visual assente sobretudo na crítica e não no registo.

Assim, a escolha da imagem surge não só pelo seu carácter documental, mas essencialmente pelo seu poder como meio de expressão, de crítica e de divulgação de informação.

Mas porquê a imagem fixa, quando o património cultural imaterial é uma realidade que só o é enquanto acção? Essencialmente porque durante o primeiro ano estudei a imagem fixa e não a imagem em movimento, e porque neste caso específico, no meu entender, a imagem em movimento só ser mais vantajosa num processo de registo documental, porque ao conseguir

---

2 Reyes Mate, *Holocausto. Recuerdo y representación*, pg 19

captar todos os movimentos e acções de uma dada sequência, transmite todo o percurso até se alcançar um determinado espaço ou resultado.

## **1.6 Escolha do caso de estudo**

A casa “Cardoso Cabeleireiro” é uma “velha” loja da cidade do Porto, reconhecida por todos, com uma história que ultrapassa os cem anos e que ainda hoje segue aberta apesar dos tempos difíceis. Pela sua actividade, história e localização (na fronteira com o centro histórico classificado pela UNESCO), é um estabelecimento comercial que suscita grande curiosidade, (foram já publicados vários artigos sobre o mesmo) não só entre os turistas e visitantes, como também entre os portuenses que vêem nela uma das lojas mais tradicionais do centro da cidade.

Esta loja, segundo os dados recolhidos no âmbito do presente trabalho, é provavelmente a única casa em Portugal que ainda produz cabeleiras artesanalmente. Esta actividade, que ainda hoje tem lugar nesta loja, descende do entusiasmo do seu fundador que observa em Paris, nos finais do século XIX, novas técnicas e modelos de cabeleiras que rapidamente importa para Portugal. Todo o processo de produção foi transmitido de geração em geração dentro da família proprietária e entre esta e os seus empregados de longa data, seguindo o modelo de relação comum entre patrões e empregados da primeira metade do século XX.

Esta loja ao conjugar um espaço com uma actividade de produção, para além da venda apresenta-se como a mais adequada para caso de estudo.

## **1.7 Pertinência do trabalho**

Esta dissertação pretende, essencialmente, ser um contributo para o debate actual sobre o património cultural imaterial, numa fase em que ainda muito se discute. Partindo da imagem como meio de crítica, é natural que a questão da preservação documental deste património também seja discutida. O facto do caso de estudo ser uma loja antiga, sugere a vontade de dar mais visibilidade ao comércio a retalho, em especial aquele que se localiza no centro histórico da cidade do Porto, numa altura em que este se encontra em fase de requalificação, partindo da necessidade de fomentar a diversidade neste sector e a atractividade desta zona.

## **1.8 Metodologia adoptada**

A metodologia assenta essencialmente em três fases: antecedentes, contextualização e pesquisa de conceitos e discussão de conceitos. Estas fases, de um modo geral, são o reflexo cro-

nológico da pesquisa, no entanto, é certo que a investigação nem sempre foi linear. A primeira fase diz respeito aos “acontecimentos” que antecederam este estudo e que de certa forma justificam a escolha da temática. A segunda fase é crucial, porque tanto o comércio como o património cultural são temáticas que nunca tinha abordado academicamente, ao contrário da imagem fotográfica. A terceira fase é a tentativa de responder às dúvidas e questões colocadas durante a contextualização e pesquisa de conceitos, a par das visitas de campo.

### 1.9 Fontes consultadas

As fontes consultadas dividem-se em:

- Bibliografia escrita: livros, revistas, jornais, artigos, leis e convenções;
- Consulta de sites;
- Consulta de banco de imagens;
- Entrevistas;
- Visitas a exposições/museus;
- Visitas de campo;
- Audição de programas de rádio.

### 1.10 Estrutura geral da dissertação

Esta dissertação está organizada em treze capítulos. O segundo capítulo aborda o comércio a retalho da cidade do Porto numa perspectiva histórica desde o princípio do século XX até à actualidade, compreendendo qual a importância da permanência do comércio a retalho na “baixa” portuense. O terceiro capítulo apresenta uma retrospectiva histórica do conceito de património cultural, dando especial ênfase à convenção da UNESCO de 2003 sobre o património cultural imaterial. No quarto capítulo é discutida a Lei Portuguesa nº 107 de 2001, que estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural e observa-se a classificação patrimonial ao nível local desde um ponto institucional e particular. O quinto capítulo é dedicado à imagem e à relação desta com o património cultural desde o século XIX. No sexto capítulo é discutida a possível relação entre comércio e tradição e entre comércio e património cultural, tendo como base de estudo cinco lojas da cidade do Porto. O sétimo capítulo aborda a metodologia adoptada para a realização deste trabalho e os seus antecedentes. O oitavo capítulo debruça-se sobre a actividade da loja “Cardoso Cabeleireiro”, o caso de estudo, bem como nos possíveis “moldes” para a sua preservação enquanto bem cultural imaterial. O nono capítulo apresenta oito imagens dípticas que ilustram oito questões/dúvidas que ao longo do trabalho foram abordadas. O décimo capítulo encerra este estudo com uma revisão da hipótese, da pertinência, da metodologia e dos objectivos estabelecidos a priori, a par de uma reflexão sobre o futuro desta temática. O capítulo onze apresenta a bi-



bliografia. O capítulo doze apresenta a transcrição das entrevistas realizadas. O último capítulo encerra este trabalho com uma série de imagens que foram recolhidas durante a investigação.

## **1.11 Objectivos**

### **1.11.1 Objectivo geral**

Este estudo tem como principal objectivo contribuir para o debate actual sobre o património cultural imaterial e a sua preservação e discussão.

### **1.11.2 Objectivos específicos**

Três objectivos específicos foram considerados, atendendo ao caso de estudo e ao meio escolhidos:

- Compreender a necessidade de preservação de espaços comerciais que fomentem a identidade e a memória de um lugar;
- Identificar parâmetros que auxiliem na identificação da componente imaterial do património cultural num estabelecimento de comércio a retalho;
- Explorar o papel da imagem na preservação, divulgação, valorização e crítica do património cultural imaterial.





# II

## II CAPÍTULO – O comércio a retalho na cidade do Porto



II



## 2. O COMÉRCIO A RETALHO NA CIDADE DO PORTO

---

### 2.1 O emergir do comércio a retalho

A actividade comercial da cidade do Porto no século XIX regista-se essencialmente nas imediações próximas das muralhas. *“O comércio continua a fazer-se associado à produção, mas começa já a adquirir alguma importância como actividade autónoma. As feiras, por seu turno, aumentam em número e em dimensão, sobretudo ao longo do século XIX, embora a emergência e afirmação do comércio fixo e a modernização económica e urbanística que ocorrem em paralelo, impulsionam decisivamente o seu declínio e afastamento para a periferia.”*<sup>3</sup> Estas actuavam essencialmente como espaço de mostra e troca de bens, ajudando na consolidação da produção, no escoamento de produtos e na catalisação da procura. Em paralelo com o aumento das feiras, o comércio retalhista começa a ganhar força impulsionado sobretudo pelas crescentes áreas industriais que irão distanciar cada vez mais a produção da venda. O comércio fixo que começava a instalar-se sobretudo na “Baixa”, entre Carlos Alberto e Batalha, surgia não tanto como alternativa ou oposição à feira e à venda ambulante, mas sobretudo como fruto dos novos tempos, de um novo ciclo que se inicia com o advento da indústria. Novos e diferentes produtos começaram a surgir e uma sociedade capitalista com maior poder de compra quis fazer da “Baixa” o centro económico da cidade.



Figura 1 – Feira dos bois

---

3 José Rio Fernandes, *Porto Cidade e Comércio*, pgs 48 e 49.

Desta forma não é estranho “que se inicia-se um movimento de repulsa por parte da cidade relativamente à ocupação por formas de comércio, não sedentário, afirmando-se um centro que se pretende funcional e digno, menos propício para ocupações “menores” e rurais, como a feira ou o comércio ambulante, tidas por muitos como “impróprias” de figurar na Baixa.”<sup>4</sup> Ao mesmo tempo que aconteceu esta deslocação das feiras, começou a ganhar corpo a ideia de absorver todas as formas de comércio não fixo em lugares próprios, concebidos para o efeito, como o mercado do Bolhão. Estes mercados contribuíram para uma maior organização destas actividades, concentrando-as e, deste modo, subtraindo-as à cidade, deixando mais espaço para outras tipologias “mais dignas” do comércio que não manifestaram qualquer gesto de “piedade” para com as primeiras.

Os espaços de comércio fixo que floresciam nesta época, cada vez mais especializados, localizavam-se em edifícios que, na maioria das vezes, albergavam tanto a loja como o armazém e as habitações dos donos e dos empregados nos andares superiores. “A estrutura sócio-profissional do ofício, assente nas categorias de artesão, mestre e aprendiz havia-se transmutado para o comércio, revendo-se na trilogia patrão, caixeiro e marçano.”<sup>5</sup> A relação entre empregados e patrões era bastante estreita, consequência de viverem sob o mesmo tecto e conviverem diariamente. O trabalho era duro, os estabelecimentos abriam até mesmo ao Domingo de manhã, não existindo nenhum horário regulamentado que estabelecesse uma hora de abertura e fecho. O preço era sempre regateado, as mulheres tinham tempo para ir de loja em loja à procura do melhor preço, no entanto as mulheres não eram as únicas a regatear, esta era uma prática corrente, e somente em 1910, se dá uma tentativa, gorada no entanto, de estabelecer um preço único numa união de comerciantes a sul da rua dos clérigos.

Relativamente ao espaço físico dos estabelecimentos comerciais no início do século, este regra geral, apresentava uma área pequena, pouca luminosidade e pouca higiene e os produtos eram pendurados nas portas não existindo outro espaço de exposição do produto. Nos finais do século o quadro alterou-se, começaram a existir estabelecimentos com melhores hábitos de higiene e mais luz. O uso da montra e do letreiro bem como outras formas de publicidade, como o panfleto ou o anúncio de jornal, generalizaram-se.

“O Porto de finais do século é pois uma cidade comercialmente heterogénea, onde o comércio de importação e exportação vive a par da feira, do comércio retalhista da pequena loja que tem tudo e do esplendoroso estabelecimento com a última novidade, mas inde em número e especialização, o comércio retalhista conhece progressos significativos.”<sup>6</sup> Face a este crescimento e à vontade de adequar a cidade aos novos tempos, discute-se a necessidade de abrir grandes avenidas que tornem o centro da cidade mais acessível e grandioso, à seme-

---

4 José Rio Fernandes, *Porto Cidade e Comércio*, pgs 49.

5 José Rio Fernandes, *Porto Cidade e Comércio*, pgs 60.

6 José Rio Fernandes, *Porto Cidade e Comércio*, pgs 59.

lhança do que acontecia em Lisboa e em outras cidades europeias como Paris. Nesta época, a praça de D. Pedro composta já então pela C.M.P., a igreja do Convento dos Congregados e o convento de Santo Eloi, era não só o espaço mais digno para a vida social e comercial da cidade, mas também aquela que mais se adequa à abertura dos ansiados boulevards.



Figura 2 – Ilustração da abertura da Avenida do Aliados

## 2.2 O apogeu da “Baixa”

A abertura da Avenida da cidade, mais tarde Avenida dos Aliados, tem início em 1916 perante a presença do então Presidente da República Bernardino Machado. Esta avenida deve-se essencialmente à vontade já enunciada de abrir um espaço mais amplo, digno de uma sociedade capitalista, mas também ao facto de, na mesma zona, ter aberto a Estação de S. Bento e nas imediações mais próximas a ponte D. Luís. Este foi um passo importante na afirmação da “Baixa” como centro da vida social e comercial da cidade do Porto.

Entre a primeira década e os anos setenta do século XX, o tecido retalhista da cidade do Porto regista um aumento considerável. A especialização dos estabelecimentos que se fazia prever nos finais do século XIX continua com o aparecimento de novos bens e uma procura mais exigente. Apesar desta expansão, o pequeno retalhista queixa-se do poder do comércio grossista, que acusa de produzir pouco e dominar o preço final (o que de facto acontecia) e, por

vezes, vender directamente ao consumidor. *”Assim os retalhistas, zelosos dos seus interesses e tradicionalmente queixosos das (perpetuamente) adversas condições do meio, começam a evidenciar sinais de reacção face a um sector produtivo que detém uma grande ascendente sobre a distribuição final [e] aos vendedores ambulantes (...) afirmando nada ter... contra esses indivíduos que até nos merecem simpatia pelo pitoresco dos seu trajes e pregões [e or serem] fuguras típicas que nos ligam ao passado e por isso não nos desagradam [afirmando que] pela sua maneira de sr e de viver disciplina e meios comerciais, os ambulantes não podem ombrear [com a] classe dos veros comerciantes.”*<sup>7</sup>

Relativamente às condições de trabalho no comércio a retalho, são visíveis mudanças tais como a obrigatoriedade de fechar ao Domingo e mais tarde ao Sábado a partir das 13 horas, dia de maiores vendas, e a implantação de um horário de funcionamento nos anos cinquenta, que obriga ao encerramento das 12 às 14 horas. Os empregados, para além destes benefícios, conseguem ainda o direito a férias pagas. A fixação de preços será outras das inovações, no entanto, só entrará verdadeiramente em vigor nos anos setenta.

*“Em meados do século está já praticamente extinta a velha prática de exposição de artigos no espaço exterior da loja e se bem que a utilização de parte da fachada se continue a fazer nalguns casos, a larga maioria dos estabelecimentos comerciais da cidade estão já providos de montras.”*<sup>8</sup> Estas apresentam-se sobretudo em ferro forjado num estilo Art Nouveau que rapidamente começou a marcar a paisagem urbana. A publicidade passa a ter outra importância como meio de cativar a clientela, sendo a rádio e o jornal os principais veículos, a par de panfletos e revistas, alguns distribuídos gratuitamente, como as revistas com os “figurinos” da moda oferecidas por algumas casas de confecções.

Até finais dos anos trinta, os estabelecimentos especializam-se vendendo os novos e diferentes produtos que surgem das fábricas, no entanto, ao mesmo tempo verifica-se uma certa desespecialização fruto do aumento da área média dos estabelecimentos e à diminuição da procura de alguns artigos. De facto, tal como hoje acontece, o que não tem procura desaparece e nesta época lojas especializadas em luvas, ou bengalas vêm o seu negócio bastante afectado.

As novidades introduzidas no comércio até à década de setenta englobam ainda o auto-serviço, o pagamento global no supermercado e a prática da franquia, todos sinais de uma concentração capitalista que concorre com o pequeno retalhista que apoia o seu saber na experiência própria.

Neste período, a expansão do comércio é acompanhada por um crescimento da população. *“Entre 1911 e 1970 a população da cidade do Porto registou um aumento da ordem dos 57,2%, o*

7 José Rio Fernandes, *Porto Cidade e Comércio*, pgs 108.

8 José Rio Fernandes, *Porto Cidade e Comércio*, pgs 105.



que constitui um abrandamento do ritmo e crescimento.”<sup>9</sup> Não sendo um aumento de grande relevância não deixa de ser sentido, especialmente nas freguesias peri-centrais, como Lordelo do Ouro, Cedofeita, Santo Ildefonso e Bonfim, e nas periféricas como Ramalde, Nevogilde, Aldoar, Paranhos e Campanhã. As freguesias mais centrais e antigas como Miragaia, Sé, Victória e S. Nicolau, viram a sua população diminuir fruto das deficientes condições de habitabilidade da zona. As novas exigências ao nível da higiene e salubridade, bem como o uso do solo para comércio na Avenida dos Aliados e ruas próximas, entre outros factores, explicam o aumento demográfico nas zonas periféricas. Esta expansão da cidade é acompanhada por um desenvolvimento dos meios de transporte quer individuais quer colectivos, vulgarizando-se o uso do automóvel e do camião de mercadorias e aumentando as linhas de autocarros. O aumento de população nas zonas periféricas, acompanhado de melhores meios de transporte permite uma desconcentração do comércio retalhista. Assim, zonas como o Carvalhido e eixos como a Costa Cabral dão indícios da expansão territorial que, no entanto, não afecta a primazia da “Baixa” que começa a expandir-se para ruas próximas.



Figura 3 – Foto da Rua 31 de Janeiro – rua perpendicular à Avenida dos Aliados

9 José Rio Fernandes, *Porto Cidade e Comércio*, pgs 95.

### 2.3 A globalização do sector terciário e consequente perda de valor do centro histórico

Até à década de 70, o comércio a retalho na cidade do Porto pauta-se pela forte presença do pequeno e médio estabelecimento. Este cenário alterar-se-á profundamente nas décadas seguintes com a introdução de novas e maiores estruturas que abalam a hegemonia da “Baixa” como centro de transacções comerciais da cidade.

A concentração empresarial e a internacionalização das economias traduziu-se numa “revolução comercial”, passando a co-existir grandes superfícies comerciais com grande variedade e diversidade de oferta, com lojas ditas “tradicionais”, onde o comerciante gere um armazém menor, não tendo muitas vezes capacidade para competir com as grandes multinacionais. A abertura das grandes superfícies e dos centros comerciais na cidade do Porto dá-se nas décadas de 70 e 80 com abertura do hipermercado “Continente” em 1985, em Matosinhos, e com os centros comerciais de Cedofeita e Brasília. É precisamente nesta época que acontece a mudança, o comércio a retalho que até aí gozava de uma concorrência mais ou menos idêntica depara-se com algo novo e de proporções enormes.

Para o consumidor, as grandes superfícies, situadas na sua maioria no exterior da cidade ou nas imediações mais próximas, oferecem: a) Melhores acessibilidades, facilitando ao consumidor a deslocação e estacionamento das viaturas, tendo em consideração o aumento da taxa de auto mobilização das famílias; b) Uma grande quantidade e diversidade de produtos a preços mais baixos, o que permite adquirir, num mesmo sítio, mais artigos reduzindo a ida às compras.

Os centros comerciais quer sejam autónomos ou incluídos numa superestrutura com hipermercado proporcionam ao consumidor: a) Uma alta concentração de estabelecimentos num só espaço; b) Facilidades de estacionamento; c) Protecção da instabilidade do tempo; d) Oferta de actividades fora do âmbito da aquisição de bens tal como hoje se verifica com a inclusão de cinemas.

Estas condições são, sem dúvida, uma mais valia para o consumidor que passa a ter um maior leque de possibilidades na aquisição de bens, tanto ao nível das necessidades mais básicas como de outras, porventura menos essenciais. Estas vantagens, expostas aqui de uma forma sucinta e geral, são motivos de adesão de uma substancial parte dos consumidores às grandes superfícies comerciais, adesão essa que inevitavelmente provocou uma reestruturação do tecido comercial da cidade do Porto, intensificando a desertificação e o abandono de outras áreas comerciais, em especial o centro histórico. Este, no caso portuense a “Baixa”, que na maior parte do século XX se impõe como o espaço por excelência da actividade terciária, vive então momentos de declínio.

*“Assim, enquanto espaço de comércio, o centro da cidade como referência fundamental, passa a ser complementado (e cada vez mais substituído...) por um arquipélago de pólos comerciais, onde a relação com o consumidor se faz de acordo com o princípio da proximidade mas que se aproxima, também da postura do cliente perante um menu, com a escolha a resultar do nível de rendimentos, do tempo que dispõem, do grau de mobilidade” (...) no entanto “o “velho centro”, apesar de ter perdido velhas competências funcionais, não deixa de ser diferente dos demais, pelo que vai resistindo e subsistindo com maior ou menor apoio de medidas de protecção política e com a participação mais ou menos importante de uma crescente procura de visitantes esporádicos, especialmente turistas.”<sup>10</sup>*

#### 2.4 A homogeneização das paisagens urbanas

*“De um lado, encontramos os espaços que poderemos designar de internacionalizados, dominados pelas grandes cadeias de distribuição (estrangeiras e nacionais), redes de sucursais e de franchising orientados para segmentos de mercado precisos. Presentes praticamente em quase todas as cidades, eles constituem à escala global verdadeiros elementos homogeneizantes das paisagens comerciais e dos hábitos de consumo das populações. Do outro lado, surgem os espaços locais, apoiados sobretudo na pequena e média empresa e em capitais da região. São estes últimos que pela sua natureza e diversidade, em articulação com os estilos de vida e os tecidos produtivos locais, participam na construção da identidade de cada aglomerado.”<sup>11</sup>*

*“Quando vou visitar cidades fora do meu país a minha curiosidade é despertada especialmente pelas lojas de comércio independente. Não vou entrar numa Zara para ver aquilo que já vi aqui no Porto, prefiro as lojas multimarca onde posso encontrar coisas diferentes, mais interessantes que não teria oportunidade de conhecer senão fosse ali.”<sup>12</sup>*

Nos excertos supracitados, é observável a dicotomia entre pequena e média empresa (comércio independente) e grande cadeia de distribuição (multinacionais). A primeira das partes promove a diversidade, a segunda a homogeneização das paisagens e do consumo. De facto, apesar dos benefícios já referidos, a globalização das marcas, tanto pela sua presença generalizada como pelo seu poderio económico, reduz globalmente a diversidade do tecido comercial. Este empobrecimento é observável quando viajamos e encontramos as mesmas lojas e quando compramos numa loja onde provavelmente várias outras pessoas compraram. Nesta perspectiva, a promoção da diversidade no comércio é importante e é neste contexto que a hipótese de partida se coloca ao apresentar-se como um contributo para a preservação de espaços de

10 José R. Fernandes, Lionel Guillemot, Luís Martins e Jean Soumagne, *As cidades do Porto e Angers*, pgs 23 e 25.

11 Observatório do Comércio, *Comércio tradicional em contexto urbano*, pg 25.

12 Entrevista a Laura Rodrigues, presidente da Associação de Comerciantes do Porto.

comércio que, pela sua história, arquitectura e actividade, participem num tecido comercial mais diversificado e numa cidade mais particular. *“As lojas de tradição só se podem entender no contexto concreto de cada lugar, não sendo portanto, transplantáveis”*.<sup>13</sup>

## 2.5 A diferenciação dos espaços comerciais

*“O que efectivamente está a permitir diferenciar os estabelecimentos comerciais não é a sua dimensão, se são grandes ou pequenos, ou o poder económico dos operadores, se são grandes cadeias de distribuição ou pequenos comerciantes independentes, mas antes a capacidade que uns e outros possuem em se transformar em espaços de “consumo”. Por outras palavras, a distinção mais significativa entre os estabelecimentos comerciais, ou o tipo de comércio, coloca-se cada vez mais entre as unidades que investindo na mise-en-scène dos objectos, na teatralidade e simulação do ambiente material construído, exploram o imaginário dos consumidores e lhes proporcionam autênticas experiências de vida, e aquelas que, pelo contrário, desprovidas de conteúdo simbólico significativo para os consumidores continuam, simplesmente, a trocar dinheiro por produtos e serviços e, por conseguinte, a desempenhar a mera função de lugares de compra e/ou de abastecimento.”*<sup>14</sup>

Esta teatralização do consumo, tão importante para aqueles que querem impor-se no mercado de hoje, é encontrada, com justo reconhecimento, nas casas comerciais que se mantiveram no tempo, por um largo período de tempo. Estes estabelecimentos que não alteraram, substancialmente, o seu modo de ser tanto ao nível do espaço como da actividade desde a sua fundação, representam pela sua permanência, um tempo e um lugar que, em conjunto, proporcionam uma interessante experiência de consumo. É certo que em muitos casos este é um factor que não suporta a concorrência, no entanto, não deixa de ser importante para qualquer cidade que se preocupe com a sua identidade e alteridade face a outras.

*“Constituindo-se como testemunhos de um passado que no acto de se tornar presente se perspectiva em futuro retratam modos de vender e por vezes de fabricar, hábitos de consumo e modos de convivencialidade, tornando-se, assim verdadeiros marcos de cultura das terras.”*<sup>15</sup>

---

13 Lojas de Tradição, pg 10.

14 Observatório do Comércio, *Comércio Tradicional em contexto urbano*, pg 25.

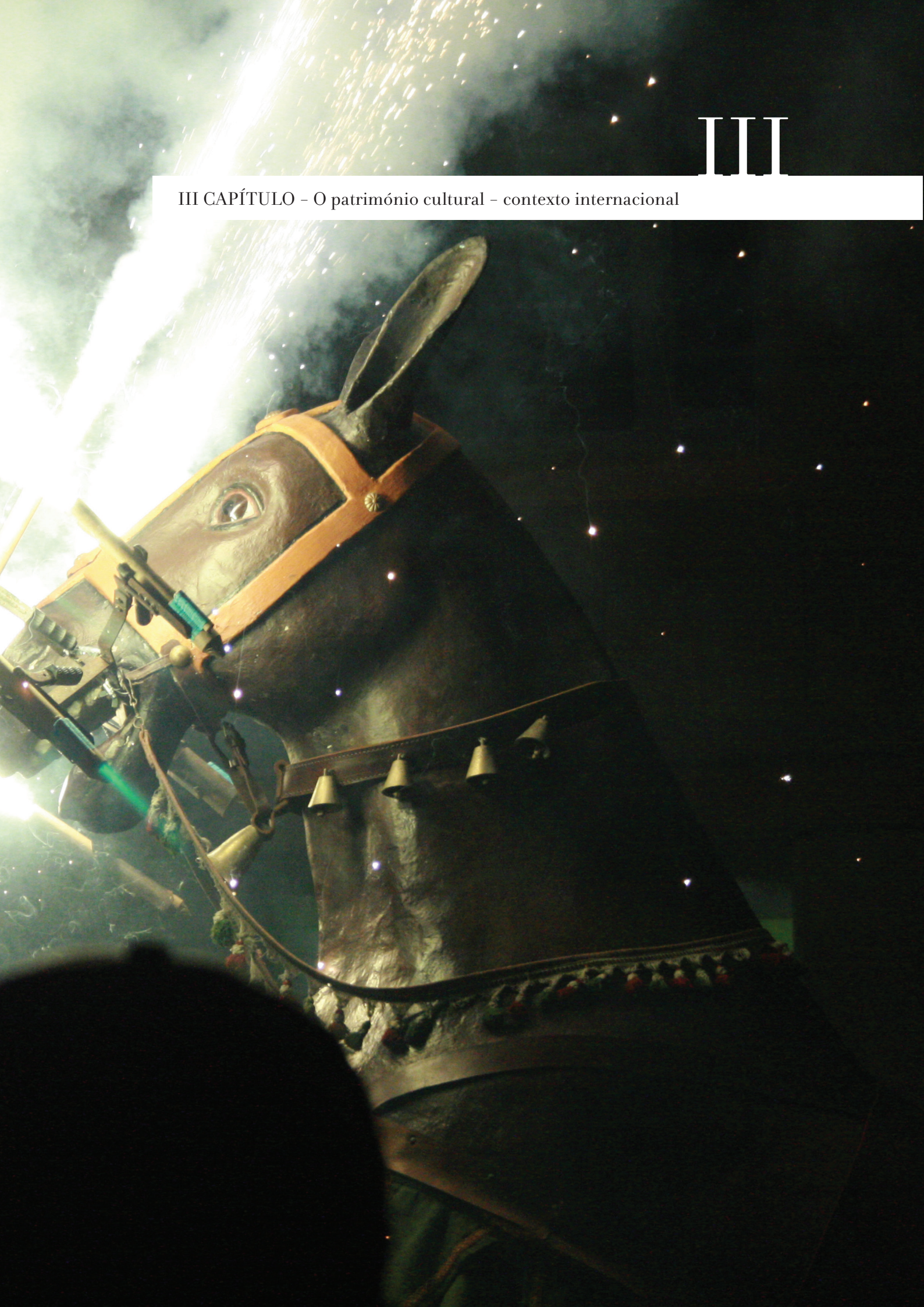
15 Lojas de Tradição, pg 10.











III



### 3. O PATRIMÓNIO CULTURAL – contexto internacional

---

#### 3.1 Do Material ao Imaterial

Para compreender o conceito de património cultural imaterial e o emergir do mesmo no panorama internacional, para além de factores sociais, económicos e culturais, é urgente compreender o percurso do património material, porque é ele a génese de todo o património cultural. O percurso histórico desde as “Antiguidades” até à convenção da UNESCO de 1972 é o pano de fundo para o emergir do património cultural imaterial e da convenção da UNESCO de 2003. Ou seja, por maior vontade que exista em construir um novo e diferente método de leitura e preservação dos bens imateriais, que aliás se exige pela sua novidade e complexidade, não se substituem quinhentos anos de investigação em cinquenta.

*“Património n.m 1 herança paterna; 2 bens que se herdaram dos pais e avós; bens de família; 3 zonas, edifícios e outros bens naturais ou materiais de determinado país que são protegidos e valorizados pela sua importância cultural; 4 RELIGIÃO dote necessário para a ordenação de um eclesiástico; 5 [fig] riqueza (do lat. Patrimoniu-, «id.»)”<sup>16</sup>*

O património no sentido original do termo é o conjunto de bens que alguém possui e que lega a um outro, que de uma forma geral acontece entre pais e filhos. A partir do momento em que existe uma expropriação do Estado de determinados bens de um outro proprietário, estes mesmos bens passam a ser propriedade de todos enquanto sociedade. Esta foi a perspectiva que existiu durante a revolução francesa, em que muitos dos edifícios pertencentes à coroa, ao clero e aos imigrantes passaram, através da expropriação, a pertencer ao Estado. Quer tenha sido por vontade política ou de salvaguarda do edifício, o certo é que o conceito de património sofreu uma mudança. Desde então coexistem duas noções de propriedade: a individual e a colectiva ou nacional. Para além do alargamento da noção de propriedade, a leitura que temos de cada uma das noções é distinta: por um lado, o património individual é pelo seu tamanho mais facilmente quantificável, enquanto que o património nacional, ou seja, o de todos, pela sua enorme proporção e muitas vezes pelo “nosso” desconhecimento surge como um “objecto” de enormes fronteiras dificilmente abarcáveis pelo cidadão comum.

O património cultural, conceito posterior, mostra-se ainda mais complexo. Este, não tem necessariamente que pertencer ao Estado, mas é este que lhe outorga um determinado valor, que legisla com o fim de o proteger e cria instituições que recolhem informação e trabalham não só, na sua classificação, mas também na sua preservação, observando do caso específico de Portugal. É um património quantificável monetariamente, no entanto, o interesse superior subjacente

é cultural, ou seja, o que está em causa é a sua relevância como “objecto” que participe e dignifique a história, a memória e a cultura de uma sociedade seja qual for a área de estudo.

Actualmente, dentro do património cultural encontramos dois grandes grupos: o material e o imaterial. Dentro do primeiro coexistem o móvel, o imóvel, o natural e o subaquático, e no segundo os conhecimentos, técnicas e expressões culturais das diversas sociedades. Relativamente à pesquisa, estudo e discussão dos diferentes patrimónios, não existe comparação possível o património imóvel/construído e os restantes patrimónios. Pelo seu carácter monumental e permanente a arquitectura sempre suscitou um enorme interesse. De facto, a ideia de protecção de um dado bem nasce da vontade de conservar determinados edifícios, que seguindo as pisadas de Francoise Choay inicia-se com o conceito de Antiguidade no século XV.

### 3.2 Das “Antiguidades” às “Antiguidades” Nacionais

No século XV, depois de quase cem anos de ausência, os clérigos regressam a Roma, reencontrando-a quase desabitada e em ruínas, naquele que foi um dos primeiros distanciamentos históricos. *“Os papas não se contentam com medidas preventivas. Eles desentulham, resgatam e restauram as antiguidades.(...)”* no entanto *“os mesmos protagonistas que se descrevem e se mostram efectivamente tão empenhados na causa da conservação não participam menos, com constância, lucidez e alegria, na devastação de Roma e das suas antiguidades.”* (...) *“Com efeito estes homens deslumbrados pela luz da Antiguidade e das antiguidades não podiam libertar-se repentinamente de uma mentalidade ancestral e esquecer comportamentos enraizados, idênticos aos da maioria dos seus contemporâneos, tantos dos letrados como dos iletrados. O distanciamento relativamente aos edifícios do passado exige uma aprendizagem longa, uma duração que o saber não pode diminuir e que é necessário para que o respeito se substitua à familiaridade.”*<sup>17</sup>

Tal como refere Francoise Choay, o distanciamento histórico é uma das premissas mais importantes para o emergir do património cultural, e tal como então, ainda hoje essa a necessidade persiste, essencialmente quando são abertos processos de classificação de edifícios do século XX, porque apesar de entendermos que um determinado edifício poderá ter qualidade para ser classificado, não temos a distância histórica suficiente que nos permita um olhar distante e racional sobre o mesmo. Alguns especialistas falam em pelo menos 50 anos de distanciamento histórico, no entanto por exemplo no Porto o Estádio do Dragão está classificado e a Casa da Música em vias de classificação, o que demonstra que muitas vezes sobrepõem-se interesses económicos, políticos ou outros à percepção da história.

---

17 Francoise Choay, *Alegoria do Património*, pgs 55 e 56.

A par do encontro com as “Antiguidades” de Roma, anteriormente referido, dá-se mais tarde o encontro com outras “Antiguidades”, quer sejam em civilizações-mãe, como a Grécia ou o Egipto, quer seja em países europeus, onde investigações dão conta de monumentos igualmente importantes, aos quais se dará o nome de “Antiguidades Nacionais”. *“Contudo, nota ele (Jacob Spon) ao atravessar a Provença: “Mesmo a nossa França pode fornecer-nos obras belas, tanto como a Grécia ou a Itália. Negligenciamos por vezes o que se tem para correr atrás de curiosidades estrangeiras que não valem mais.”*<sup>18</sup>

Este “abrir” de horizontes será outro dos passos importantes para a valorização do monumento, ou seja, a percepção de que em cada país existe uma série de edifícios dignos de protecção, por vezes numa atitude patriótica de valorização de atributos face a outros países. Esta vontade surge primeiro em Inglaterra devido ao seu apego ao estilo Gótico, que consideram nacional e mais tarde em França fruto da Reforma que fere o seu nacionalismo e lhes incute a vontade de proteger os seus monumentos.

*“Por fim conta-se ainda o desejo diferente de afirmar a originalidade e a excelência da civilização ocidental, quer se trate de a diferenciar das suas fontes greco-romanas, titude que começa a manifestar-se desde o maneirismo italiano e que é ilustrado em França pelo Parallèle de Charles Perrault, quer se trate, mais especificamente, de afirmar particularidades nacionais contra a hegemonia dos cânones arquitectónicos italianos conforme a atitude dos antiquários ingleses.”*<sup>19</sup>

### 3.3 A Revolução Francesa

*“Igrejas incendiadas, estátuas derrubadas ou decapitadas, castelos saqueados: desde que a palavra vandalismo foi cunhada pelo abade Gregório, o pesado balanço das destruições revolucionárias já foi feito e a historiografia da sua metodologia historiográfica foi detalhadamente estabelecida (...) Em contrapartida, a obra de salvaguarda do património francês realizada pela Revolução permanece em geral desconhecida.”*<sup>20</sup>

A revolução francesa, com efeito, foi importante para a percepção contemporânea do património cultural. Esta importância advém da expropriação de bens que então ocorreu e que foi uma tentativa de colocar ao “serviço” do povo os bens daqueles que o oprimiram. *“Esta fabulosa transferência de propriedade e esta perda brutal de destino não tinham precedentes e iriam colocar problemas igualmente sem precedentes. O valor primário do tesouro assim cabido em sorte ao povo é económico. Os responsáveis adoptam imediatamente para o des-*

18 Francise Choay, *Alegoria do Património*, pgs 65.

19 Francise Choay, *Alegoria do Património*, pgs 70.

20 Francise Choay, *Alegoria do Património*, pgs 103.

*ignar e para o gerir a metáfora sucessória – palavras-chave: herança, sucessão, património e conservação. Eles transformaram o estatuto das antiguidades nacionais. Integradas entre os bens patrimoniais sob o efeito da nacionalização as antiguidades são metamorfoseadas em valor de troca e em possessões materiais que, sob pena de prejuízo financeiro, há que preservar e manter.”*<sup>21</sup> No entanto, como em qualquer outra revolução, as ambiguidades existiram, e se por um lado se expropriaram bens para conservação dos mesmos, por outro foram redigidas leis que ditaram a destruição de muitos outros.

Para além da referida expropriação, outros aspectos sobre o património surgem durante este período. De uma conservação preventiva, numa primeira fase da revolução com as já referidas expropriações, assiste-se posteriormente a uma reactiva que adquire contornos bastante práticos, promovendo a inventariação e a definição de categorias, bem como a descrição técnica destes processos, num quadro de actividades e métodos bem definidos que, no conjunto, são o fundamento de uma nova política de preservação dos monumentos históricos, destituindo-os de qualquer restrição ideológica ou estilística, abarcando deste modo vestígios greco-romanos e os monumentos tanto da idade média como dos períodos gótico, clássico e neoclássico.

Outro avanço importante desta época é a atribuição de valores aos monumentos. São quatro os valores atribuídos: o nacional, o cognitivo, o económico e o artístico. O valor nacional é o mais importante de todos, o que legitimou todos os outros numa França que pretende enaltecer a sua identidade; o cognitivo que atribui aos monumentos a representação de histórias, costumes e técnicas que promovem a investigação, a memória histórica e o civismo; o económico que vê nos monumentos históricos uma mais valia para o turismo, actividade ainda sem nome numa época em que a viagem de recreio se inaugura e o artístico o menos importante excepto para um público culto que discute a estética e o conceito de beleza.

A Conservação reactiva, de que nos fala Francoise Choay, composta pela inventariação dos monumentos, pela definição de categorias e por metodologias que proporcionem o alcançar dos objectivos, para além da atribuição de diferentes valores requer outros três factores: um estudo anterior que sustente este avanço, uma sistematização da investigação e uma balização de conceitos, que permita com o máximo rigor estabelecer métodos e categorias.

Esta segunda fase reactiva de conservação dos monumentos compreende-se porque “*Depois, (da) superação esclarecida da conservação «primária»: já não se trata apenas de prevenir um monstruoso esbanjamento de riqueza. As medidas de preservação «secundárias» ou reactivas do património histórico ultrapassam, ao associá-las num conjunto original, a atitude prática conservativa da sua primeira fase revolucionária, bem como a conservação erudita, mas iconográfica, dos antiquários.*”<sup>22</sup>

21 Francoise Choay, *Alegoria do Património*, pgs 106.

22 Francoise Choay, *Alegoria do Património*, pgs 117.

### 3.4 A Revolução Industrial

A consagração do monumento como monumento histórico relaciona-se directamente com o advento da revolução industrial e com a fronteira que esta cria entre o “fazer manual” do passado

e um presente/futuro que, desde então, passará a relacionar-se sobretudo com a “máquina”. É uma ruptura profunda que afectará paulatinamente todos os países ocidentais, e não só, com especial destaque para os pioneiros, Inglaterra e França.

A introdução da máquina provoca uma descontinuidade na história que coloca o monumento histórico como representante de um saber fazer que se perde. *“Ele está acantonado no passado de um passado. Um passado que já não pertence à continuidade do futuro e que mais nenhum presente ou futuro irão aumentar. E, qualquer que seja a riqueza dos filões arqueológicos ainda inexplorados, esta fractura do tempo fixa o campo dos monumentos históricos no canto de uma finitude sem apelo.”*<sup>23</sup> Se durante o Renascimento as antiguidades, para além de serem uma fonte de saber, eram exemplos a ser seguidos ou ultrapassados, a partir da revolução industrial passam à categoria de insubstituíveis, e a “constructores de memória” porque *“ nós podemos viver sem a (arquitectura), adorar o nosso Deus sem ela, mas sem ela não podemos recordar.”*<sup>24</sup> Esta ascensão de categoria acontecerá com todos os monumentos históricos anteriores ao século XIX, e desde então a conservação dos monumentos será observada com um outro olhar porque, qualquer dano sofrido será irremediável. Esta leitura fará emergir diferentes metodologias quanto à preservação e conservação do monumento histórico. Pela perspectiva anti-intervencionista encontramos William Morris e John Ruskin, pela intervencionista Viollet-le-Duc e mais tarde num repensar de ambas as duas doutrinas, Camillo Boito. Ainda neste século, o património móvel e o urbano entram em discussão.

### 3.5 A primeira metade do século XX

O século XX depara-se nos primeiros anos com a primeira Guerra Mundial, o que inevitavelmente colocará num patamar supranacional a discussão sobre o monumento histórico e sua protecção. Os grandes avanços que ocorrem no século XIX sobre o entendimento do monumento histórico, do seu âmbito e da sua conservação, serão, apesar de algum abrandamento no início do século, continuamente discutidos, no entanto, ainda num contexto estritamente europeu, como é possível observar na Primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos em Atenas, em 1931, em que participaram apenas países europeus. De facto, é a perspectiva europeia que durante largas décadas prevalece

23 Francise Choay, *Alegoria do Património*, pgs 145.

24 Francise Choay, *Alegoria do Património*, pgs 147.

como base de discussão sobre o património cultural, mesmo a legislação em vigor em vários países adopta o modelo francês. Ainda durante a primeira metade do século XX, outras áreas se “estreiam” dentro da classificação de património, como o natural e o arqueológico.

### 3.6 A Convenção da UNESCO de 1972

*“A mundialização dos valores e das referências ocidentais contribuiu para a expansão ecuménica das práticas patrimoniais. Essa expansão pode ser simbolizada pela Convenção relativa à protecção do património mundial cultural e natural, adptado em 1972 pela Conferência geral da UNESCO. Este texto decalcava do conceito de monumento histórico o de património cultural universal. (...) Era assim proclamada a universalidade do sistema ocidental de pensamento e de valores na matéria.”<sup>25</sup>*

A convenção para a protecção do património cultural e natural da humanidade, surge não só da necessidade de desenvolver algum consenso entre as várias políticas nacionais de conservação, mas também da percepção que estas nem sempre são o suficiente na protecção de um dado bem, sendo por isso necessário a entreaajuda entre diferentes nações. Esta convenção, aprovada por unanimidade em 1972, em Paris, estabelece um sistema de identificação, apresentação e registo do património cultural e natural. Dentro do património cultural encontramos: monumentos, conjuntos e locais de interesse; e dentro do património natural: monumentos naturais, formações geológicas e fisiográficas e locais de interesse naturais. Todos os patrimónios a serem inscritos devem promover a diversidade e fomentar a concórdia e a paz entre os povos. Apesar das críticas, este é um “selo” que ao longo das décadas ganhou força, credibilidade e reconhecimento. Hoje, tanto pelo reconhecimento como pelos benefícios que esta classificação envolve, todos os países querem inscrever monumentos numa das duas listas criadas.

### 3.7 Resumo dos avanços históricos

Numa primeira fase durante o século XV temos: o primeiro distanciamento histórico, essencial, como se referiu, para um melhor entendimento do monumento e para a descoberta que não só na antiguidade clássica, e no caso específico de Roma, se podem encontrar monumentos dignos de protecção. Numa segunda fase, durante a revolução francesa encontramos: a introdução do conceito de património nacional que implica não só o Estado, mas também toda a sociedade na preservação e usufruto dos monumentos mais relevantes, a inventariação, a categorização, a atribuição de valores e a introdução de uma metodologia que homogeneíze os processos, importante para a fomentação de uma disciplina que regule a actividade de pro-

25 Francise Choay, *Alegoria do Património*, pgs 223.

tecção dos monumentos. Numa terceira fase, durante a revolução industrial, o monumento ascende a monumento histórico, acrescentando-se o valor de insubstituível ao do tempo, estética, lugar e pensamento; nesta fase, fomenta-se ainda uma larga discussão sobre qual o melhor método a adoptar na preservação do monumento histórico e introduz-se a disciplina do restauro. Numa quarta fase, encontramos um pós guerra que de novo se irá debater com as questões da conservação dos monumentos históricos e onde o “campo” do património cultural se alargará para além da arquitectura, do monumento singular e das restritas fronteiras de cada país, como o confirma a assinatura da convenção da UNESCO de 1972.

### 3.8 A convenção da UNESCO dedicada ao Património Imaterial – 2003 – Antecedentes

A vontade de proteger o património cultural imaterial emerge essencialmente, no meu entender, de quatro factores:

- A discussão sobre o património cultural material e natural que permite perceber que para além destes, outros patrimónios merecem ser protegidos e valorizados, em especial depois da convenção de 1972;
- O facto da maioria do património cultural material e natural se concentrar no “norte” e da convenção de 1972 não “*atender debidamente las expresiones culturales vivas del “sur”*”;<sup>26</sup>
- “... *el enfoque antropológico de la cultura y el hecho de que las ciencias sociales se interesen en los procesos, en detrimento de los objetos, son factores significativos en el proceso de la nueva definición de patrimonio como entidad compuesta de expresiones diversas, complejas e interdependientes, que se revelan a través de las costumbres sociales.*”<sup>27</sup> ;
- A percepção de que o fenómeno da globalização, à parte de aspectos positivos, poderá provocar um decréscimo da diversidade cultural que urge preservar. “... *devemos reconhecer cada vez mais a importância do património, da sua riqueza – em termos de conteúdo – e da sua vulnerabilidade, nos contextos sociais, culturais, económicos e políticos de um mundo ou de uma sociedade que se confronte com a “ameaça” ou o “perigo” da globalização.*”<sup>28</sup>

Para além destes factores, é ainda importante o antecedente legislativo respeitante à Lei de Protecção das Propriedades Culturais de 1950, revista em 1954, em que o governo japonês “*definió las propiedades culturales materiales e inmateriales y a las personas como “tesoros vivos”, recursos y activos de la nación que debían ser protegidos, reconocidos, utilizados y gestionados no con fines de lucro comercial sino para la propia supervivencia de la civilización*”.<sup>29</sup>

---

26 Koichiro Matsuura, *Museum Internacional*, n.º 221/222, pg 4, versão espanhola

27 Mounir Bouchenaki, *Museum Internacional*, n.º 221/222, pg 7, versão espanhola

28 Ana Cristina Leite, *A Matéria do Património*, pg 23/24.

29 Richard Kurin, *Museum Internacional*, n.º 221/222, pg 70, versão espanhola



Todos estes factores foram um impulso para que, nos anos posteriores a 1972, se desenvolvesse a investigação e os documentos necessários para a aprovação, sem nenhum voto contra (8 abstenções) da Convenção Internacional para a Salvaguarda do Património cultural imaterial, em 2003.

Noriko Aikawa, no seu artigo intitulado *Visión Histórica de la Preparación de la Convención Internacional de la UNESCO para la Salvaguardia del Patrimonio Cultural Inmaterial*, dá-nos, como o próprio título indica, uma perspectiva histórica sobre os acontecimentos que antecederam a convenção de 2003 (após a convenção de 1972), dos quais destacarei aqueles que julgo mais relevantes.

A Bolívia, em 1973, requer à UNESCO que se acrescente à Convenção Universal do Direito Intelectual um protocolo que proteja o folclore (o que não veio a acontecer). Em 1989, é elaborado um primeiro instrumento normativo a “Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular”, num esforço de definir práticas que auxiliem os países na protecção dos seus bens imateriais depois de, em 1982, a UNESCO ter convocado a primeira reunião de especialistas governamentais e de ter estabelecido uma definição de “folclore” mais em termos globais do que de direitos de autor. No entanto, esta recomendação foi implementada por poucos países apesar de aprovada por unanimidade.

Um pouco mais tarde, em 1992, a UNESCO cria o programa “Património cultural imaterial”, que é antecedido por uma avaliação científica do conceito base e da metodologia aplicada em anos anteriores nos diferentes âmbitos do património cultural imaterial. No mesmo ano, a Convenção das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica contribui para um aumento da importância do património imaterial em especial no artigo 8(j) “*que alude a la importancia de respetar y preservar el conocimiento y las prácticas tradicionales de las comunidades autóctonas y locales, que son relevantes para la conservación y el uso sostenido de la biodiversidad.*”<sup>30</sup> Em 1993 é desenvolvido o projecto “Tesouros Humanos Vivos” que tem como objectivos: proteger os artistas e criadores de património, incentivar os vários países a proteger os seus “tesouros vivos” e criar uma lista mundial que apresente todas estas pessoas. Em 1995, é proclamado o Decénio das Nações Unidas para as Povoações Autóctones e Minoritárias (1995–2004), o que foi motivo para várias iniciativas em favor da protecção e valorização do património cultural imaterial. Em 1997 a UNESCO dá início ao programa “Proclamação das Obras Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade” e mais tarde, em 2001, e já sob a direcção de Koichiro Matsuura, são proclamadas as primeiras dezanove obras primas. No mesmo ano, é adoptada na 31ª reunião da Conferência Geral da UNESCO em Paris a Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, e no ano seguinte, a 3ª mesa redonda de ministros da cultura discute o “Património Imaterial como espelho da diversidade cultural”.

---

30 Noriko Aikawa, *Visión Histórica de la Preparación de la Convención Internacional de la UNESCO para la Salvaguardia del Patrimonio cultural Inmaterial*, pg 4.

Relativamente à questão da propriedade intelectual, em especial no que se refere ao folclore, desde 1985 que a WIPO (World Intellectual Property Organization) e a UNESCO se preocupam em encontrar soluções, mas separadamente. Em 1997, tentaram mais uma vez em conjunto encontrar um instrumento normativo para a protecção do “folclore”, no entanto, veio a verificar-se que o sistema de copyright não era a melhor solução e assim, em 1999, mais uma vez as duas organizações se encontraram para debater a questão, mas em reuniões regionais. A partir de 2000, a WIPO criou um Comité Intergovernamental sobre a Propriedade Intelectual e dos Recursos Genéticos e Conhecimentos Tradicionais e Folclore que se reúne semestralmente, mas sem a colaboração da UNESCO.

Este breve resumo dos acontecimentos, outros houveram, que antecederam a convenção de 2003, demonstra que antes da convenção existiu um enorme trabalho desenvolvido por inúmeros especialistas e reforça a ideia de que esta é uma temática bastante complexa e de difícil consenso.

### **3.9 A convenção da UNESCO dedicada ao Património Imaterial – 2003**

O documento final aprovado a 17 de Outubro de 2003 na 32<sup>a</sup> Conferência Geral da UNESCO faz referência a seis importantes documentos que se dividem em dois grupos.

No primeiro grupo encontram-se:

- A Declaração Universal dos Direitos Humanos – 1948;
- O Tratado Internacional em Direitos Económicos, Sociais e Culturais – 1966;
- O Tratado Internacional em Direitos Cívicos e Políticos – 1966.

No segundo:

- A Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e do Folclore – 1989;
- A Declaração Universal para a Diversidade Cultural – 2001;
- A Declaração adoptada pela 3<sup>a</sup> Mesa Redonda de Ministros da Cultura, intitulada – Património Cultural Intangível – Um Espelho da Diversidade Cultural – 2002.

O primeiro grupo refere a importância que o Património cultural imaterial tem na defesa e promoção dos direitos humanos, quer sejam económicos, sociais, culturais ou políticos, e o segundo a interdependência que se estabelece entre a diversidade cultural e o Património cultural imaterial fazendo parte integrante deste último a cultura tradicional e o folclore.

Esta convenção reconhece que o processo de globalização bem como as transformações sociais produzem um duplo efeito: por um lado, promovem o diálogo entre comunidades e, por outro, ameaçam a sobrevivência e a salvaguarda de um vasto património. Reconhece ainda

que as comunidades, os grupos e em alguns casos pessoas a título individual, têm um papel fundamental na produção, salvaguarda, manutenção e recriação deste património, enriquecendo a diversidade cultural e a criatividade humana.

A presente convenção considera também que até ao momento da sua assinatura não existia nenhum instrumento multilateral para a salvaguarda deste específico património, salvaguarda essa que deve ser alcançada com a ajuda da comunidade internacional e com a união e cooperação de todos os Estados Membros.

Os principais objectivos desta convenção são: salvaguardar o património cultural imaterial, assegurar o respeito por este património, aumentar a consciência local, nacional e internacional para a importância e fruição do património em causa e cuidar para que exista uma cooperação internacional nesta temática.

O Património cultural imaterial é definido nesta convenção como as práticas, representações, expressões, conhecimentos, capacidades, bem como os instrumentos, objectos, artefactos e os espaços culturais associados que as comunidades, grupos ou indivíduos reconheçam como parte integrante da sua herança cultural. É um património transmitido de gerações em gerações, constantemente recriado, que promove um sentimento de identidade, continuidade e diversidade.

Este património manifesta-se, segundo esta convenção, nas tradições orais e expressões, incluindo a língua; nas artes performativas, nas práticas sociais, rituais e festividades; nos conhecimentos e práticas que digam respeito ao universo e à natureza e ainda no artesanato tradicional.

A salvaguarda deste património inclui: a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a protecção, a promoção, a valorização, o desenvolvimento e a transmissão do mesmo.

Relativamente às medidas que cada Estado Membro deve adoptar para a salvaguarda deste património encontram-se: o dever de inventariar o património, cultural imaterial presente em seu território, actualizando este inventário sempre que possível e submetendo-o ao Comité Intergovernamental para a Salvaguarda do património cultural imaterial (estabelecido nesta convenção); o tomar medidas que assegurem a salvaguarda deste património; o incluir a comunidade, grupos ou organizações não governamentais na salvaguarda deste património; o adoptar de uma política que promova a importância e a função do património em causa, enquadrando-o em programas específicos, o designar de um ou mais órgãos que trabalhem na salvaguarda deste património; o incentivar de investigações científicas, técnicas e culturais, bem como de uma metodologia de investigação que efectivamente salvegarde este património, em especial o que se encontre em perigo e ainda adoptar medidas legais, técnicas,

administrativas e fiscais que: desenvolvam a criação e fortalecimento de instituições que façam a gestão deste património e o transmitam através de fóruns e espaços especializados para esse fim; assegurem o acesso a este património respeitando as práticas e os costumes inerentes e estabeleçam instituições que alberguem e forneçam documentação relativa a este património. A educação não é esquecida, sendo referenciada como de extrema importância no conhecimento e transmissão deste património quer seja ao nível formal ou informal, devendo ser fomentada por todos os Estados Membros.

Ainda nesta convenção, entre muitos outros assuntos, é referido que a partir da entrada em vigor da mesma não se realizará mais nenhuma proclamação de Obras-primas, no entanto, as que foram proclamadas farão parte de uma das duas listas a serem criadas: a Lista do Património Cultural Imaterial da Humanidade e a Lista do Património Cultural Imaterial em Risco. Os critérios para o estabelecimento destas listas bem como da sua actualização e publicação serão objecto de estudo do Comité que deverá elaborar uma proposta e submetê-la à aprovação da Assembleia-Geral. Todos os Estados Membros devem contribuir apresentando cada um a sua própria lista ao Comité. No dia 6 de Novembro de 2008 foram proclamados mais 90 novos bens culturais imateriais, 26 dos quais localizados na região da Ásia-Pacífico, 20 na Europa, 19 na América Latina e Caribe, 18 em África e 7 na região dos países árabes.

### 3.10 A convenção da UNESCO dedicada ao Património Imaterial em 2003 – Crítica

Esta convenção, mesmo tendo sido aprovada sem nenhum voto contra, não deixa de suscitar críticas. Patrícia Salvação Barreto, em 2002, tece cinco críticas ao ante projecto desta convenção que, na altura, já se assemelhava ao texto aprovado. A primeira diz respeito ao facto de o director-geral da UNESCO, Koichiro Matsuura, ter ele próprio escolhido o comité de peritos que elaborou o ante projecto, sem se saber exactamente quais os critérios que estiveram em causa nessa escolha. Uma segunda dirige-se à definição do que é património cultural imaterial, que do ponto de vista desta investigadora é excessiva, englobando o tudo e o nada ao contrário da legislação portuguesa. Uma terceira aponta o facto de somente os países poderem apresentar candidaturas, ou seja, as populações que de um modo geral são as detentoras deste património não são autónomas para apresentar elas mesmas os seus projectos, o que implica que por exemplo a população curda não possa apresentar qualquer projecto autonomamente do governo turco, que provavelmente nunca aceitará apresentar qualquer candidatura deste povo. Uma quarta diz respeito à listagem e classificação que é proposta pela convenção em tudo idêntica àquela proposta em 1972, ambas as propostas partem de candidaturas, também elas criticáveis. Por último, a quinta crítica diz respeito a um dos objectivos desta convenção que é a de garantir até onde for possível a sobrevivência destas realidades quando nenhum Estado ou organização deve forçar um conjunto de indivíduos a manter um património que já não se adequa à sua realidade e vontade.

A maioria destas críticas afigura-se legítimas quando observadas à luz do presente estudo. Relativamente à primeira, devo dizer que, também para mim, os critérios de escolha dos peritos deveriam ter sido mais transparentes, para além de não dever ser somente uma pessoa a decidir, mesmo que esta seja o director-geral da UNESCO; em segundo lugar, a definição de património cultural imaterial patente na Lei Portuguesa não está isenta de crítica, parecendo-me, por isso exagerada a crítica à definição patente na convenção; em terceiro lugar, concordo integralmente que deveriam ser as populações a tomar a decisão e a responsabilidade de proceder a uma eventual candidatura, sem ter esta que passar obrigatoriamente pelos governos dos respectivos países, mas suponho que por se tratar de um campo também político, se assim fosse, quiçá esta convenção não teria sido aprovada; em quarto e último lugar, a classificação também pode ter um carácter positivo como o de dar a conhecer os vários patrimónios mesmo que os critérios não sejam aqueles que desejaríamos, por exemplo, já existiram duas candidaturas do fado a património cultural imaterial da humanidade, no entanto, por não estar em risco de extinção não tem sido aceite, um critério discutível que deixa de fora realidades de grande interesse. Ainda relativamente à quarta crítica, ou seja, à não necessidade de classificação, para além dos aspectos positivos existem também desvantagens. A este respeito, penso que é interessante apontar o trabalho de Chiara Bortolotto: “*In her paper, Living human Treasaurus and their tangible products: tradicional Whistles in Matera, Chiara Bortolotto (Istituto di arti, Culture e Litterature Comparete IULM) raised crucial questions about transformative impact that labelling can have. Looking at the production of tradicional whistles from the regions of Puglia and Basilicata in southern Italy, she presented the case of a craftman who was labelling “living heritage”, and how this labelling transformed him, his practice and the resulting objects. After the recognition had turned his art into a representative symbol of the tradicional pottery of his region, he began signing the whistles and turning them into expensive collectors items. As a result, the whistles became decorative objects and lost their original role in tradicional children’s games. In this sense, Bortolotto’s paper served as an admonition to overzealous heritage managers who seek to append the notion of heritage to too much: it can do as much harm as it can do good, she warned, and the consequences can be devasttating*”.

<sup>31</sup>

A classificação pode ser danosa, mas também a apreciação que lhe precede, se não for correcta, a este respeito Georges Corominas dá-nos um exemplo: “*Por ejemplo, en el decenio de 1970, en Laos – donde, como es sabido, existe una literatura escrita pero la mayor parte es oral – un país occidental quiso hacer bien las cosas y distribuyó una cantidad (varios miles) de transistores pretendiendo salvar el arte indígena. Y fueron un poco deprisa y encontraron, como músico, a un señor que tocaba el khêne (El khêne es un instrumento musical de lengüeta, de Laos) pero que no estaba considerado como un músico excelente y pasó a la radio y todo el mundo oyó cómo tocaba. Entonces ocurrió la catástrofe. La gente se*

31 Charlotte Andrews, Dacia Viejo-Rose, Britt Baillie e Benjamin Morris, *International Journal of Intangible Heritage*, vol.2 2007, pg 127.

*digo: si los farang (La palabra tailandesa farang se emplea para describir a los Caucasianos) consideran que esto les interessa – lo que no era cierto pues los Farang no escuchaban este tipo de programas... en fin, debe ser que es bueno”. Y se pusieron a falsear su propio estilo. Como se puede ver, una cosa mínima puede cambiar muchas cosas.”<sup>32</sup>*

---

32 *Musem Internacional* n.º 221/222, versão espanhola, pg 25.







# IV

## IV CAPÍTULO – O património cultural – contexto nacional





IV

#### 4. O PATRIMÓNIO CULTURAL – contexto nacional

---

##### 4.1 De D. João V à lei n° 153/85

O alvará régio de D. João V, em 1721, é provavelmente um dos primeiros documentos legislativos sobre a preservação do património cultural português. Este texto indica-nos que: *“nenhuma pessoa de qualquer estado, qualidade ou condição que seja, desfaça ou destrua em todo ou em parte qualquer edifício que mostre [antiguidade], ainda que em parte esteja arruinado”*.<sup>33</sup> Mais tarde, em 1880, sai a Portaria de 10 de Dezembro que estabelece o início da inventariação dos monumentos portugueses; em 1901, sai o Decreto-Lei de 30 de Dezembro que estabelece os critérios de classificação dos imóveis; a 10 de Janeiro de 1907, é publicada a primeira lista de imóveis classificados por Decreto-Lei; em 1929, é criada a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais; em 1932, é promulgado o Decreto-Lei n°20985 que organiza o património artístico e arqueológico; em 1980, o Decreto Regulamentar n° 34 cria o Instituto Português do Património cultural; em 1992 o anterior IPPC é extinto e é criado o IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico através do Decreto-Lei n° 106-F; em 1985, é publicada a primeira Lei de Base do Património cultural Português.

O breve resumo anterior dá conta tanto da preocupação que desde o século XVIII existe em legislar o património cultural português, bem como a evolução que desde então tem acontecido sobre esta temática. A Lei n°107/01 que a seguir se discute não seria obviamente possível sem este contexto legislativo. É ainda urgente referir que em 2007, o Decreto-Lei n° 96/2007 cria o IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico que resultou da fusão do Instituto Português do Património Arquitectónico IPPAR e do Instituto Português de Arqueologia IPA e da incorporação de parte das atribuições da extinta Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais DGEMN.

##### 4.2 Lei Portuguesa n° 107/01

A Lei Portuguesa n°107/01 de 8 de Setembro, estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural, *“uma realidade da maior relevância para a compreensão, permanência e construção da identidade nacional e para a democratização da cultura”*, (art.1°). <http://www.ipa.min-cultura.pt>

---

33 Alvará régio de 20 de Agosto de 1721. Disponível em [http://www.ippar.pt/apresentacao/apresenta\\_legislacao\\_alvararegio.html](http://www.ippar.pt/apresentacao/apresenta_legislacao_alvararegio.html)

#### 4.2.1 Património cultural: conceito e âmbito

O artigo 2º da lei em estudo apresenta o conceito e âmbito do património cultural:

*“1. Para os efeitos da presente lei integram o património cultural todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objecto de especial protecção e valorização.*

*2. A língua portuguesa, enquanto fundamento da soberania nacional, é um elemento essencial do património cultural português.*

*3. O interesse cultural relevante, designadamente histórico, paleontológico, arqueológico, arquitectónico, linguístico, documental, artístico, etnográfico, científico, social, industrial ou técnico, dos bens que integram o património cultural reflectirá valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade.*

*4. Integram, igualmente, o património cultural aqueles bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória colectiva portuguesas.*

*5. Constituem, ainda, património cultural quaisquer outros bens que, como tal, sejam considerados por força de convenções internacionais que vinculem o Estado Português, pelo menos para os efeitos nelas previstos.*

*6. Integram o património cultural não só o conjunto de bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respectivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa.*

*7. O ensino, a valorização e a defesa da língua portuguesa e das suas variedades regionais no território nacional, bem como a sua difusão internacional, constituem objecto de legislação e políticas próprias.*

*8. A cultura tradicional popular ocupa uma posição de relevo na política do Estado e das Regiões Autónomas sobre a protecção e valorização do património cultural e constitui objecto de legislação própria.”*

Desta descrição do conceito de património cultural depreende-se que, apesar de legislação própria, tanto a língua como a cultura tradicional portuguesas estão incluídas no conceito a que o presente decreto-lei diz respeito. O ponto 1º e 6º apresentam uma descrição muito abrangente dos bens que se podem incluir dentro do conceito em questão, em especial o ponto 6º que admite os contextos dos patrimónios materiais e imateriais, quando o imaterial em si pode ser considerado como o contexto onde o material se insere; *“By uniting the tangible object and intangible associations surrounding it, museum staff and stakeholders may enjoy richer, more nuanced relationship with that piece of history”*.<sup>34</sup> Apesar do contexto museológico da citação, esta não deixa de abordar o carácter contextual que o património imaterial encerra, não substituindo outras abrangências que adiante serão discutidas. O ponto 3º apre

<sup>34</sup> Charlotte Andrews, Dacia Viejo-Rose, Britt Baillie e Benjamin Morris, *International Journal of Intangible Heritage*, vol.2 2007, pg 125

senta os valores necessários para que um dado bem integre o conjunto do património cultural português, descrevendo um vasto conjunto de áreas de investigação das quais destacarei a etnográfica que, na minha perspectiva, entra em confronto (por se incluir) com a noção de cultura tradicional que se estabelece à parte no último ponto. O ponto 4º aborda exclusivamente os bens imateriais, abrindo a distinção entre estes e os materiais e colocando em pé de igualdade ambos os patrimónios.

Assim, e depois de uma breve análise do artigo 2º, julgo que o âmbito do conceito em estudo é extremamente lato (apesar da distinção entre material e imaterial), não permitindo um pensamento esquemático, mas antes uma leitura geral e difusa de realidades com fronteiras difíceis de reconhecer. Apesar de uma descrição mais precisa poder “deixar de fora” algumas realidades, esta poderá ser útil na medida em que se um conceito for demasiado abrangente corre o risco de incluir ao mesmo tempo o tudo e o nada e abrir portas a diferentes interpretações.

#### 4.2.2 Os bens culturais: conceito e âmbito

A definição de bens culturais é patente no artigo 14º pertencente ao Título IV dos bens culturais e das formas de protecção:

*“1. Consideram-se bens culturais os bens móveis e imóveis que, de harmonia com o disposto nos n.º 1, 3 e 5 do artigo 2º, representem testemunho material com valor de civilização ou de cultura.*

*2. Os princípios e disposições fundamentais da presente lei são extensíveis, na medida do que for compatível com os respectivos regimes jurídicos, aos bens naturais, ambientais, paisagísticos ou paleontológicos.”*

Nesta descrição do que é um bem cultural assiste-se de novo ao alargar do leque a limites pouco reconhecíveis, bem como à exclusão dos bens imateriais citados no 4º do artigo 2º. Esta exclusão dos bens imateriais da categoria de bens culturais coloca-os à parte no Título VIII. O Título VII, dos regimes especiais de protecção e valorização de bens culturais inclui por capítulo os patrimónios: arqueológico, arquivístico, audiovisual, bibliográfico, fonográfico e fotográfico. Para cada um é definido o respectivo conceito e âmbito e demais considerações conforme as respectivas particularidades.

#### 4.2.3 Os bens imateriais, conceito e âmbito

O Título VIII, dos bens imateriais, descreve no artigo 91º o âmbito e regime de protecção destes bens.



*“1. Para efeitos da presente lei, integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória colectivas.*

*2. Especial protecção devem merecer as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos.*

*3. Tratando-se de realidades com suporte em bens móveis ou imóveis que revelem especial interesse etnográfico ou antropológico, serão as mesmas objecto das formas de protecção previstas nos títulos IV e V.*

*4. Sempre que se trate de realidades que não possuam suporte material, deve promover-se o respectivo registo gráfico, sonoro, áudio-visual ou outro para efeitos de conhecimento, preservação e valorização através da constituição programada de colectâneas que viabilizem a sua salvaguarda e fruição.*

*5. Sempre que se trate de realidades que associem, também, suportes materiais diferenciados, deve promover-se o seu registo adequado para efeitos de conhecimento, preservação, valorização e de certificação.”*

Do artigo 91º da presente lei podem retirar-se várias conclusões:

– Todo o artigo é um pouco difuso relativamente ao âmbito deste conceito, tal como acontece na definição do património cultural. A este respeito, julgo ser importante citar Manuel João Ramos quando este refere que: *“a redacção deste artigo mostra ter existido, da parte do legislador, alguma pusilanimidade face às matérias do “património imaterial”, precisamente porque faltou anteriormente uma análise e uma discussão intensivas <sup>1</sup>”; 1. Pusilanimidade que terá levado o legislador a enveredar por uma definição incongruente (“ou”, “e”, “ou não”), evasiva (“realidade que”, “tendo ou não suporte”, “representem testemunhos” com “valor” e “com significado”) e ignorante em relação ao sentido de certos conceitos (assimilando abusivamente “testemunhos etnográficos” e “antropológicos”, “civilização” e “cultura”, “identidade” e “memória”)<sup>35</sup>,*

– Os bens imateriais não são considerados bens culturais atendendo a que os títulos IV (Dos bens culturais e das formas de protecção) e V (Do regime geral de protecção dos bens culturais) referidos no ponto 3º abordam exclusivamente os segundos, dividindo-os nas categorias de bens móveis ou imóveis.

Apesar de compreensível esta divisão entre bens móveis, imóveis e imateriais, julgo que o conceito de bem cultural se deveria estender a todos (é urgente lembrar que a convenção de 1972 sobre o património cultural e natural também não inclui o património imaterial);

– Do vasto campo de bens susceptíveis de se englobarem nesta categoria, as tradições orais e os modos tradicionais de fazer (com especial destaque para a gastronomia) são as realidades

35 João Manuel Ramos, *A matéria do Património*, pg 8.

mais definidas e os valores etnográfico e antropológico os de maior relevância;

– Todas as realidades que não tenham como suporte um bem móvel ou imóvel devem ser registadas ao nível gráfico, sonoro e audiovisual. Na verdade, o registo, foi uma das preocupações do legislador como refere Patrícia Salvação Barreto: “Quanto aos bens imateriais (...) foram previstos instrumentos diferentes que não têm a ver com a classificação, com inventariação, mas sim com registos sonoros, audiovisuais, escritos ou outros, que os meios tecnológicos puderem disponibilizar de modo a que a realidade em causa seja devidamente documentada, que possa constituir objecto de investigação, que seja enriquecida pelos contributos dos antropólogos e dos conhecedores de artes, com o objectivo simples de se poderem organizar programadamente colectâneas, bases de dados, documentos acessíveis a toda a gente, acessíveis pelos indivíduos, acessíveis pelas comunidades...”<sup>36</sup> No entanto, apesar do registo ser fundamental, não se pode limitar a salvaguarda dos bens imateriais ao seu registo, porque deste modo estaremos a promover a sua patrimonialização física, através de documentos históricos e não a sua salvaguarda enquanto realidade intangível que é.

#### 4.2.4 Categoria de bens

No artigo 15º pertencente ao Título IV são descritas as diferentes categorias dos bens culturais:

“1. Os bens imóveis podem pertencer às categorias de monumento, conjunto ou sítio, nos termos em que tais categorias se encontram definidas no direito internacional, e os móveis, entre outras, às categorias indicadas no título VII.

2. Os bens móveis e imóveis podem ser classificados como de interesse nacional, de interesse público ou de interesse municipal.

3. Para os bens imóveis classificados como de interesse nacional, sejam eles monumentos, conjuntos ou sítios, adoptar-se-á a designação «monumento nacional» e para os bens móveis classificados como de interesse nacional é criada a designação «tesouro nacional».

4. Um bem considera-se de interesse nacional quando a respectiva protecção e valorização, no todo ou em parte, represente um valor cultural de significado para a Nação.

5. Um bem considera-se de interesse público quando a respectiva protecção e valorização represente ainda um valor cultural de importância nacional, mas para o qual o regime de protecção inerente à classificação como de interesse nacional se mostre desproporcionado.

6. Consideram-se de interesse municipal os bens cuja protecção e valorização, no todo ou em parte, representem um valor cultural de significado predominante para um determinado município.

7. Os bens culturais imóveis incluídos na lista do património mundial integram, para todos os efeitos e na respectiva categoria, a lista dos bens classificados como de interesse nacional.

8. A existência das categorias e designações referidas neste artigo não prejudica a eventual relevância de outras, designadamente quando previstas no direito internacional.”

---

36 Patrícia Salvação Barreto, *A matéria do Património*, pg 43.

Esta categorização dos bens culturais não existe para os bens imateriais que são legislados em apenas dois artigos: o já referido 91º e o 92º que diz respeito aos “Deveres das entidades públicas”. Deste modo, os bens imateriais não são passíveis de classificação através de uma escala de valores, o que para alguns investigadores nem faz sentido, “*Relativamente à tradição oral, da música, das artes do espectáculo, do saber fazer, das representações, estamos a falar de realidades que, no contexto da comissão, se pensou não ser de todo adequado que pudessem ser protegidas com recurso ao inventário, com recurso às classificações e, no interior das classificações, com recurso ao valor nacional, ao valor municipal ou ao valor público...*”<sup>37</sup> No entanto, tenho conhecimento que a Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz classificou o Cante Alentejano como património imaterial de interesse municipal. Esta classificação, para o ser, teve que obrigatoriamente passar pela IGESPAR, mais concretamente pela sua secção pertencente à Direcção Regional de Cultura do Alentejo. O que nesta classificação causa estranheza é o facto de ter sido atribuído um nível de interesse, quando a Lei Portuguesa não estabelece quaisquer tipos de interesse para os bens imateriais.

#### 4.2.5 Discrepância legislativa entre bens culturais e imateriais

Na lei em análise e após as considerações anteriores, observa-se uma distinção legislativa entre bens culturais e bens imateriais. Os primeiros estão legislados em 76 artigos distribuídos por 4 títulos, 11 capítulos, 7 secções e 2 subsecções a saber:

- título IV Dos bens culturais e das formas de protecção, composto por 6 artigos;
- título V Do regime geral de protecção dos bens culturais, composto por 4 títulos, 7 secções, 2 subsecções e 49 artigos;
- título VI Do regime geral de valorização de bens culturais, composto por 2 artigos;
- título VII Dos regimes especiais de protecção e valorização de bens culturais, composto por 7 capítulos e 19 artigos.

Os segundos pelo título VIII Dos bens Imateriais, composto pelos 2 artigos já citados.

Este pequeno resumo quantitativo julgo ser esclarecedor da especificação legislativa que existe para os bens culturais e o quase vazio relativamente aos bens imateriais.

#### 4.2.6 Principais factores de discrepância

Os principais factores para esta discrepância legislativa, em meu entender, são:

- A discussão exaustiva que ao longo dos tempos e em especial desde a revolução industrial tem vindo a acontecer, primeiro na Europa e depois no resto do mundo, sobre o monumento,

---

37 Patrícia Salvação Barreto, *A Matéria do Património*, pg 42.

o monumento histórico, o património construído, o património urbano, o património móvel, entre outros conceitos;

- A dificuldade em legislar algo (bens imateriais) que à partida é inquantificável e intangível;
- A discussão e investigação sobre os bens imateriais, entendidos como património imaterial ou intangível, surgir apenas depois da Convenção Internacional da UNESCO para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, em 1972. É certo que muito antes da convenção de 1972 os antropólogos já se dedicavam à preservação do “património cultural imaterial”, em Portugal temos o exemplo de Michel Giacometti e Fernando Lopes-Graça e os seus “Arquivos Sonoros” da década de 60, no entanto o conceito ainda não existia tal como se apresenta hoje.

Após os precedentes comentários, considero que a actual Lei Portuguesa sobre o património cultural, no que diz respeito ao material, desde critérios de classificação, à instrução de procedimentos, à tutela de bens, aos deveres e direitos dos proprietários, aos benefícios fiscais, entre muitos outros temas legislados, apresenta-se como um elaborado documento de extrema utilidade para quem trabalha na área do património cultural. É de salientar o papel do Estado, a par das Autarquias, enquanto actor principal na defesa, promoção e salvaguarda do património cultural adoptando uma postura de raiz francesa. Relativamente ao património imaterial, apesar dos esforços, e dos antecedentes (a Lei de Base do Património Cultural Português de 1985 faz referência aos bens imateriais no CAPÍTULO IV do regime específico do património arqueológico, Subtítulo II dos bens Imateriais, Artigo 43º) esta Lei ainda não é suficientemente precisa. No entanto, é de importante referir que, apesar de criticável, esta Lei em 2001 era inovadora: *“A Lei 107/01 (...) é a mais recente lei do património cultural que existe no mundo. É a mais recente no sentido em que não houve, entretanto, revisões legislativas tão profundas em outros estados nacionais. É certo que é apenas uma lei de bases e ainda necessita de desenvolvimento e regulamentação. Todavia, tem cerca de 115 artigos, o que já é bem elucidativo da densidade normativa que encerra. (...) Enquanto se discutia a diversidade cultural na UNESCO.*

#### 4.3 A realidade local: da classificação aos incentivos fiscais

A classificação de um imóvel, seja qual for o seu interesse, tem necessariamente que ter o aval do IGESPAR. Este organismo, com sede em Lisboa, tem várias subdelegações nas diferentes direcções regionais de cultura. No caso específico da delegação no Porto, esta faz parte da Direcção de Serviço de Bens Culturais da Direcção Regional da Cultura do Norte, com sede em Vila Real. Apesar desta centralidade, as autarquias através das suas secções de bens culturais podem conduzir processos de classificação e zelar pela preservação dos bens classificados com interesse municipal. Portanto, como nos refere a arquitecta Domingas Vasconcelos, da divisão de Património cultural da CMP, *“Agora o processo é assim, imagine que a câmara municipal entende que determinado edifício tem interesse ser classificado com valor de in-*

*teresse municipal, esta organiza os documentos, justifica o porquê e dá-se o processo. Em seguida tem que o enviar ao IGESPAR para que este se possa pronunciar e eventualmente reconhecer que esse edifício pode ter um interesse superior a municipal. (...) Um imóvel de interesse municipal, de acordo com a lei 107 de 2001, é classificado pela própria câmara e todas as implicações posteriores são geridas dentro desta. (...) se uma pessoa tem uma casa classificada com interesse público ou nacional se quiser fazer alguma alteração terá sempre que pedir o parecer e a autorização do IGESPAR.”<sup>38</sup>*

#### 4.3.1 A realidade da secção de património cultural da CMP

A arquitecta Domingas Vasconcelos é a única pessoa a conduzir processos de classificação de bens culturais na CMP. Em entrevista, esta arquitecta refere que a classificação de bens é morosa e exige muita investigação e que antes, com uma equipa constituída por três pessoas, era possível adiantar trabalho, neste momento com só uma pessoa é bastante difícil. O que de facto hoje se pretende é que sejam os próprios interessados a realizar a investigação e a apresentar razões para uma possível classificação, como no caso da Machado Joalheiro. O processo de classificação desta loja partiu dos seus proprietários, que aliás conduziram toda a investigação. Neste momento, a casa-mãe da Machado Joalheiro, na rua 31 de Janeiro, está classificada com interesse público, portanto, para qualquer alteração na estrutura ou no interior deve ser consultado o IGESPAR.

Sobre o processo de investigação, a arquitecta Domingas indica algumas fases:

- Visita ao local acompanhada pelo dono ou alguém com uma relação especial com o edifício;
- Procura de licenças relativos ao edifício existentes nos arquivos municipais;
- Procura dos intervenientes na construção;
- Análise de possíveis aspectos decorativos como esculturas ou pinturas;
- Dados relativos a autorias e a datações;
- Referências bibliográficas ou artigos presentes na internet;
- Análise do grau de degradação do edifício;
- Testemunhos de pessoas relacionadas com o edifício.

Toda esta investigação tem como objectivo a instrução de um processo de classificação. Este processo bem como as instruções para o organizar estão disponíveis no site do antigo IPPAR; [http://ippar.pt/ferramentas/formulários/instrução\\_processo.html](http://ippar.pt/ferramentas/formulários/instrução_processo.html).

Relativamente à classificação de bens imateriais não tem existido por parte da secção do património cultural da CMP qualquer investigação.

---

38 Entrevista à arquitecta Domingas Vasconcelos



#### 4.3.2 A realidade da SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto)

O arquitecto Paulo Valença em entrevista refere que a missão da SRU é intervir sobre o edificado. *“O decreto-lei 104 de 2004 estabelece que nós temos poderes para intervir sobre o edificado numa perspectiva estritamente física. No continente e não no conteúdo. No entanto entendemos que reabilitar fisicamente é bom, mas é pouco e que uma cidade não vive só com edifícios em bom estado. Assim, temos outras preocupações em termos estratégicos relacionados com a reabilitação. Aqui na zona central temos 5 vectores de intervenção: a re-habitação da baixa, a promoção do negócio, a revitalização do comércio, a dinamização do turismo, da cultura e do lazer e a qualificação do domínio público (onde se insere a questão da mobilidade urbana). Estes são os vectores que dão forma à nossa plataforma.”*

A área de intervenção da SRU é maior que a área classificada pela UNESCO, delimitada pela muralha Fernandina até à Serra do Pilar e menor que a área decretada pelo Governo como área crítica de intervenção no ano 2000, data anterior ao actual PDM. É de realçar a preocupação da SRU com o comércio e o estudo que esta entidade conduziu entre a zona dos Aliados, Carlos Alberto e Bolhão. Este consistiu num *“...levantamento dos espaços comerciais, dos espaços onde possam abrir novas lojas, e um modelo de como preencher esta área comercial. Foram classificadas todas as actividades e analisada a perspectiva de zonamento, ou seja indicámos qual a actividade comercial mais indicada para cada área. Esta perspectiva de zonamento não é vinculativa mas somente indicativa e serve para podermos informar as pessoas que queiram abrir negócios.”*<sup>39</sup>

Relativamente à manutenção de lojas antigas e da sua actividade, Paulo Valença refere que *“mão é possível proteger nenhuma actividade de nenhuma loja, não existe nenhum instrumento para tal. Pela minha experiência, que trabalhei em projectos de urbanismo comercial, dos vários casos que estudei, a cidade de Vila Real é um dos que lhe poderei falar. Neste projecto eu pertencia a uma equipa que trabalhava o centro da cidade e lembro-me de uma loja em particular que nós referimos que fosse mantida, que é a “Taberna do Alemão”, porque faz sentido naquele espaço e é interessante. Hoje em dia não sei se ainda esta aberta. Este foi o único caso em que indicámos que seria interessante manter a actividade. O único instrumento que antevêjo é meramente indicativo. Assim se puder manter a actividade ainda bem senão não existem instrumentos que possam ser utilizados para manter a actividade.”*<sup>40</sup>

---

39 Entrevista ao arquitecto Paulo Valença

40 Entrevista ao arquitecto Paulo Valença

#### 4.3.3 Os benefícios fiscais

Tanto a arquitecta Domingas Vasconcelos como o arquitecto Paulo Valença referem que os benefícios fiscais para os bens culturais classificados se resumem à isenção de taxas.

Na brochura da SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto), sociedade de capitais públicos e privados, pode ler-se:

**“ IMT (Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis)**

a) *Ficam isentas deste imposto as aquisições de prédios classificados como de Interesse Nacional, de Interesse Público ou de Interesse Municipal;*

*A Zona Histórica do Porto foi classificada como imóvel de interesse público, podendo, assim, requerer-se a isenção do pagamento do IMT.”*

Esta isenção do pagamento do IMT encontra-se também no capítulo VIII dos Benefícios Fiscais Relativos a Imóveis, artigo 40, alínea n) do Regime de Benefícios e Incentivos Fiscais.

Quanto à citação anterior, devo referir que esta brochura não esclarece quais as fronteiras da zona histórica mencionada. Se supusermos que é a zona classificada pela UNESCO, pela Lei Por

tuguesa do património cultural de 2001, esta é obrigatoriamente de Interesse Nacional, o que entra em contradição com o escrito.

**“ IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis)**

a) *Estão isentos de IMI os prédios classificados como Monumentos Nacionais e os prédios individualmente classificados como de interesse Público, de valor Municipal ou Património cultural;*

*A Parte do Centro Histórico do Porto que está classificada como Património Mundial, beneficia deste regime.”*

Relativamente a este segundo imposto devo referir que segundo a Lei Portuguesa em vigor será atribuído um nível de interesse a qualquer imóvel classificado. O IMI e o IMT são os benefícios fiscais que directamente dizem respeito ao património cultural da cidade do Porto. No caso específico das lojas, neste momento estão classificadas a Machado Joalheiro e o Café Majestic e em vias de classificação a Livraria Lello e a casa Vincent. Outras lojas estão classificadas por se encontrarem dentro da área classificada pela UNESCO, e neste contexto é estranho que a casa Vincent esteja em vias de classificação, e que a Machado Joalheiro esteja classificada,

visto que estas lojas se situam na rua 31 de Janeiro, rua abarcada pelo perímetro declarado património da humanidade. Ou seja, apesar da área delimitada pela muralha Fernandina até à Serra do Pilar estar classificada, existe uma segunda classificação sobre imóveis localizados na mesma área. No entanto, uma loja não se constitui só por um espaço, mas também por uma actividade. Nesta perspectiva, e considerando à partida que a actividade é essencialmente não quantificável, esta deverá ser percebida dentro do património imaterial. Relativamente a este património cultural, não encontro na Lei n.º 107/01 nenhum benefício económico ou fiscal.







V

V CAPÍTULO - A imagem do património cultural



V



## 5 A IMAGEM DO PATRIMÓNIO CULTURAL

---

### 5.1 A imagem do material

*“Ya desde su momento más temprano, la fotografía encarna la promesa del archivo universal, y este hecho se demuestra en la proliferación, desde 1851, de campañas o misiones fotográficas, cuyo objetivo inicial es el inventario patrimonial – los monumentos y el paisaje – y con ello la contribución a los discursos sobre los estados-nación, especialmente en Francia y Estados Unidos”.<sup>41</sup>*

A Fotografia relaciona-se com o património cultural desde o aparecimento desta no século XIX. Prosper Merimée, responsável pela primeira Comissão dos Monumentos Históricos, incentiva a primeira campanha fotográfica promovida por um Estado, desta feita ganha consistência a Mission Heliographique. Esta missão, que incorporou fotógrafos como Édouard Baldus, Gustave Le Gray, Henri Le Secq, entre outros nomes de prestígio da época, tinha como objectivo a construção de um arquivo fotográfico público de monumentos históricos que, por um lado, fomentasse a memória destes monumentos e, por conseguinte, da própria nação França e, por outro, formasse uma opinião pública favorável à conservação e restauro destes edifícios. A fotografia é assim inscrita entre o positivismo e o romantismo da época, ou seja, por um lado é entendida como um documento e arquivada como tal e, por outro, é a expressão artística de um autor que com o seu trabalho enaltece a identidade nacional de um país.

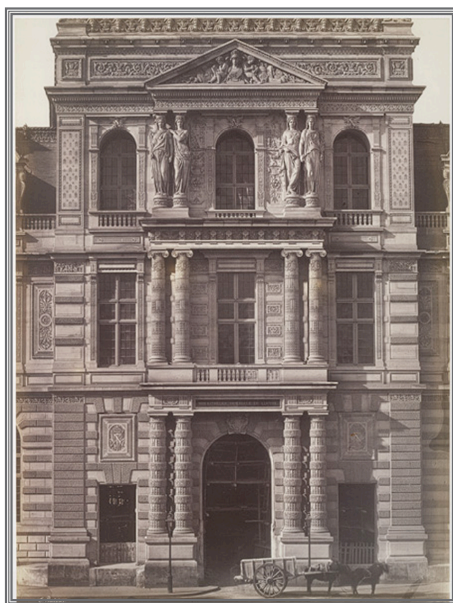


Figura 4 – Biblioteca Imperial do Louvre, 1856-57 – Édouard Baldus

---

41

MACBA, Archivo Universal, Guía de la Exposición, pg 53.



Figura 5 – Pavilhão Molliou, Louvre, 1859 – Gustave Le Gray



Figura 6 – Figuras da Catedral de Chartres, 1852 – Henri Le Secq



Contemporaneamente, na década de 50 do século XIX, Paris está envolta em grandes reformas. O Barão Georges Eugène Haussman dirige todo um processo de modernização da cidade que engloba a destruição de boa parte do centro histórico a favor de melhores condições de salubridade e circulação, o que lhe garante fortes inimizades por parte daqueles que entendem que se deve conservar o centro histórico tal como ele é. Esta luta entre conservação e modernização faz nascer a noção de património urbano sob a pena de John Ruskin e, tal como sucedeu anteriormente, também aqui a fotografia terá um papel relevante. A necessidade de registar os bairros e as ruas que desapareceram com a reforma traduz-se em projectos fotográficos. A exemplo, Charles Marville foi encarregado pela Commission des Travaux Historiques de fotografar a velha Paris e posteriormente a nova Paris, com o intuito de registar as alterações da cidade e de produzir uma nova imagem da cidade moderna, o que enaltecerá o trabalho do Barão Haussman. Outro fotógrafo que também se dedicou a Paris foi Eugène Atget. De entre os seus mais de oito mil registos podemos encontrar fotos de detalhes de edifícios, de paisagens, velhas lojas, antigos ofícios, entre outros pormenores das ruas de Paris que este fotógrafo captava com rigor metodológico, apontando todos os lugares que fotografava. A intenção era registar um presente que se esvanecia no mundo moderno de então.



Figura 7 - Joueur d'orgue, Paris 1898-99 - Eugène Atget

O registo do detalhe e de modos de vida por Atget apontava já para uma consciência de que, em épocas de mudança profunda da sociedade tanto se perdem grandes como pequenos valores, e assim é tão importante registar um grande monumento como uma loja ou uma fonte; e tanto se perdem valores materiais como imateriais, ou seja, tanto se perde a máquina de amolar facas como o amolador e, deste modo, é urgente registar não só o objecto como também a moldura humana que lhe dá sentido (Note-se, no entanto, que Atget gostava de fotografar os espaços sem a presença humana, por isso trabalhava sempre a horas muito vespertinas.) Esta consciência é precisamente aquela que orienta a protecção do património imaterial, ou seja, a percepção de que para além do edificado existem vivências, tradições, objectos e conhecimentos que devem ser preservados com o fim último de prover as diferentes sociedades de sentimentos de continuidade e pertença.



Figura 8 – Avenida “Des Goeblins”, 1927 – Eugène Atget

Outro dos momentos em que a fotografia se encontra com o património é quando o fotógrafo Timothy O’Sullivan é contratado para a expedição geológica Paralelo 40, a primeira de uma série de explorações que o governo Americano promoverá. Este trabalho a par com o de William Jackson sobre Yellowstone e o de Carleton Watkins sobre Yosemite, foram os registos que mais contribuíram para a construção de uma cultura da paisagem americana. Este país criou os primeiros parques naturais e contribuiu fortemente para a inclusão do património natural na convenção da UNESCO de 1972.



Figura 9 – Black Canyon, 1871 – Timothy O'Sullivan

Actualmente, podemos observar no site [www.worldheritageproject.org](http://www.worldheritageproject.org) uma forma bastante directa de relação entre a imagem e o património cultural. Este projecto tem como principais objectivos: a protecção dos bens culturais e naturais classificados pela UNESCO, aumentando, através da divulgação, o conhecimento destes locais e a vontade de os preservar; dar assistência médica, educativa, ambiental ou social às populações que alberguem estes monumentos; promover a compreensão mútua entre os povos; promover o registo de todos os monumentos classificados criando um arquivo universal a que todos possam aceder e, por fim, fomentar, através de publicações, palestras, fóruns e eventos, a criação de uma comunidade internacional que se interesse pela conservação destes monumentos. Esta organização sem fins lucrativos tem sede em Inglaterra e colabora com os fotógrafos Steven McCurry, Mary Ellen Mark, Lynn Davis, Michel Comte, Antonin Kratochvil, Dilip Mehta, James Nachtwey e Payanita Stingh. Este projecto representa a vontade da primeira comissão de monumentos históricos a uma escala planetária, não só porque hoje podemos aspirar a tal cobertura mediática, mas também pelo facto da classificação de património da humanidade da UNESCO encerrar um princípio de universalidade. O facto de ser uma organização não governamental expressa a tradição inglesa de não atribuir ao estado a total responsabilidade na preservação dos monumentos históricos. “A investigação dos antiquários, bem como o seu trabalho de recenseamento, podia ser conduzida por indivíduos, agrupamentos ou em sociedades científicas. Viu-se inclusive que estas últimas tinham espontaneamente tomado a seu cargo a protecção das grandes monumentos religiosos na Grã-Bretanha. Em França, a conservação de um património promovido a propriedade de todos torna-se em contrapartida, num negócio do Estado.”<sup>42</sup>

Esta relação entre imagem fotográfica e património cultural, estabelecida nos exemplos anteriores, acontece devido a cinco aspectos da fotografia: avaliar uma história; recordar um passado; ser expressão artística; repetir-se até ao infinito e ser imóvel.

*“A fotografia é literalmente uma emanção do referente. De um corpo real que estava lá, partiram radiações que vêm tocar-me, a mim, que estou aqui.”*<sup>43</sup>

É certo que a imagem fotográfica para existir necessita de um referente, mas não se pode afirmar que esta intimidade estabeleça uma imagem verdadeira, no entanto, o grau de similaridade entre referente e imagem fotográfica deixa transparecer uma honestidade que permite a esta apresentar-se como um documento. Apesar de hoje em dia as possíveis manipulações da imagem fotográfica serem inúmeras, não deixa de ser verdadeiro que, na génese, esta é uma imagem que emana do real e que ao ter um suporte físico, de certa duração, pode ser visualizada, armazenada e catalogada.

*“Assim, a Fotografia do Jardim de Inverno, por muito pálida que seja, é para mim o tesouro dos raios que emanavam da minha mãe criança, dos seus cabelos, da sua pele, do seu vestido, do seu olhar, nesse dia.”*<sup>44</sup> Roland Barthes descreve-nos uma fotografia que, na sua perspectiva, encarna a verdadeira alma de sua mãe. Mas nem sempre a imagem fotográfica é tão interessante, nem se substitui àquela que criamos cerebralmente ou através de outros métodos, no entanto, pela sua semelhança com o real e persistência física para além deste constitui-se como um artefacto de memória.

*“En cierto modo encarna aquello que siendo expresión se valora a su vez por ser documento”.*<sup>45</sup>

A fotografia, nas palavras de Vilem Flusser, é uma imagem técnica. Para fotografar não faz falta entender a máquina, somente pressionar um botão, não faz falta entender o processo, somente escolher o excerto de realidade que se pretende capturar. No entanto, qual a realidade, quais as condições? O campo de possibilidades que a fotografia apresenta aproximou-a da actividade artística, como meio e como campo, especialmente a partir das vanguardas do início do século XX. De facto, respondendo tanto à necessidade de prova do real como à criação de universos irreais, a fotografia caminha na ténue fronteira entre rigor científico e criatividade artística.

*“(…) a fotografia reproduz até ao infinito ...”*<sup>46</sup>

A possibilidade de vários indivíduos observarem ao mesmo tempo a mesma imagem, em diferentes suportes, geralmente económicos, é um benefício quando se pretende divulgar uma dada realidade. De facto, a imagem fotográfica é um óptimo veículo de propagação de

43 Roland Barthes, *A Câmara Clara*, pg 114.

44 Roland Barthes, *A Câmara Clara*, pg 116.

45 Mario zuzunaga, *Territorio Fotográfico*, pg 10.

46 Roland Barthes, *A Câmara Clara*, pgs 82-83.



informação que, dispensando complexos aparatos, consegue chegar por um baixo custo, a um vasto público, num curto espaço de tempo.

*“Será que no cinema eu acrescento à imagem? Penso que não (...) pois estou sujeito a uma voracidade contínua; muitas outras qualidades, sim, mas não elaboração mental.”*<sup>47</sup>

A fotografia ao ser a imagem de uma única cena não entra em competição quando visualizada, concentrando em si toda a atenção. Ao ser reproduzível num suporte como o papel concede um contacto íntimo e um fácil transporte. Estas condições permitem à fotografia ser lida e contemplada por quanto tempo o observador quiser, nas condições que ele preferir, ao contrário das imagens em movimento que não permitem, com tanta facilidade, esta leitura serena e regulável tanto no tempo como no espaço.

## 5.2 A Imagem do Imaterial

*“Só a perpétua recriação do gesto poderá assegurar o futuro de todo o património.”*<sup>47</sup>

Fernando Pinto, nesta citação, refere-se essencialmente ao património imaterial. Um património de natureza efémera e viva que sobrevive através da recriação de acontecimentos e gestos e na transmissão de saberes. Mais do que qualquer técnica de “restauro” ou registo o mais importante para a preservação deste património é a permanência de pessoas que o recriem e transmitam. No entanto, qualquer registo será um benefício não só como artefacto de memória, mas também como documento. A Lei Portuguesa do património cultural faz referência a esta mesma necessidade, sem no entanto prever a inclusão destes registos noutros patrimónios. A título de exemplo apontamos o registo fotográfico.

Pode ler-se no n.º1 do artigo 90.º do capítulo VII (do património fotográfico) que: *“Integram o património fotográfico todas as imagens obtidas por processos fotográficos, qualquer que seja o suporte, positivos ou negativos, transparentes ou opacos, a cores ou a preto e branco, bem como as colecções, séries e fundos compostos por tais espécies que, sendo notáveis pela antiguidade, qualidade do conteúdo, processo fotográfico utilizado ou carácter informativo sobre o contexto histórico-cultural em que foram introduzidas, preencham ainda pelo menos um de entre os seguintes requisitos:*

- a. Hajam sido produzidas por autores nacionais ou por estrangeiros sobre Portugal;*
- b. Contenham imagens que possuam significado no contexto da história da fotografia nacional ou da fotografia estrangeira quando se encontrem predominantemente em território português há mais de 25 anos;*
- c. Se referiam a acontecimentos, personagens ou bens culturais ou ambientais relevantes para a memória colectiva portuguesa.*

47 Fernanda Pinto, A Matéria do Património, pg.21.

O artigo 90º é mais extenso, no entanto, este é o ponto que merece uma maior atenção porque, apesar de encontrar na alínea a e c um possível enquadramento dos registos fotográficos de bens imateriais, de facto não existe nenhuma referência explícita a estes. Deste modo, parece existir um vazio sobre o destino dos registos de bens imateriais anteriormente mencionados, bem como do património fotográfico, porque tanto no capítulo VII como no título VIII não é mencionada qualquer instituição pública e/ou privada que fique incumbida de reunir estes bens para futura consulta. Mas deverá o registo do Património Imaterial constar de outros Patrimónios ou de um acervo que integre um arquivo dedicado a este?

A questão não é simples e pode ser observada sob três perspectivas:

- (a) – Todo o registo sobre o património imaterial é arquivado em arquivos de outros patrimónios porque o que está em causa é o meio;
- (b) – Todo o registo sobre o património imaterial é arquivado num arquivo dedicado a este porque o que está em causa é o referente;
- (c) – Cada registo é incorporado no arquivo do património imaterial ou num outro conforme a intenção subjacente.

Nenhuma das três hipóteses está isenta de críticas. A hipótese (a) implica uma dispersão de informação que não ajuda à consulta; a hipótese (b) é uma boa opção porque permite concentrar a informação, no entanto podem haver registos que pela sua qualidade e conceito devam incorporar outros patrimónios, neste sentido a cópia seria uma solução se bem que cara; a hipótese (c) implica não só a dispersão de informação como um juízo de valor (uma classificação) que para ser rigoroso deve obedecer a critérios bem estipulados, o que nem sempre é fácil. Assim, a hipótese (b) parece ser aquela que, na perspectiva desta investigação, reúne mais qualidades, no entanto, o hipotético arquivo seria em que moldes, sob que tutela? E será que deveria existir por um lado, um programa de registo a cumprir e, por outro, toda uma liberdade artística que tomasse como ponto de partida os bens imateriais?

Nestas perguntas estão duas ideias em causa: a primeira, é a falha legislativa em apontar caminhos para a criação de um arquivo que tutele os registos dos bens imateriais e, a segunda, é a intenção de preservar o património imaterial não só através de registos documentais, mas também de repertórios simbólicos, partindo do princípio que a criação artística é uma mais valia na divulgação deste património e que a divulgação é uma via de preservação destes bens que se querem vivos. Assim, nesta perspectiva para além da preservação do bem imaterial enquanto realidade intangível que é, acrescenta-se a preservação através do arquivo de registos e de repertórios simbólicos para consulta pública.

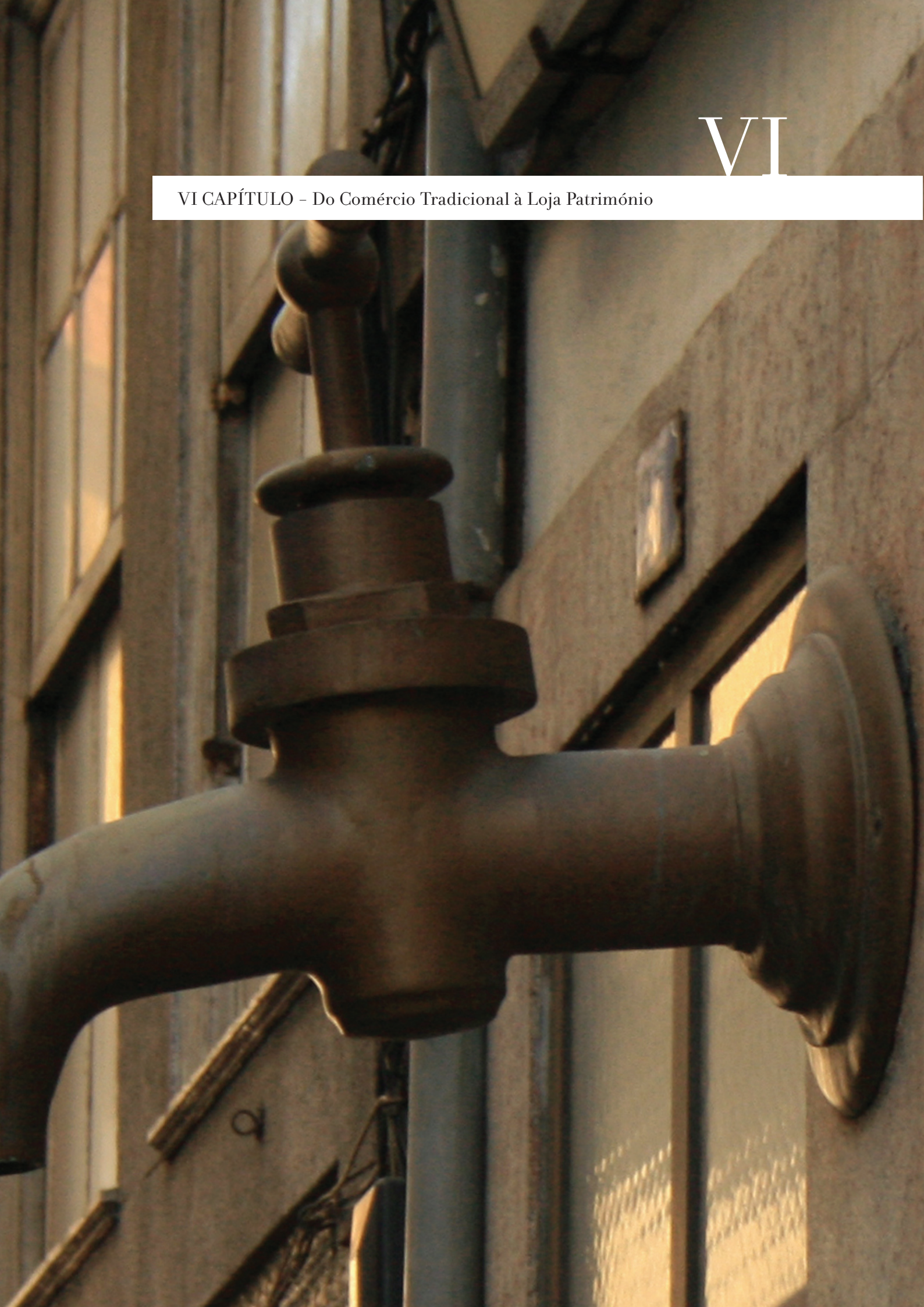






# VI

## VI CAPÍTULO – Do Comércio Tradicional à Loja Património



VI

## 6. DO COMÉRCIO TRADICIONAL À LOJA PATRIMÓNIO

“– *Faz sentido falar em comércio tradicional?*

– *Não, nunca fez na minha opinião, para mim usa-se o termo por facilidade de expressão e portanto tem mais de senso comum do que de bom senso.*”<sup>48</sup>

Qual a designação mais apropriada para as lojas que pretendo estudar? Será comércio tradicional, lojas tradicionais ou lojas património?

Estes conceitos remetem-me para construções mentais assentes nas diferenças entre o “novo” e o “velho” mundo, entre o fechado *shopping* e as velhas ruas do centro da cidade, entre a grande e despersonalizada loja de *franchising* e a pequena loja de electrodomésticos “do senhor Joaquim” ali ao virar da esquina. Ou seja, todo um imaginário assente nas dicotomias entre passado e presente/futuro, entre familiaridade e anonimato, entre grande e pequeno, entre global e local, entre genuíno e descaracterizado, entre tradição e modernidade. No entanto, nada é tão simples e definido, porque os conceitos são complexos e é precisamente na tentativa de compreendê-los que acenta este capítulo.

### 6.1 O comércio tradicional/o comércio moderno

Todos os dicionários e enciclopédias que consultei não registam qualquer ligação entre comércio e tradição. É possível encontrar designações como comércio interno, externo, grossista, a retalho, electrónico, mas não tradicional. Somente a enciclopédia Britannica num esquema de palavras fruto do seu programa *on-line* Thesaurus apresenta uma imagem que relaciona “trade”, “custom” e “tradition”. No entanto, estas relações só são possíveis através do conceito base “custom”, porque entre “tradition” e “trade” não se estabelece qualquer relação directa, o que demonstra que estes conceitos não são facilmente conciliáveis.

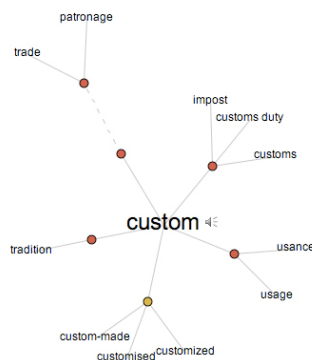


Figura 10 – Programa Thesaurus da Enciclopédia Britannica, versão on-line

48 Entrevista a José Rio Fernandes



A primeira definição de comércio tradicional que li encontra-se no relatório do Observatório do Comércio de 2000, com o título “Comércio Tradicional em Contexto Urbano”. Neste documento pode ler-se: *“Assim, ilustrando a questão com alguns exemplos, em relação ao comércio tradicional, a DGCI (1989; 1995) começa, nos finais dos anos oitenta, por designar mediante este conceito a actividade comercial desenvolvida em “estabelecimentos que se caracterizam pela não utilização do livre-serviço, que sejam dotados de atendimento personalizado e que privilegiem o comércio de proximidade, independente e não especializado”.* Mais recentemente, este organismo acaba por retirar o termo do seu glossário, passando a defini-lo de forma indirecta através do conceito de estabelecimento tradicional, nome pelo qual designam as unidades comerciais em que *“mais de 50% do volume de vendas é realizado através de um contacto directo entre vendedor e comprador (...) no nosso país como em qualquer outra parte do mundo, (este conceito) encontra-se, necessariamente, ligado ao desabrochar da “revolução comercial” e por conseguinte, à difusão dos novos formatos de estabelecimentos (centros comerciais, hipermercados, grandes superfícies especializadas, parques temáticos, lojas de desconto, (...), às “novas” técnicas de venda e estratégias de gestão das lojas que a esta se encontram intimamente associadas.”*<sup>49</sup>

Este estudo relaciona directamente a “revolução comercial” dos anos setenta com o emergir do conceito de comércio tradicional e apesar de admitir falhas aceita o termo por comodidade. Os autores referem que esta decisão deve-se ao facto dos conceitos representarem, de um modo geral, realidades antagónicas, o que nem sempre acontece. O mesmo estudo apresenta mesmo uma tabela com as diferenças entre comércio tradicional e moderno.

Outra figura do meio comercial portuense que discorda do termo “comércio tradicional” é Laura Rodrigues, Presidente da Associação de Comerciantes do Porto. Laura Rodrigues refere que: *“Quando se fala em comércio tradicional fala-se de lojas que mantiveram tanto o artigo como a exposição sempre igual e desse tradicional podemos dizer que há poucas lojas. Mercearias tradicionais há na rua Formosa e na Sá da Bandeira como a Casa da China ou a Confeitaria do Bolhão que vendem como o faziam há uns anos atrás. O que de facto considero, não bem tradicional que não gosto desse nome, mas sim comércio independente é o comércio multimarca que tem um gestor, um dono e onde o dono da loja selecciona aquilo que para ele é bom e interessante. (...) São dois conceitos que estamos aqui a falar: o das multinacionais e o comércio independente.”*<sup>50</sup>

Das citações de José Rio Fernandes e de Laura Rodrigues retiram-se duas dicotomias: a primeira entre comércio tradicional e moderno, e a segunda, entre comércio multinacional e independente. Relativamente à segunda, a tentativa de encontrar um termo diferente é louvável,

49 José Rio Fernandes, Herculano Cachinho, Carlos V. Ribeiro, *Comércio Tradicional em Contexto Urbano*, pgs 8 – 11

50 Entrevista a Laura Rodrigues, Presidente da Associação de Comerciantes do Porto.



no entanto, e como refere José Rio Fernandes, independentes somos todos, o que demonstra que nem mesmo este conceito gera consenso; quanto à primeira, é perceptível a indefinição do termo tradicional e é curioso que seja adoptado, mesmo sem existir consenso quanto à sua abrangência. Mas porquê esta recíproca anulação entre tradição e modernidade?

*“Uno de los legados más importantes del pensamiento social clásico es la idea de que, con el desarrollo de las sociedades modernas, la tradición pierde gradualmente significado y finalmente deja de jugar un papel significativo en la vida cotidiana de la mayoría de los individuos. Se da por supuesto que la tradición es algo que pertenece al pasado (en muchos sentidos), y por lo general se contraponen las “sociedades modernas” a las “sociedades tradicionales” que las han precedido.”*<sup>51</sup>

Sempre que a ciência e a razão estiveram presentes como fontes de conhecimento e de regras pelas quais os seres humanos e a sociedade deviam guiar-se, a tradição foi criticada. Esta negação da tradição como meio de desenvolvimento foi herdada do Iluminismo no século XVIII, teoria segundo a qual qualquer sociedade que quisesse ser moderna teria de enfrentar os sistemas opressivos e arbitrários do passado, ou seja, a monarquia com o seu poder incontestável e a igreja católica e os seus dogmas. A tradição, neste contexto, passou a representar um passado em que tanto as instituições de poder como o conhecimento adquirido não eram postos em causa e, por inerência, adquiriu o estigma de superstição, um termo vago que assenta na existência e eficiência não demonstrável de entidades não existentes e o da ignorância, que diz respeito ao não conhecimento.

A tradição era o mal de tudo e a substituição desta pelo pensamento científico significava a abolição ou diminuição de todos os poderes e privilégios adquiridos e dados como certos. Deste modo, emerge no século XVIII o antagonismo entre tradição e modernidade, onde a primeira representa o passado, a ignorância, a estagnação, o dogma, a superstição, a injustiça social e o poder sem legitimidade, e a segunda, representa o presente/futuro, o conhecimento científico (aquele que questiona e procura respostas através da razão e da experiência), a mudança, o progresso, a individualidade, a liberdade de pensamento, a igualdade de direitos e o poder não arbitrário e não opressivo.

Assim, ao invés de ser discutida como conceito a tradição passou a estar associada a um particular tipo de sociedade e cultura que representava todos os defeitos que se queriam ver abolidos através do pensamento científico. (*“Traditionality became the ubiquitous enemy to every critic of ancien régime, it was thought that when traditionality yielded place to reason and to scientific knowledge, all the vices which it sustained would fall away. (...)The first entry on the agenda of the Enlightenment was therefor to do away with traditionality as*

---

51 John B. Thompson, *Los media y la modernidade*, pg 237.

such...”)<sup>52</sup> Desta dicotomia “nasce” a recíproca negação entre tradição e modernidade e o tom pejorativo que adquiriu a tradição numa sociedade sedenta de mudança, racional e contemporânea, onde o passado apesar de admirado não é um modelo para o futuro. (*“Change has become coterminous with progress; innovation has become coterminous with improvement. The notion of doing well what has been done before is not rejected; is not thought of. In fact, a great deal of what has been is accepted but that falls outside the interest of intellectual discussion. It belongs to the routine of life and is too petty to be acknowledge.”*)<sup>53</sup>

O antagonismo entre tradição e modernidade e a necessária destradicionalização das sociedades modernas formaram parte das teorias de modernização desenvolvidas nos anos 50 e 60 do século XX. Estas duas décadas precedem a revolução comercial dos anos 70 e 80, altura em que é introduzido o termo comércio tradicional em contraste com o comércio moderno. No entanto, a partir de certa altura passou a não fazer sentido porque cada vez mais as descrições de comércio tradicional e moderno se tornam complexas e imbricadas: *“Todavia, se existisse uma correspondência linear, por um lado, entre comércio tradicional e os pequenos estabelecimentos, as pequenas empresas, os comerciantes independentes, as estratégias de gestão passivas, os princípios de localização da centralidade e da proximidade, e os estabelecimentos meros espaços de troca e de abastecimento, e por outro lado, entre o comércio moderno, as grandes superfícies, o livre-serviço, as grandes cadeias de distribuição, as sociedades anónimas, as estratégias de gestão pró-activas, a localização dos pontos de venda na periferia, regulada pelos princípios da acessibilidade e da facilidade de estacionamento e o estabelecimentos “mercadoria”, o problema da distinção entre comércio tradicional e moderno, bem como a sua caracterização, estaria solucionado. No entanto, embora muitas vezes o discurso vá nesse sentido, a realidade é bem mais complexa, podendo-se encontrar tanto de um lado como do outro situações de autêntica reversibilidade.”*<sup>54</sup>

É curioso que o estudo do qual é retirado este excerto se intitule “O comércio tradicional em contexto urbano” e que se encontrem discursos como: *“Ora bem a minha tese é que a partir do anos oitenta, as alterações à escala europeia e mundial fizeram com que, em Portugal, em pouco tempo, ocorressem um conjunto de transformações no comércio. O moderno comércio do século XIX transforma-se no comércio tradicional de hoje.”*<sup>55</sup> Portanto, o conceito de comércio tradicional, apesar da aceitação por parte de investigadores de que já não faz sentido utilizá-lo, entra nos seus discursos. Julgo que esta realidade, no contexto específico do comércio, tem como base o facto da tradição, ao representar o passado e ao ser conotada com o não progresso e a não mudança, refere-se à realidade imediatamente anterior e antagónica daquela em que vivemos. Este antagonismo sub-entende uma revolução, uma diferença clara

---

52 Edward Shills, *Tradition*, pg 6.

53 Edward Shills, *Tradition*, pg 4.

54 Comércio Tradicional em Contexto Urbano, pg 17.

55 Entrevista a José Rio Fernandes.

entre um antes e depois que com o passar do tempo naturalmente se esvanece por contaminação e que à falta de outra designação permanece nos discursos.

Ainda dentro do contexto do comércio, existem autores que aplicam o conceito de tradição não como antónimo de modernidade mas como uma categoria do sector comercial. “Por exemplo, J. Roussau (1997) considera no comércio europeu quatro grandes categorias: o comércio tradicional, o comércio de massa, o comércio segmentado e o comércio administrado. Utilizado neste contexto, este tipo de comércio não é mais do que uma das quatro categorias em que se pode dividir o sector. Depois, quando se observam as características associadas a cada uma delas, facilmente nos apercebemos que estas de forma alguma são exclusivas. Para dar alguns exemplos, o comércio tradicional, que J. Rousseau caracteriza pela “pequena dimensão das empresas, geralmente de cariz familiar; o posicionamento descaracterizado e pouco rigoroso em termos de mercado; a indefinição e imprecisão dos critérios de gestão; e a manutenção de um certo grau de convivencialidade”, também podem ser encontrados, por exemplo, na categoria do comércio segmentado. Por sua vez, nos países de leste europeu, onde o comércio administrado foi ou ainda é, por excelência, a forma tradicional de distribuição, com a privatização maciça das empresas de pequena e média dimensão, a tendência é para que seja progressivamente substituído pelo comércio tradicional, tal como é definido para os países ocidentais de economia de mercado.”<sup>56</sup>

A citação anterior reforça a ideia de que, seja como antónimo de modernidade ou como uma categoria do sector comercial, o conceito de comércio tradicional não gera consenso, por duas razões no meu entender: a primeira, diz respeito à contaminação, referida anteriormente, entre tradição e modernidade que acontece depois da mudança/ruptura e que dificulta a balização de cada conceito e a segunda relaciona-se com a inviabilização de uma definição universal atendendo ao facto de que, tendo a tradição uma relação directa com o passado este é diferente de região para região.

## 6.2 A Loja tradicional

Para trás, no subcapítulo anterior, ficam as ideias de que o comércio tradicional enquanto antónimo de moderno já não faz sentido e como categoria de comércio, numa perspectiva geral também não, no entanto, mesmo assim o conceito permanece dos discursos. Laura Rodrigues, em entrevista, refere que o termo deveria ser desviado para as lojas que mantiveram igual o artigo e a exposição. Ideia semelhante é expressa por José Rio Fernandes. “O comércio tradicional devia ser o comércio património, ligado às tradições, onde há uma loja de grande qualidade, que é uma referência, algumas cidades têm lojas de referência, a Lello por exemplo, talvez valesse a pena falar de comércio tradicional, de tradição, mas num sentido

---

56 Comércio Tradicional em Contexto Urbano, pgs 11-12.

positivo. Este termo infelizmente ganhou um sentido negativo, muito por contraponto com o comércio moderno e neste conflito entre o comércio pré-existente e comércio moderno a certa altura, como em todas as guerras, faz-se o discurso do absurdo. Os que estavam diziam que não podia haver novas lojas porque isso ia arruiná-los e portanto o Estado tinha a obrigação de os proteger e os modernos diziam que eles eram passados, antiquados e muito tradicionais e a coisa ficou assim e continuou até hoje a usar-se este termo “tradicional”, com cariz pejorativo a pensar no comércio pré-existente aos anos 80.”<sup>57</sup>

Relativamente a esta associação do comércio tradicional com lojas antigas, é interessante observar as publicações “Lojas Antigas de Lisboa – Roteiro da Baixa Pombalina, vol. 2” e “Lojas de Tradição” e os critérios de escolha utilizados pelos seus autores para inserir ou não determinado estabelecimento comercial.

“Os critérios utilizados na escolha das lojas tiveram em conta, sobretudo, os seguintes aspectos: a antiguidade do estabelecimento, a manutenção do nome da loja, da sua actividade económica e a pertença a uma única família, o carácter familiar do estabelecimento e o atendimento personalizado, e ainda a preservação do espaço físico da loja.”<sup>58</sup>

“Deste modo a escolha teve em conta: a antiguidade – todas as lojas tem mais de sessenta e cinco anos; a permanência no seio da mesma família – só se exclui o majestic; a localização central e a preservação da forma de ser e estar. Nos critérios adoptados incluímos ainda a representatividade nos respectivos ramos, e tanto quanto possível a coexistência de fabrico.”<sup>59</sup>

No conjunto das citações o conceito de comércio tradicional implica: a permanência do artigo, da actividade, do nome, do espaço e da família proprietária, carácter familiar, atendimento personalizado, qualidade, antiguidade (mais de 65 anos), localização central, património, tradição e tanto quanto possível fabrico próprio e representatividade no respectivo ramo. Ou seja a tradição implica uma representação de um passado particular o mais fiel possível. Será assim?

“Tradition means many things. In its barest, most elementary sense, it means simply a *traditum*; it is anything which is transmitted or handed down from the past to the present. It makes no statement about what is handed down or in what particular combination or whether it is a physical object or a cultural construction; it says nothing about how long it has been handed down or in what manner, whether orally or in written form.(...) The decisive criterion is that, having been created through human actions, through thought and imagination, it is handed down from one generation to the next.”<sup>60</sup>

57 Entrevista a José Rio Fernandes.

58 Lojas Antigas de Lisboa – Roteiro da Baixa Pombalina, vol. 2, pg 19.

59 Lojas de Tradição, pg 10.

60 Edward Shills, *Tradition*, pg 12.



Da leitura de Edward Shills, a tradição relaciona-se com o passado e com a transmissão de geração em geração. John B. Thompson, concordando com esta definição, clarifica quatro tipos de tradição que muitas vezes se misturam e potenciam:

– Normativo – “De um lado, material procedente del pasado serviría de guía normativa, en el sentido de que ciertas prácticas están rutinizadas, esto es, están planteadas como una cuestión de rutina, con poca reflexión sobre el porqué han sido hechas de este modo. Por otro lado, el material precedente del pasado puede servir como guía normativa en el sentido de que ciertas prácticas estarían tradicionalmente fundamentadas, es decir, fundadas o justificadas en referencia a la tradición.”<sup>61</sup>

– Hermenêutico – “... la ilustración (Iluminismo) no es la antítesis de la tradición, sino, por el contrario, una tradición entre otras, es decir, un conjunto de presuposiciones que proporcionan estructuras para la comprensión del mundo.”<sup>62</sup>

– Legitimador – “Lo que quiero decir es que la tradición sirve, en determinadas circunstancias, como fuente de apoyo para el ejercicio del poder y la autoridad. (...) En este sentido, podría hablarse de la “ideología” de las tradiciones; esto es, pueden ser utilizadas para establecer o mantener relaciones de poder estructuradas de formas sistemáticamente asimétricas.”<sup>63</sup>

– Identificador – “Como conjunto de asunciones, las creencias y pautas de conductas proceden del pasado; las tradiciones proporcionan algunos de los materiales simbólicos para la formación de la identidad individual e colectiva. El sentimiento de uno mismo y el de pertenencia están ambos formados por los valores, creencias y formas de conducta transmitidas desde el pasado. El proceso de formación de identidad nunca comienza de cero; siempre se edifica sobre conjuntos de materiales simbólicos preexistentes, que constituyen los fundamentos de la identidad.”<sup>64</sup>

Alguns destes aspectos da tradição apontados por John B. Thompson e E. Shills são perceptíveis nas implicações do comércio tradicional anteriormente referidas ou seja:

- Algo que vem do passado – antiguidade;
- Transmitido de geração em geração – permanência da família proprietária e numa outra perspectiva, sucessivas gerações da mesma família optarem por comprar numa determinada loja; ter mais de 65 anos; (É urgente referir que E. Shills considera que para uma tradição o ser tem que ser transmitida, pelo menos, por três gerações, no entanto, deixa em aberto o espaço temporal que uma geração exige. Neste caso em particular, associa-se os referidos 65 anos de existência a três gerações de uma mesma família.)
- Normativo – carácter familiar, ou seja, a rotina de comprar numa determinada loja e assim criar laços afectivos ou o saber pela rotina que uma determinada loja ali está como sempre esteve;

61 John B. Thompson, *Los media y la modernidad*, pg 244.

62 John B. Thompson, *Los media y la modernidad*, pg 244.

63 John B. Thompson, *Los media y la modernidad*, pg 245.

64 John B. Thompson, *Los media y la modernidad*, pg 246.

- Legitimidor – apesar de John B. Thompson dirigir este tipo de tradição para o poder político, julgo que este poder-se-á também aplicar à representatividade de uma loja no respectivo ramo, ou seja quando uma loja é referência de qualidade ou de um saber fazer;
- Identificador – permanência do artigo, da actividade, do nome e do espaço, ou seja, um conjunto de materiais simbólicos fundadores de identidade espacial, colectiva e individual.
- Hermenêutico – localização central, atendimento personalizado, ou seja, dois aspectos que não sendo exclusivos são característicos de uma determinada época que a certa altura se vê confrontada com outro tipo de comércio que se localiza na periferia e adopta o livre serviço. O que é hoje tradicional não o será necessariamente amanhã.

A identificação, nos quatro tipos de tradição enunciados por John B. Thompson, dos requisitos anteriormente enunciados julgo ser o bastante para considerar que as lojas presentes nas edições e entrevistas citadas são lojas tradicionais. Mais, ao compreender que os quatro tipos de tradição não se excluem e potenciam-se, não é necessário que uma determinada loja cumpra com a totalidade dos requisitos, mas sim com a maioria, só assim se explica que o Café Majestic no Porto, que já foi propriedade de vários indivíduos sem laços familiares, seja considerado uma loja tradicional bem como a loja À Noiva que apesar de antiga já sofreu várias alterações no seu espaço comercial.



Figura 11 – Fachada da À Noiva

De todos os requisitos das lojas tradicionais anteriormente expostos, existem dois que me suscitam um interesse especial, falo do ser um referente no seu ramo e ter fabrico próprio. Estes requisitos, não sendo essenciais na perspectiva dos autores do livro “Lojas de Tradição”,

são importantes. O primeiro conceito levanta a questão da qualidade que julgo não ser intrínseca à tradição, apesar de muito associada a esta em especial no sector do comércio, a segunda revela que o saber fazer é importante, mesmo num sector que não se define como produtor, mas como intermediário.

Em conclusão, a designação de loja tradicional tal como é aplicada nos exemplos citados faz sentido, e mesmo não se associando a nenhuma época, atendendo à especificidade do nosso tempo, as lojas tradicionais são consideradas como tal não só pelas suas especificidades, mas também por serem consideradas o reverso da medalha do comércio moderno.

### 6.3 A loja património

*“É também difícil distinguirmos entre diversidade cultural de um povo ou de uma comunidade, e a sua história ou a sua identidade. Assim, quando falamos, por exemplo, das festas de Santo António em Lisboa, de jogos tradicionais (como o jogo da pela), da arte dos calceteiros, de algumas actividades comerciais (o artesanato, ou mesmo o chamado comércio local tradicional), podemos classificá-las no contexto da cidade de Lisboa como exemplos do seu património imaterial que podemos desejar preservar e valorizar.”*<sup>65</sup>

Ana Cristina Leite, neste texto, sugere que o comércio local tradicional de Lisboa, ao reforçar a identidade e diversidade da cidade, é um património imaterial que deve ser preservado. O comércio tradicional, como foi observado no capítulo anterior, é um conceito difuso de difícil balização que cada vez mais é substituído pelo de loja tradicional ou loja de tradição. A loja de tradição, por seu turno, exige determinados critérios que reflectam o conceito de tradição e o tempo em que nos encontramos.

Este afunilamento de conceitos é urgente quando se tenta definir o conceito de loja património, porque a classificação, que exige o património cultural, aborda realidades que se possam circunscrever e definir. Esta necessidade é observável em todas as listas de classificação de bens culturais da UNESCO, no entanto, é compreensível que esta tarefa seja mais fácil quando falamos do património material do que do imaterial.

A classificação como património cultural imaterial da humanidade do Samba de Roda da Baía de Recôncavo ou do Ballet Real do Camboja denotam a necessidade delimitar uma dada realidade. Por este motivo, a proposta de classificação do património imaterial Galaico-Português não foi aceite. Esta proposta englobava tantas e tão diversas realidades que, aos olhos da UNESCO, apesar de ter qualidade devia ser redefinida e afunilada. Na minha perspectiva, é correcta esta observação porque a cultura de um povo não é classificável, o que pode ser

65 Ana Cristina Leite, *A Matéria do Património*, pg 25-26

classificável são as expressões que participam e dão vida a esta cultura. Deste modo, opto pela realidade da loja, ou melhor pela realidade de uma determinada loja, partindo de um estudo precedente que engloba cinco lojas.

### 6.3.1 A loja

O património cultural de modo diferente da tradição distingue duas realidades, a material e a imaterial e julgo que numa loja podemos encontrar as duas componentes.

#### LOJA

nome feminino

1. lugar para exposição e venda de mercadorias; casa comercial
2. pavimento térreo de um prédio; cave
3. casa que serve de oficina ou de arrecadação
4. associação de maçonaria
5. lugar de reunião de uma associação de maçonaria

(Do frânc. *laubja*, «id.», pelo fr. *loge*, «id.»)<sup>66</sup>

Segundo esta definição, uma “loja” é o conjunto de uma actividade comercial e de um espaço físico imóvel que pode comportar produção e armazenamento e por princípio situar-se-á num andar térreo. Nesta perspectiva, a existência de uma loja depende tanto da permanência da actividade como do espaço.

A partir desta definição e tendo como ponto de referência as definições de património material e imaterial já expostas, julgo poder-se associar o espaço e o conteúdo da loja, como realidades quantificáveis que são, com o primeiro conceito, e a actividade e as técnicas de produção, como realidades inquantificáveis, com o segundo conceito. É certo que o património imaterial também incorpora materialidade, mas este é de pequena escala e diz respeito aos utensílios ou outros artefactos que participem directamente na realidade de um bem imaterial.

Nos próximos subcapítulos tentarei dar corpo ao conceito “Loja Património” e observar a sua pertinência e possível aplicação tendo como base de estudo cinco lojas do centro da cidade do Porto a saber: Casa Hortícola, Drograria Louzada, Cabeleireiro Sousa, Cardoso Cabeleireiro e Machado Joalheiro. Porquê a escolha destas lojas? Porque todas elas são lojas tradicionais.

---

66 Dicionário Porto Editora



### A Casa Hortícola

A Casa Hortícola, instalada no espaço da antiga Salsicharia Universal numa das esquinas do Mercado do Bolhão, abre as portas em 1921. Desde então tem mantido a actividade de venda de produtos hortícolas, em tempos conjugada com a produção de viveiros de plantas e árvores. O espaço mantém-se tal como no dia da inauguração e é curioso que até os lavatórios da Salsicharia Universal tenham sido conservados. A propriedade da loja sempre se manteve na mesma família. Esta loja faz parte do lote de lojas eleitas para figurar no livro “Lojas de Tradição”.



Figura 12 – Fachada da Casa Hortícola

### A Drogaria Louzada

A Drogaria Louzada, instalada no Largo de S. Domingos nos nº104-105, foi fundada em 1923 por Manuel Baptista Pereira. Desde então manteve a actividade de venda de produtos de higiene pessoal e limpeza de casa. O seu proprietário actual, Edmundo Santos, começou a trabalhar aos 12 anos neste estabelecimento. Aos 40 anos aceitou a proposta de ser dono da loja porque como diz – “*não sabia fazer outra coisa senão trabalhar atrás de um balcão*”. O espaço da loja foi mantido tal como nos primeiros dias da inauguração e apesar das ofertas de compra do móvel que dá vida ao lugar, Edmundo Santos preferiu não só mantê-lo como ainda restaurá-lo.



Figura 13 – Fachada da Drogaria Louzada

### O Cabeleireiro Sousa

A Cabeleireiro Sousa localiza-se na Rua Sá da Bandeira no n.º 13. Foi inaugurada em 1906 pela mão do Senhor Tinoco com a designação de Barbearia Tinoco. Por volta do 25 de Abril, altura em que José da Silva Sousa regressado do ultramar compra a loja, a designação altera-se para Cabeleireiro Sousa. Nesta época, o senhor Sousa empregou mulheres para cortar a barba e o cabelo dos homens, o que foi uma grande inovação na altura. Esta loja, pela sua centralidade e qualidade, tornou-se numa barbearia de referência do Porto, em especial para os artistas que vinham actuar ao Teatro Rivoli e Sá da Bandeira. Todo o espaço foi mantido como no dia da inauguração, à excepção de alguns pormenores. Sobre esta loja foi publicado um artigo na revista Visão a 14 de Fevereiro de 2008.



Figura 14 – Fachada da Cabeleireiro Sousa



### O Cardoso Cabeleireiro

A Cardoso Cabeleireiro abre as portas em 1906 no n.º 105 da Rua do Bonjardim. O seu fundador, Jerónimo Cardoso Jorge, instala num mesmo edifício, a produção, a venda de cabeleiras, a armazenagem de matéria-prima e a casa de habitação. A loja, situada no andar térreo, mantém até hoje os mesmos móveis, os mesmos utensílios e técnicas de produção. A propriedade da casa manteve-se dentro da mesma família até ao momento em que por falta de descendentes directos, os empregados de então tornaram-se nos proprietários de hoje. Esta loja faz parte do lote de lojas eleitas para figurar no livro “Lojas de Tradição”.



Figura 15 – Fachada da Cardoso Cabeleireiro



### **A Machado Joalheiro**

A Machado Joalheiro, situada da Rua 31 de Janeiro, n.º 200, inaugura neste edifício em 1914, pela mão do seu fundador, Alfredo Pinto da Cunha. Desde então a actividade desta loja tem sido a venda e, por vezes, a produção de jóias e relógios. A propriedade da loja segue dentro da mesma família, tendo passado de tio para sobrinho e entre este e os seus filhos. Esta é a casa mãe do grupo de lojas Machado Joalheiro que de resto têm mantido o atendimento personalizado. O espaço mantém-se idêntico ao dia de inauguração, tendo sofrido pequenas remodelações em especial no ano 2000; neste momento este edifício está classificado como Património cultural de Interesse Público por iniciativa dos seus proprietários.



Figura 16 – Fachada da Machado Joalheiro

### 6.3.2 Loja – Património cultural material

Neste momento, na cidade do Porto, existem duas lojas que têm os seus edifícios classificados, ambos com interesse público: a loja “Machado Joalheiro” e o “Café Majestic”. Outras duas lojas a Livraria Lello & Irmão e a Casa Vincent, têm o seu espaço construído em vias de classificação.

Das entrevistas que realizei, pude constatar diferentes perspectivas de lojistas face à classificação patrimonial:

- Os proprietários da Cardoso Cabeleireiro e da Casa Hortícola julgam que as suas lojas estão classificadas pelo facto de, em 1993, lhes ter sido atribuída uma placa com a designação “Loja de Tradição”. Esta distinção, concedida pelo Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas com o investimento do Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, tinha como objectivo distinguir lojas que pela sua qualidade e antiguidade merecessem esta prerrogativa. No mesmo ano foi lançado o livro “Lojas de Tradição” que hoje apenas está disponível em bibliotecas.
- O proprietário da Drogaria Louzada entende que a sua loja está classificada por se encontrar dentro da área classificada pela UNESCO.
- Os proprietários do Cabeleireiro Sousa tinham interesse em ver o seu espaço classificado e até já consideraram a hipótese, no entanto a inexistência da fachada e da porta original, hoje substituídas por caixilharias de metal, dificultam o processo.
- O proprietário da Machado Joalheiro refere que não tem praticamente benefícios fiscais com a classificação do seu imóvel, mas que é com grande satisfação que recebe este reconhecimento. Comenta ainda que todo o processo foi dirigido por pessoas ligadas à loja e que a candidatura teve dois grandes objectivos: organizar a história do estabelecimento e aumentar a notoriedade.

As vantagens que os lojistas vêem numa classificação patrimonial são de um modo geral: o aumento da notoriedade e o orgulho de verem reconhecido o valor dos seus espaços comerciais que tanto estimam e que não desejam alterar. Os benefícios fiscais são entendidos como pouco significativos. Quanto a desvantagens, estes lojistas não vêem nenhuma, porque não pretendem alterar os seus espaços.

As diferentes lojas que estudei apresentavam todas elas um espaço interior com particularidades interessantes, a saber:

- A Casa Hortícola apresenta um espaço que ainda conserva alguns lavatórios da antiga Salsicharia Universal que abriu no mesmo espaço aquando da inauguração do Mercado do Bolhão. O espaço brinda-nos com um balcão em madeira pintada de verde e o tampo em mármore. Todo o espaço da loja é curvo e preenchido com armários também eles em madeira pintada de verde-escuro e com imagens de plantas. O tecto é em estuque trabalhado com frisos em pedra, as paredes para além dos armários contêm o retrato do fundador e no meio da loja existe um grande candeeiro em ferro e vidro. Entre o rés-do-chão e o primeiro andar existe uma belíssima escada em caracol. Esta é uma loja com um espaço arquitectónico que julgo ser passível de classificação.



Figura 17 – Interior da Casa Hortícola



Figura 18 - Interior da Casa Hortícola



Figura 19 - Interior da Casa Hortícola



- A **Drogaria Louzada** é um espaço que conserva as portas originais em madeira e um armário desenhado especialmente para a loja com divisões específicas para os diferentes produtos. Este armário ocupa três paredes da loja, deixando livre um espaço central que serve para colocar uma balança, uma caixa registadora e outros produtos. À entrada situa-se um balcão de atendimento. Quanto ao espaço arquitectónico, não lhe encontro particularidades de relevo.



Figura 20 – Interior da Drogaria Louzada



Figura 21 – Interior da Drogaria Louzada



Figura 22 – Interior da Drogaria Louzada

- A **Cabeleireiro Sousa** mantém o espaço original desenhado pelo arquitecto Marques da Silva, autor de projectos como o Teatro Nacional de São João ou a Casa de Serralves. Conservam-se ainda os tectos trabalhados em estuque, o chão em pastilha francesa com padrão em arco, os rodapés em mármore, os lavatórios em mármore branco com um trabalho inferior igual ao friso do tecto, os armários em madeira para colocar as toalhas, as cadeiras Kokens, os espelhos de moldura dourada com um trabalho floral no topo, as portas em madeira de estilo Art Deco com espelhos em cristal, um ficheiro original, um aquecedor de toalhas em cobre e os afiadores manuais de navilhas. Deste conjunto desaparecem os candeeiros pintados à mão, a pequena porta de entrada que dava acesso à zona de serviço e a porta principal em ferro forjado que hoje dá lugar a uma caixilharia de alumínio e a um letreiro luminoso que em nada reflectem o esplendor do interior. Esta é uma daquelas lojas que, ao entrarmos, ficamos de facto surpreendidos não só pelo estado de conservação, mas também pela beleza do conjunto.



Figura 23 – Interior do Cabeleireiro Sousa





Figura 24 – Interior do Cabeleireiro Sousa

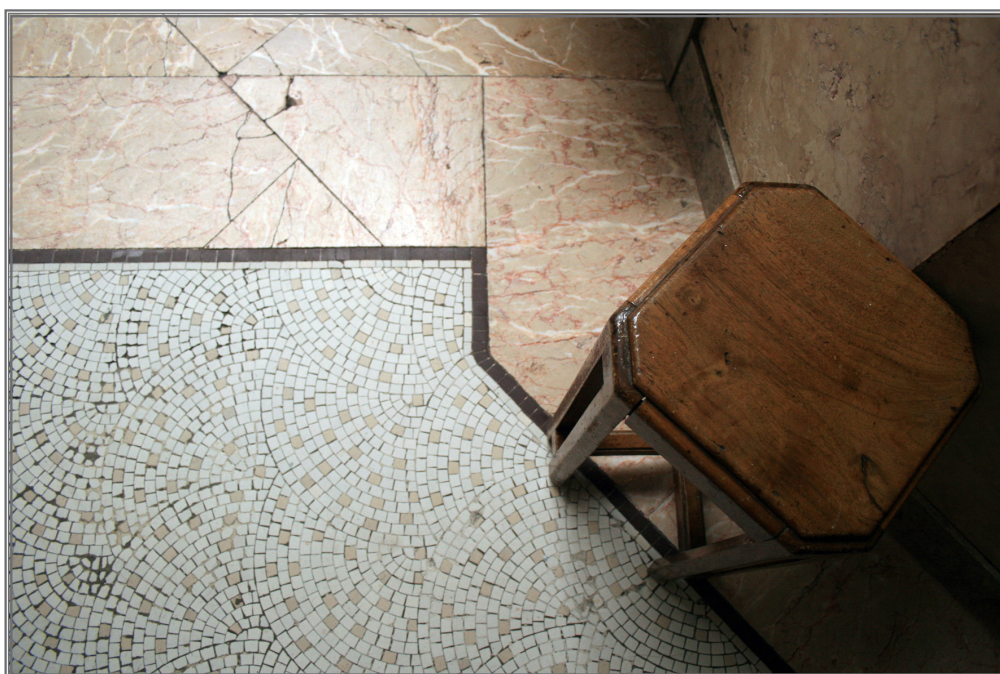


Figura 25 – Interior do Cabeleireiro Sousa



- A **Cardoso Cabeleiro** ainda conserva as portas de madeira originais com a respectiva montra, só nos anos oitenta foi colocado um letreiro luminoso. No interior conservam-se tal como no dia da inauguração o balcão de atendimento, dois armários laterais que ao mesmo tempo preservam e apresentam as cabeleiras e uma mesa de trabalho situada atrás do balcão. Todos estes elementos são de madeira. Conservam-se ainda as cadeiras com assentos em pele e todo o material de confecção de cabeleiras: moldes em madeira, ferros de frisar, fogareiro, sedeiros, tear, e outros utensílios. Ao nível do espaço construído não julgo que esta loja tenha particularidades de relevo.



Figura 26 – Interior da Cardoso Cabeleiro



Figura 27 – Interior da Cardoso Cabeleireiro



Figura 28 – Interior da Cardoso Cabeleireiro

- O edifício onde se encontra a **Machado Joalheiro** foi desenhado pelo arquitecto Francisco de Oliveira Ferreira, o mesmo do Café Brasileira localizado ali bem perto. A fachada é de ferro forjado e apresenta uma escultura de dois anjos intitulada “Os meus amores”, obra de José de Oliveira Ferreira, irmão do arquitecto. No interior conservam-se os armários de exposição desenhados propositadamente para esta loja bem como um outro trazido da antiga loja da rua do Loureiro. O tecto é todo em madeira trabalhado e os candeeiros em vidro. No ano 2000, o espaço sofreu algumas alterações, como a colocação de alcatifa, a reabilitação de um andar inferior que servirá este ano para instalar um pequeno museu (este museu apresentará a história da casa e algumas máquinas e desenhos de joalheria) e a colocação de mais uma montra ao fundo da loja. Esta loja, pela a qualidade arquitectónica da sua fachada do seu interior e ainda pelo seu recheio ao nível do mobiliário, está classificada com interesse público pelo IGESPAR.



Figura 29 – Interior da Machado Joalheiro





Figura 30 – Interior Machado Joalheiro



Figura 31 – Interior Machado Joalheiro



### 6.3.3 Loja – Património cultural imaterial

Na minha perspectiva, o património cultural imaterial de uma loja, como referi anteriormente, consiste na sua actividade, no entanto como classificar a venda de relógios, de sabonetes, de sementes, de cabeleiras ou de um corte de cabelo?

Na minha perspectiva o item que, segundo a Convenção da UNESCO de 2003, pode enquadrar a actividade de uma loja como bem imaterial é o artesanato tradicional. Tanto as práticas sociais como as expressões orais são itens verificáveis igualmente em todas as lojas, não existindo uma individualização do bem imaterial, ou seja, como distinguir a prática social de venda entre a Machado Joalheiro e da Casa Hortícola? Porventura haverá uma loja com uma prática de venda peculiar que quicá pode ser compreendida dentro deste conceito, no entanto, parece-me de difícil enquadramento.

A Lei Portuguesa de 2001, no segundo item do art. 91 refere: “... *modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e fabrico e os modos de preparar alimentos*”. Assumindo esta perspectiva de enquadramento, só aquelas lojas que produzem o que vendem podem aspirar a uma classificação. Estas lojas segundo José Rio Fernandes designam-se por comércio artesanal: “*Note-se contudo que o comércio dito artesanal, no sentido de que incorpora a produção no todo ou em parte do bem transaccionado...*”<sup>8</sup> Assim apesar da loja ser essencialmente um intermediário entre produtores e consumidores existem aquelas que vendem o que produzem, José Rio Fernandes dá o exemplo das padarias.

As lojas que estudei comportam diferentes actividades, a saber:

- A Casa Hortícola em tempos chegou a ter viveiros próprios, hoje em dia dedica-se só à venda de produtos hortícolas;
- A Drogaria Louzada sempre foi um intermediário entre produtor e consumidor, vendendo essencialmente produtos de limpeza e higiene;
- A Cabeleireiro Sousa vende o serviço de corte de cabelo e barba;
- A Cardoso Cabeleireiro vende cabeleiras industriais, cabeleiras artesanais fabricadas pelos seus donos e ainda um serviço de manutenção de cabeleiras;
- A Machado Joalheiro em tempos chegou a ter um joalheiro a trabalhar na loja, no entanto, hoje dedica-se essencialmente à venda de jóias e relógios.

Nas cinco lojas estudadas não encontro nenhuma que enquadre em simultâneo ambas as componentes do património cultural imaterial e, como tal, nenhuma poderá enquadrar-se plenamente dentro do conceito “Loja Património”. No entanto, julgo que as anteriores considerações auxiliam na definição dos conceitos: comércio tradicional, loja de tradição, loja artesanal e loja património.

Julgo ainda ser de salientar que no decorrer deste estudo, por indicação da arquitecta Paula Silva do IGESPAR, visitei a Casa de Margaride, casa mãe da Casa Margaridense do Porto, também ela produtora de Pão de Ló de Margaride, actualmente encerrada. Esta casa é bastante particular porque ainda conserva a casa de habitação, o espaço de produção e o de venda, tal como no dia de inauguração, em 1730. Este espaço, ao aglomerar vivência, produção e venda lado a lado representa um tempo em que patrões e empregados viviam e trabalhavam sob o mesmo tecto. O mesmo acontecia na Cardoso Cabeleiros, na Drogaria Louzada e no Cabeleireiro Sousa.

A Casa de Margaride é um caso particular porque O IGESPAR tentou classificar a actividade desta loja para a proteger de um possível encerramento pela ASAE. A arquitecta Paula Silva e a sua equipa, tentou por todos os meios conseguir essa classificação, no entanto, a única alcançada somente abrangia o espaço construído e o recheio, assim esperava-se o pior. O que veio a acontecer é que na mesma semana da entrevista saiu uma portaria conjunta dos ministérios da Agricultura e da Economia que visa proteger os pequenos produtores alimentares, deste modo, contornou-se a questão. Esta loja, na minha opinião, é uma daquelas que de facto tem todos os “ingredientes” para a classificação de “Loja Património”.



Figura 32 – Casa de Margaride em Felgueiras



Figura 33 – Zona de produção da Casa de Margaride em Felgueiras







# VII

## VII CAPÍTULO - Metodología



VII



## 7 METODOLOGIA

---

### 7.1 Antecedentes

O artesanato e o saber fazer artesanal sempre me suscitaram interesse, especialmente depois de realizar um projecto sobre cerâmica no meu último ano de licenciatura em design. Neste projecto procurava-se aliar a metodologia projectual do design às técnicas artesanais de fazer cerâmica. O principal objectivo era o repensar de peças tradicionais de cerâmica portuguesa. No meu caso em particular, desenhei uma imagem de marca para a olaria de Bisalhães e um conjunto de peças em barro preto vidrado para restauração. Esta foi a primeira vez que contactei directamente com a realidade do artesanato português, a segunda foi quando organizei um plano de estudos para futuros oleiros, projecto da Câmara Municipal de Vila Real que não teve seguimento. Depois de concluir estes projectos alguns anos passaram até matricular-me no mestrado Design da Imagem.

Este primeiro contacto com o artesanato pode à primeira vista não ser importante para a escolha do tema de dissertação em causa, mas quando os conceitos se desenrolam descobre-se a teia que os une, ou seja parti do artesanato e deste para a loja, da loja para o património cultural, do património cultural para o artesanato num movimento circular de exploração de conceitos. Algo une todas estas ideias e julgo que esse algo está bem explícito no primeiro texto citado que faz referência ao passado como fonte de memória, identidade e estabilidade. Todo este percurso circular tem o seu início no primeiro ano do mestrado Design da Imagem. Durante este tempo pude dedicar-me a temas que versassem os meus interesses. Neste contexto, desenvolvi dois projectos: um versando uma artesã de linho, outro uma antiga loja da cidade do Porto. O primeiro projecto surgiu da vontade de descobrir a história de vida de um artesão, que depois de largos anos ainda produz obras segundo as mesmas técnicas que lhe foram transmitidas quando era novo. Com este trabalho pretendia não só explorar a vida actual de um artesão, mas também a evolução da sua actividade ao longo dos últimos 50 anos. Para responder aos meus objectivos escolhi uma artesã de linho de 67 anos, que aparte de ser conhecida pelo seu perfeccionismo e saber teve e tem uma vida bastante difícil. Neste projecto illustrei os momentos mais importantes da vida desta “personagem” bem como a sua casa, recorrendo à fotografia como meio de ilustração e registo. O artefacto final consistiu num livro que combinava texto e imagem.

O segundo projecto consistiu na mapeação fotográfica da loja “Lanifícios do Norte” que re-firo no ponto 1.3, “A opção por lojas antigas”. A partir deste projecto nasce a ideia de produzir um livro sobre as lojas antigas da cidade do Porto, tendo como ponto de partida o livro “Lojas de Tradição” de 1993. No entanto, esta ideia não avançou e só no segundo ano de mestrado volto a pensar nela, mas agora na perspectiva de um guia. Na mesma altura encontro o guia

das lojas antigas de Lisboa e sai nas livrarias o guia das tabernas da cidade do Porto. Estes dois acontecimentos potenciam a ideia de realizar o já mencionado guia. Este é apresentado como tema de dissertação na primeira sessão de apresentação de projectos do 2º ano do mestrado Design da Imagem com o título “As lojas de Sempre” e subtítulo “Um documento/guia sobre as lojas de comércio tradicional do centro da cidade do Porto”. Esta proposta apresentava como problema: “Como documentar e dar a conhecer, poética e sistematicamente lojas de comércio tradicional da cidade do Porto?”. As questões que então coloquei sobre quais as lojas a inserir no guia e o porquê dessa selecção são aquelas que me conduziram ao tema que agora apresento. Perguntas como:

- Que idade deve ter a loja?
- Qual o grau de manutenção, do artigo e do espaço, deve existir?
- Qual a representatividade que deve ter na cidade do Porto?
- A quem deve pertencer?
- Pode ter sucursais?
- Pode ser uma sucursal?
- É importante o tipo de actividade que tem?
- Loja tradicional porquê?

Todas estas questões foram o pano de fundo da tentativa de compreensão do conceito de tradição e da sua aplicação ao comércio. Esta tentativa conduziu à introdução do termo património cultural.

## **7.2 A introdução do termo Património**

A partir das questões que coloquei sobre quais as lojas a inserir no guia, começo por investigar o conceito de comércio tradicional lendo o relatório “O comércio tradicional em Contexto Urbano” do Observatório de Comércio e realizando duas entrevistas: a primeira, à Presidente da Associação de Comerciantes da cidade do Porto Laura Rodrigues e a segunda ao Professor Catedrático José Rio Fernandes. A primeira entrevista decorreu no cinema Batalha e teve uma duração de 45 minutos, a segunda teve lugar no quarto andar do centro comercial Dolce Vita Antas e durou aproximadamente uma hora e quinze minutos. Tanto uma como outra tinham um carácter aberto e exploratório, ou seja aparte das questões que previamente estabeleci a conversa seguiu o caminho que o entrevistado entendeu.

A grande conclusão destas duas entrevistas é que o termo de comércio tradicional é um termo difuso e complexo e que hoje, anos depois da sua introdução aquando da “revolução comercial”, já não faz mais sentido no contexto em que é usado. A par destas ideias o Professor José Rio Fernandes menciona o termo Lojas Património, termo que, lançado num meio de muitos outros, agarro como se de uma solução se tratasse, sem saber que estava a abrir



um autêntica *caixa de Pandora*. Este acontecimento foi o primeiro passo na tentativa, agora apresentada, de unir os conceitos comércio/loja e património cultural.

Um outro momento também importante nesta fase foi o visitar da exposição “Estética e Património nos Espaços Comerciais” do arquitecto Luís Aguiar Branco. Esta exposição, patente na Casa do Infante, apresentava uma colecção de desenhos realizados por este arquitecto entre 1989 e 1993. O principal objectivo desta investigação era o estudo e o desenho sistemático de estabelecimentos comerciais da cidade do Porto anteriores à década de 60, recorrendo aos pedidos privados de licenças da Câmara Municipal do Porto. Na mesma altura consegui marcar uma entrevista com o arquitecto Aguiar Branco, no entanto, o local escolhido pelo entrevistado não me permitiu transcrever esta entrevista (era um café com imenso ruído), mas foi a partir desta que consigo o contacto do Departamento de Património cultural da CMP e da arquitecta Domingas que mais tarde entrevistei. Nesta entrevista, que durou cerca de uma hora, tentei compreender quais os critérios de selecção das lojas, quais as lojas apresentadas e o porquê do interesse deste arquitecto por lojas antigas. Percebo então que os dois critérios eram a idade e o constar dos pedidos privados de licenças da CMP. O grande objectivo deste arquitecto era o registo e o desenho, sempre aperfeiçoado, de todas as lojas que obedecessem aos critérios anteriormente referidos.

### 7.3 Contextualização e pesquisa de conceitos

#### 7.3.1 O comércio a retalho na cidade do Porto

A partir do momento em que selecciono a realidade a estudar, ou seja o comércio da cidade do Porto, sinto necessidade de contextualizá-la historicamente para melhor compreender a distinção de que se fala, mas que afinal já não faz sentido, entre comércio moderno e tradicional. Para esta investigação foi importante a bibliografia recomendada pelo Professor José Rio Fernandes com especial destaque para a sua tese de doutoramento. A leitura destes livros permitiu-me compreender não só o “nascer” da loja enquanto espaço intermediário entre produção e consumidor, mas também o emergir da revolução comercial e as suas consequências no contexto da cidade do Porto. Uma outra aprendizagem retirada foi a transformação territorial que sofre o tecido comercial do Porto que nasce num à beira rio e desagua na periferia. Todos estes conhecimentos são fundamentais para a compreensão do contexto actual das lojas antigas da cidade do Porto e o porquê da sua importância. Estas lojas pela sua história e pertença à cidade fomentam a diferença, a identidade e a memória, num mundo cada vez mais homogéneo e liberal que por vezes tende a ignorar a importância da permanência que não seja a de constante mudança.

### 7.3.2 O património cultural

Não sendo o património cultural a minha área de formação, senti uma profunda necessidade de estudá-lo, não só no seu estado actual, mas também na sua génese. Este estudo teve como principal objectivo o desenhar de um mapa mental que, ao englobar um antes e um depois, me facultasse mecanismos de compreensão e crítica. A par desta perspectiva histórico/contemporânea, concentrei a investigação do património cultural nas suas duas vertentes: a material e a imaterial, e em três contextos: o internacional, nacional e o local.

A Lei Portuguesa do Património cultural de 2001 e a Convenção do Património Imaterial da UNESCO de 2003 foram escolhidos como principais documentos guia.

Para compreender o contexto histórico/internacional do conceito de património cultural, na vertente material, dediquei-me a estudar o livro “A alegoria do Património” de Francoise Choay, um livro-referência dentro desta temática. Relativamente ao contexto nacional, as principais fontes foram: a Lei nº 107/01 e o livro “Cultura e Património” de Virgolino Ferreira Jorge. As entrevistas ao arquitecto Paula Valença da SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana) e à arquitecta Domingas Vasconcelos foram importantes para conhecer a aplicação local deste conceito. A primeira entrevista visava essencialmente a compreensão da actual política de reabilitação urbana da cidade do Porto em especial na zona classificada pela UNESCO. Questões como: qual a área abrangida pelo plano de acção da SRU; qual a atenção que esta entidade dedica ao comércio; quais os benefícios e ajudas para quem queira recuperar edifícios e qual o entendimento desta entidade relativamente à preservação das lojas antigas da cidade foram dirigidas ao arquitecto Paulo Valença, na sede na SRU no Porto, numa entrevista que durou aproximadamente uma hora e trinta minutos.

A entrevista à arquitecta Domingas Vasconcelos versou essencialmente a actividade da CMP relativamente ao património cultural. Questões como: quais os incentivos e benefícios que a câmara do Porto concede a quem queira recuperar edifícios classificados; quais as restrições impostas por tal classificação; como se desenrola um processo de classificação e qual o papel desta câmara municipal nesse processo foram algumas das questões previamente organizadas, para uma entrevista que durou aproximadamente uma hora e que se desenrolou nas instalações da divisão do património cultural da CMP.

O estudo do património cultural material foi importante para a compreensão do conceito de património cultural imaterial. Este último conceito nasce para dar voz às tradições vivas, colmatando, deste modo, o vazio da convenção de 1972 relativamente a esta temática. É urgente referir que antes da convenção e da Lei Portuguesa de 2001, vários antropólogos se dedicaram ao estudo e à preservação do património imaterial, apesar deste conceito ainda não existir e ser a etnografia ou a cultura popular os termos mais usados. . Portanto o que é novo é o con-

ceito e não a temática e nesta investigação optei pelo conceito. Para a sua investigação num contexto internacional as principais fontes foram: a Convenção da UNESCO para o Património Imaterial de 2003, as publicações da UNESCO relativamente ao património imaterial, e a revista Internacional Journal of Intangible Heritage. No contexto nacional, as fontes essenciais foram: a lei n.º 107/01, a entrevista à arquitecta Paula Silva, as intervenções no seminário “A matéria do Património: Memórias e Identidades” que decorreu em Lisboa no ano de 2002, alguns artigos publicados em *blogs* na internet e o programa “Encontros com o Património” da rádio TSF. A entrevista com a arquitecta Paula Silva teve lugar nas instalações do IGESPAR no Porto, na Casa de Ramalde e durou aproximadamente uma hora e meia, no entanto, por problemas técnicos só pude registar os primeiros doze minutos. Durante esta entrevista pude expor o meu tema de investigação e questionar a arquitecta Paula Silva sobre a leitura e a aplicação que o IGESPAR (secção norte) tem vindo a desenvolver sobre a temática do património cultural imaterial. Numa troca de informação fluida, fico a saber que as acções sobre este património apesar de escassas existem e foi neste contexto que surgiu a Casa de Margaride e a portaria conjunta dos ministérios da Agricultura e da Economia que visa proteger os pequenos produtores alimentares, já referida.

Num momento posterior tentei uma entrevista escrita via email à Dr.<sup>a</sup> Ana Pagará, directora IGESPAR – secção do Alentejo, no entanto, não obtive resposta.

### 7.3.3 A imagem e o património cultural

A relação da fotografia com o património cultural sugere um princípio de registo da primeira em relação ao segundo. Também é verdade que para cada património se pode sugerir um tipo de registo: para o sonoro o áudio, para o material a fotografia e para o imaterial, o vídeo, tendo em consideração as características de cada um: som, imobilidade e acção. No entanto, nesta dissertação opto, por várias razões já expostas, pela fotografia como meio de valorização e crítica do património cultural imaterial e verifico que a relação da fotografia com os bens materiais é estreita e longa e mesmo que as realidades sejam diferentes existe sempre algo a aprender de experiências anteriores. Assim, nesta fase da investigação foi importante a visita à exposição “Archivo Universal: la condición del documento y la utopía fotográfica moderna” no MACBA (Museu de Arte Contemporanea de Barcelona) e a leitura do documento que a acompanhava. Para além desta visita, a leitura dos livros “A câmara clara” de Roland Barthes e “Ensaio sobre fotografia” de Vilem Flusser foi muito importante, pela referência que estes dois textos representam dentro da filosofia da fotografia. Importante ainda foram as leituras da Lei Portuguesa n.º 107/01 e de um pequeno texto redigido por mim, no primeiro ano do mestrado, subordinado ao tema do arquivo da imagem na era digital.

#### 7.3.4 As visitas às lojas

Toda a pesquisa de conceitos foi acompanhada de visitas a algumas lojas que no meu entender poderiam enquadrar-se no conceito de “Loja de Tradição”. Umas porque participavam no livro “Lojas de Tradição”, como a Cardoso Cabeleireiro, a Casa Hortícola e a Casa Margaridense; outras, porque precisamente não participavam no livro, mas que pela sua história, qualidade e permanência de actividade faziam sentido, falo da Machado Joalheiro, Drogaria Louzada, Cabeleireiro Sousa e MacDonalds Imperial (antigo Café Imperial). Estas visitas foram fundamentais para observar de perto a realidade destas lojas, ouvir as opiniões dos lojistas e compreender qual o possível enquadramento da sua actividade como bem imaterial.

A recolha de entrevistas foi possível na maioria das lojas, excepto no MacDonalds Imperial e na Casa Margaridense. Sobre este café apenas recolhi fotografias e alguma informação em livros. Quanto à Casa de Margaride, uma visita recomendada pela arquitecta Paula Silva do IGESPAR, é uma casa que mesmo situando-se fora do Porto foi muito relevante para o trabalho, porque ainda conserva a casa de habitação, o espaço de fabrico e a loja de venda ao público quase como no dia da inauguração. Para além desta espantosa preservação é ainda a casa mãe da Casa Margaridense no Porto que acabou por fechar ainda antes de eu iniciar esta investigação.

### 7.4 Discussão de conceitos

#### 7.4.1 O comércio tradicional e a tradição no comércio

A discussão do comércio tradicional divide-se em duas abordagens: numa, o conceito de tradição é observado como antónimo de modernidade, e noutra, a tradição é subdivida em tipos e analisada nas suas especificidades. Para a primeira abordagem foram essenciais as entrevistas ao Professor Doutor José Rio Fernandes e a Laura Rodrigues. Estas duas entrevistas, mais o livro já citado do Observatório do Comércio, foram as fontes que permitiram perceber este conceito nos dias de hoje, no entanto só a partir da leitura de John B. Thompson e Edward Shills foi possível construir um mapa mental que relacione tradição, modernidade, comércio pré e pós década de 70 do século XX e comércio contemporâneo.

A segunda abordagem, parte das diferentes tipologias de tradição apresentadas por John B. Thompson e de um processo inverso, onde analiso as características das lojas de tradição apontadas em dois livros e duas entrevistas, face às tipologias apresentadas, na tentativa de compreender qual a ligação possível entre tradição e loja. Nesta abordagem não está em causa a oposição entre modernidade e tradição, mas as especificidades da tradição enquanto conceito.



#### 7.4.2 O Património Imaterial na Lei Portuguesa

A discussão do conceito de Património Imaterial dentro da Lei Portuguesa nº107/01 parte de uma leitura individual, que tenta compreender o sentido que esta lei atribui aos bens imateriais e culturais. À medida que analiso a lei, apesar dos meus “olhos leigos”, reconheço a dificuldade em legislar esta temática, o esforço que existiu em detalhar os vários patrimónios culturais e a preocupação de incluir os bens imateriais dentro do património cultural. Outra temática que me suscitou interesse, atendendo à relevância da imagem nesta dissertação, foi a relação entre o património fotográfico e o registo do património imaterial. Depois de escrever esta análise encontrei o livro “A Matéria do Património”, uma compilação de Manuel João Ramos de textos de vários oradores do Seminário “A matéria do Património: Memórias e Identidades”. Esta compilação de textos apoia as minhas observações quanto ao detalhe desta lei relativamente aos diferentes bens culturais, o pouco quanto aos bens imateriais e defende igualmente que esta lei vocaciona-se mais para o registo do bem imaterial do que para a preservação enquanto tal.

#### 7.4.3 A loja Património

A discussão do conceito “loja património” parte do princípio que uma loja é um conjunto entre um espaço e uma actividade. Nesta perspectiva entendo o espaço como um bem material e a actividade como um bem imaterial. O espaço pode obedecer a várias tipologias, pertencer a vários tempos, ser maior ou mais pequeno, mas para ser classificado tem sobretudo que ter mantido o projecto original e ser de uma grande qualidade estética segundo os critérios de quem trabalha directamente neste sector. A actividade pode dividir-se em três grandes grupos: a venda de produtos, a venda de serviços e os dois ao mesmo tempo. Nesta perspectiva, procurei visitar lojas com espaços interessantes e com diferentes tipos de actividades. Portanto, grosso modo temos no primeiro grupo: a Drogaria Louzada, a Casa Hortícola, a Machado Joalheiro; no segundo grupo: o Cabeleireiro Sousa e no terceiro a Cardoso Cabeleireiro. Numa segunda análise da actividade comercial percebo que dentro da venda de produtos existem dois subgrupos: os de fabrico próprio e os de compra a grossistas. Nesta perspectiva a de fabrico próprio é a Cardoso Cabeleireiro e as de compra a grossista são a Drogaria Louzada, a Casa Hortícola e a Machado Joalheiro. É claro que estas distinções não são, nem pretendem ser rígidas, mas sobretudo uma ferramenta de organização de informação. Posteriormente a estas análises leio a Lei Portuguesa nº 107 e a Convenção da UNESCO de 2003 sobre património imaterial e observo que a actividade de uma loja para aspirar ser classificada tem que ser artesanal e deste modo compreendo que nenhuma das cinco lojas estudadas tem as qualidades necessárias para se incluir em pleno neste conceito.

#### 7.4.4 A loja Cardoso Cabeleireiro

A loja Cardoso Cabeleireiro é a única de entre as lojas que estudei que apresenta uma actividade passível de se enquadrar nas actividades artesanais tradicionais da Lei Portuguesa e da Convenção de 2003 da UNESCO. Para um melhor entendimento apresento um resumo desta actividade e para dissipar qualquer dúvida sobre o ser artesanal desta actividade escrevi um email à Dr.<sup>a</sup> Graça Ramos, directora do Centro Regional de Artes Tradicionais – CRAT que gentilmente me respondeu afirmando que de facto esta era uma actividade artesanal. Por fim julguei necessário explorar os moldes em que esta actividade pode ser preservada. Para tal, a leitura do documento “Directrices para la creación de sistemas nacionales de “Tesoros Humanos Vivo” da UNESCO foi importante.









# VIII

VIII CAPÍTULO – Um caso de estudo para ilustração de conceitos –  
a loja Cardoso Cabeleireiro





VIII

## 8. UM CASO DE ESTUDO PARA ILUSTRAÇÃO DE CONCEITOS

### – A LOJA CARDOSO CABELEIREIRO

A opção pela Cardoso Cabeleireiro deve-se ao facto de esta ser a única, de entre as cinco lojas que estudei, a apresentar uma actividade que inclui produção e venda. A actividade da Cardoso Cabeleireiro consiste essencialmente na produção manual, manutenção e venda de cabeleireiras, postiços, barbas e bigodes.

#### 8.1 A actividade da Cardoso Cabeleireiro

A produção de uma cabeleira começa com o cardar dos cabelos em sedeiros similares aos do linho. Hoje em dia, é raro comprar cabelo natural, não só porque ainda existe em armazém, mas também porque as mulheres perderam o hábito de ter o cabelo muito comprido. O cabelo depois de cardado, ou seja, desfiado e esticado, agrupa-se em pequenos molhos que seguem para o tear. Este utensílio é composto por dois paus de madeira distanciados sensivelmente um metro. Estes paus são fixos verticalmente com grampos a uma mesa. Um deles tem um gancho que prende três linhas, o outro, três bobinas onde se enrolam as linhas. As estas linhas são atados pequenos molhos de cabelos formando a “franja” que pode variar de comprimento, podendo atingir os quatro metros. Esta actividade, apesar da destreza com que é executada pelos mestres artesãos, pode ocupar vários dias. Depois de concluídas as franjas o próximo passo é prender, com alfinetes, uma tela de nylon a um molde de madeira. Estes moldes apresentam diferentes formatos de cabeças e tanto os moldes como as telas de nylon tem marcações que auxiliam na produção de diferentes cabeleiras. Cada franja cosida é como que uma camada da cabeleira e entre as várias franjas existe um espaço de 0,5 cm. Depois de coser as franjas penteia-se a cabeleira recorrendo a pentes e ferros de frisar; estes últimos, depois de aquecidos num fogareiro preso à mesa de trabalho, dão forma ao cabelo. O pentear de um cabeleira é tão importante num processo de produção como de manutenção. Nesta última actividade para além dos pentes e ferros de frisar, usam-se também paus de madeira onde se enrolam pequenos molhos de cabelo para serem escovados.

Os postiços são fabricados por medida pois têm como principal função cobrir a calvície. Para o desenho coloca-se um papel vegetal sobre a cabeça do cliente e esboça-se o que será o postiço. Este desenho é depois reproduzido num tule onde são cozidos os cabelos com um agulha de anzol. Nesta técnica, as linhas são presas à tela por nós tal como acontece na tapeçaria.

Para as barbas, pêras e bigodes, o cabelo é cozido em “água-forte” e seco em estufa, deste modo torna-se mais maleável. Depois formam-se os crepes, pequenos molhos de cabelo enrolados em papel, que são cozidos em telas, que por sua vez, são presas com alfinetes a um molde de madeira.

Todas estas técnicas que aqui se resumem a um pequeno texto são evidentemente mais complexas e levam o seu tempo a aprender e a melhorar. Os seus artesãos começaram muito cedo a aprender o ofício.

## 8.2 A produção artesanal de cabeleiras como património cultural imaterial

A actividade desta loja apresenta três características que a podem situar dentro do património cultural imaterial:

- O produto vendido é produzido na própria loja;
- Agrega um conjunto de conhecimentos que passou de geração em geração e que neste momento se encontra na “posse” de dois mestres artesãos, os únicos a poder transmitir não só o conhecimento como a própria loja;
- Está em risco de desaparecer por falta de um aprendiz.

As duas primeiras características inserem esta actividade no item “artesanato tradicional” da convenção da UNESCO e nos “modos tradicionais de fazer” da Lei Portuguesa. No entanto será esta uma actividade artesanal? Estas cabeleiras são artesanato?

Para responder a esta questão consultei a Dr.<sup>a</sup> Graça Ramos, directora do CRAT, Centro Regional de Artes Tradicionais com sede no Porto. Em entrevista, Graça Ramos considera que a actividade da Cardoso Cabeleireiro é artesanal. *“Porquê? Porque se trata de um ofício ou arte tradicional que recorre ao trabalho manual e que produz peças únicas, no sentido de diferenciadas (não em série). O artesão domina todo o processo produtivo, ainda que possa haver recurso a maquinaria e trabalho especializado. Aliás, a actividade “fabricao de perucas” consta do repertório de actividades artesanais anexa ao Manual de Procedimentos do Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal, com um CAE específico (36636). (Portaria 1193/2003 de 13 de Outubro). Assim, também a Casa Cardoso Cabeleireiro pode ser considerada uma Unidade Produtiva Artesanal.”*<sup>67</sup> Graça Ramos acrescenta ainda que devo substituir o termo artesanato por Artes e Ofícios porque *“a história recente construiu um discurso à volta do termo artesanato que subverteu o conceito, alargou o âmbito e confundiu as coisas.”*<sup>68</sup>

Não tendo dados para o afirmar, considero, no entanto, que esta subversão do conceito de artesanato pode ter a mesma origem do sentido pejorativo atribuído ao comércio tradicional, pelo facto dos dois conceitos estarem relacionados com a tradição e com o que este conceito encerra, enunciado anteriormente.

---

67 Entrevista a Graça Ramos

68 Entrevista a Graça Ramos



A terceira característica desta actividade implica um princípio de classificação da UNESCO, que diz respeito ao risco de desaparecimento de um dado bem imaterial. Este argumento suscita algumas dúvidas porque as candidaturas do fado e do tango não foram aceites por estarem em plena pujança, ao contrário da do carnaval de Binche na Bélgica, que pela descrição da própria UNESCO atrai muitos turistas à cidade, não parecendo assim estar em vias de extinção. Ou seja para além de não concordar com este princípio, julgo que é mal aplicado, no entanto, é pertinente que um determinado bem que está em riscos, de desaparecimento tenha prioridade sobre outros que porventura estejam “mais vivos” nesse momento.

### 8.3 “Moldes” de uma possível classificação da actividade da loja Cardoso Cabeleireiro

A classificação de um bem imaterial deve assentar sobretudo em três vertentes:

- Preservação;
- Documentação;
- Divulgação.

A primeira vertente diz respeito ao bem enquanto realidade viva que só o é enquanto acção. Nesta perspectiva é importante não só incentivar a actividade em causa, mas também garantir a sua permanência no tempo. Se para os bens materiais o incentivo é genericamente a atribuição de benefícios fiscais, para os bens imateriais, e neste caso em concreto, julgo que deve passar essencialmente pela divulgação. A actividade de produção de cabeleiras é rentável e a única possibilidade seria a isenção do IVA, medida que julgo ser de difícil concretização.

Relativamente ao garantir da sua permanência, seria desejável não só a transmissão de conhecimento a outros, mas também um estudo sobre a rentabilidade económica e perspectivas futuras de negócio, porque é de um negócio que também se fala.

A segunda vertente, a documentação, surge como meio de armazenamento de informação, não só para que gerações futuras tenham acesso a este conhecimento, mas também para que um dia mais tarde seja possível a uma outra pessoa prosseguir com a actividade. O documentar de um bem imaterial deve passar pelo registo escrito, fotográfico e videográfico e pela organização de artefactos.

Neste caso específico, era importante organizar:

- A documentação de que dispõe esta casa quanto a revistas com figurinos e moldes de cabeleiras,
- Os utensílios usados para o fabrico das mesmas e
- As próprias cabeleiras;

e documentar:

- As diferentes fases do processo em registo videográfico;
- Descrever toda a acção por escrito;
- Registar o espaço através da imagem fotográfica.

Toda esta informação deve ser organizada, compilada e guardada num único lugar pertencente a uma entidade estatal, que pode ser o IGESPAR ou uma outra estabelecida para o efeito. Desta forma, a informação estará protegida e a acessível a todos.

A terceira vertente, a divulgação, é muito importante para um bem imaterial, porque quanto mais conhecido for maior notoriedade terá. A divulgação pode assumir vários formatos:

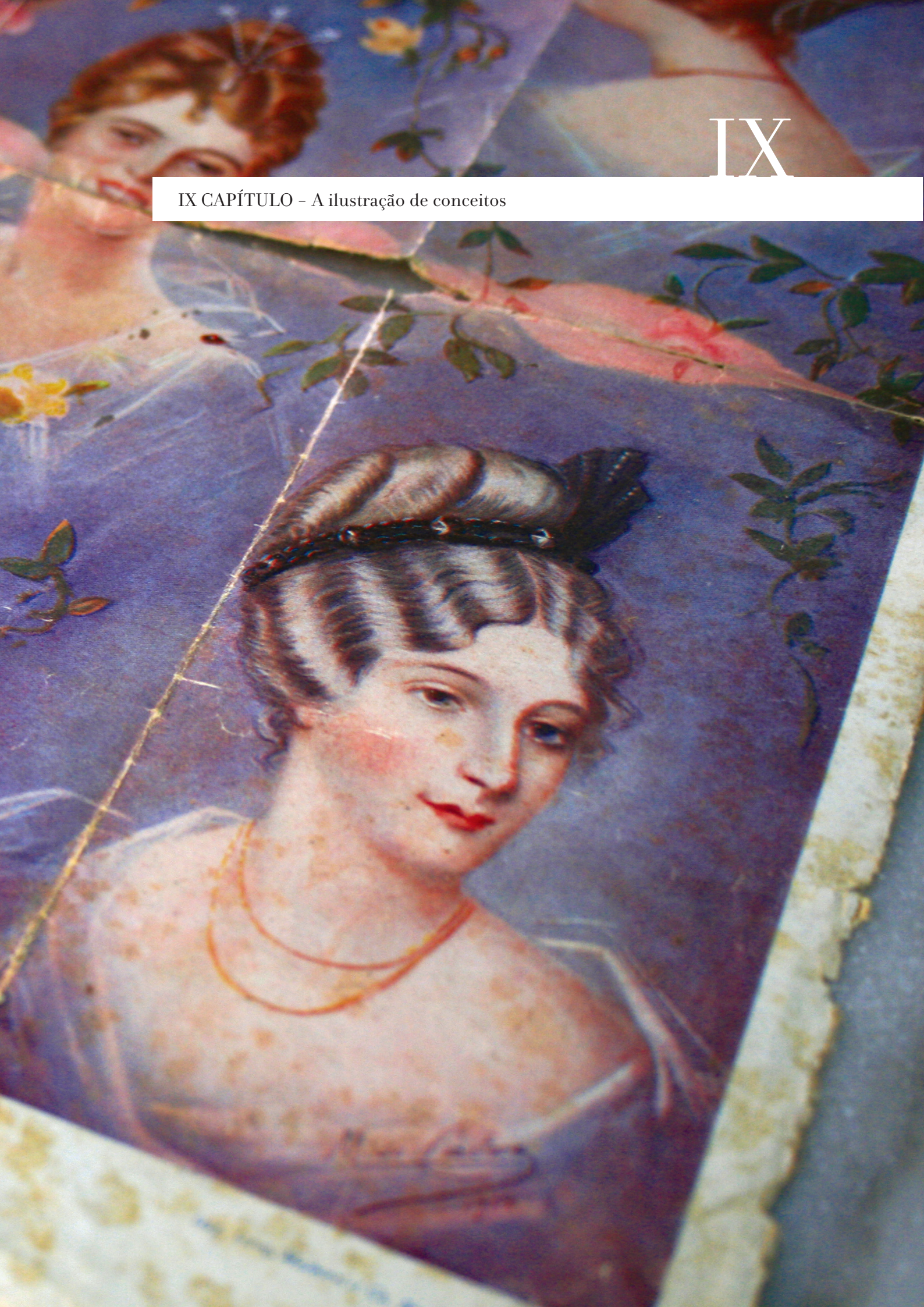
- Um guia sobre as lojas tradicionais do Porto;
- Workshops que proporcionem conhecer a actividade, a sua história e a sua aplicação nos dias de hoje;
- A recriação artística; as cabeleiras seriam um bom mote de trabalho para uma escola de teatro, de história ou de fotografia.













IX

## 9. A ILUSTRAÇÃO DE CONCEITOS

O capítulo que se segue apresenta um conjunto de imagens ilustrativas das dúvidas e questões que coloquei ao longo desta dissertação. São repertórios simbólicos que não pretendem registar, mas discutir, o conceito de património imaterial no contexto de uma loja de comércio a retalho.

A Cardoso Cabeleireiro como loja tradicional artesanal, foi eleita como base de todas as imagens. Estas, regra geral, constroem-se a partir de conceitos antagónicos. São ilustrações dípticas que permitem, pelo confronto, discutir ideias e construir narrativas visuais. Apresentam-se numa ordem quase cronológica e digo quase, porque a linearidade é difícil quando os conceitos se embrenham e implicam.

### 9.1 A imagem como meio de discussão/crítica e divulgação do património cultural imaterial

*“Con toda justicia se há dicho de Atget que fotografiaba [calles desiertas de París] como si fueran la escena de un crimen. La escena de un crimen siempre está desierta; se fotografía com el propósito de reunir pruebas. Com Atget, las fotografías se transforman en pruebas estándar de hechos históricos y adquieren una significación política oculta.”*

Esta relação, já discutida anteriormente, entre fotografia e património cultural, observando a primeira como documento representativo da segunda, e compreendendo ambas as realidades como “construtoras de memória”, não é aquela que se procura nesta dissertação. Não é menos verdade que as fotografias de Atget despertem e sejam “objectos” que fomentem a crítica e a valorização do património cultural, no entanto e fundamentalmente, estas tal como outras imagens, surgem da vontade de captar o mo(nu)mento e de se constituírem como “cópias” fidedignas do que realmente existiu.

Um dos objectivos desta investigação centra-se na possibilidade da imagem fixa contribuir para a discussão/crítica e divulgação do património cultural e é precisamente, este um dos motivos que conduziu à procura de uma outra linguagem imagética que não a documental. Um segundo motivo prende-se com o facto de a grande maioria das questões e dúvidas colocadas ao longo de todo o processo de estudo, se construírem a partir do confronto de conceitos/realidades supostamente antagónicas num processo dialéctico de raciocínio. Assim e partindo destes dois pressupostos a imagem díptica surge como a linguagem imagética mais favorável, para cumprir com os objectivos previamente delienados, porque, ao construir-se a partir de duas fotografias num único e uno contexto espacial, pode apresentar-se como a imagem de uma questão dicotómica, favorecer a especulação e contribuir para a construção de narrativas.

## 9.2 A captação de imagens e a composição díptica

As oito imagens dípticas apresentadas são a conjugação de dezasseis imagens-base. Relativamente a estas, existem algumas que foram preparadas, outras há que são fruto de um registo descomprometido. Portanto, numa primeira fase o objectivo era captar a imagem de algo curioso, que suscitasse dúvida ou simplesmente valesse a pena fotografar. Numa segunda fase, aquando da discussão de conceitos, os objectivos delineados deram lugar a imagens colhidas propositadamente. Numa terceira fase, já na construção das imagens dípticas, houve necessidade de encontrar imagens de trabalhos anteriores. Portanto, as imagens-base são fruto do descompromisso, da intenção e da necessidade, e as imagens dípticas de conceitos pré-estabelecidos. É certo que existiram objectivos estéticos, mas foram sobretudo as ideias/dúvidas que estiveram em causa.

Com esta apresentação de imagens não pretendo encerrar a discussão, mas sobretudo contribuir visualmente para a compreensão de conceitos complexos de frágeis fronteiras.

## 9.3 A feira e a loja

### É a loja uma união entre um espaço e uma actividade?

Imagens-base

À esquerda: Imagem Interior da loja Cardoso Cabeleireiro. Autor – Ana Moreno

À direita: Imagem n.º F-P-HP-12-048 – Arquivo da Casa do Infante

Esta imagem apresenta dois formatos diferentes de venda directa ao público, a loja e a feira. Grosso modo, o primeiro formato requer um espaço imóvel e fechado e, o segundo, um espaço móvel e ao ar livre. A feira, ao ser um acontecimento, depende mais da actividade do que do espaço, ao contrário da loja que depende igualmente dos dois componentes. Para além das diferentes necessidades de espaço, a feira é um conjunto de vários vendedores de iguais ou diferentes actividades, ao passo que a loja engloba uma só actividade e um só vendedor ou pequeno grupo de vendedores. Este conjunto, entre espaço imóvel e actividade concentrada, foi fundamental para a escolha das lojas como objecto de estudo desta dissertação.

Com esta imagem pretendo ilustrar as diferenças entre uma feira e uma loja e representar um tempo (fim do século XIX, início do século XX), em que as feiras do Porto foram “empurradas” para a periferia da cidade, aliviando o centro para actividades comerciais mais nobres que necessitavam de espaços fixos com armazém, prateleiras, balcão, vitrinas e letreiros.





#### **9.4 A propriedade do património cultural**

##### **De quem é e quem herda um bem cultural classificado?**

Imagens-base

À esquerda: Fachada da loja Cardoso Cabeleireiro. Autor – Ana Moreno

À direita: Fachada do edifício n.º 362 da rua Santo Ildefonso. Autor – Ana Moreno

Esta imagem ilustra dois diferentes tipos de património: o património como propriedade individual quantificável e o património cultural que, não deixando de ser propriedade de alguém ou de uma entidade, surge como um reconhecimento do valor cultural de um dado bem. Ambos encerram a ideia de herança, contudo, o património é um legado económico a um herdeiro singular e o património cultural é um legado cultural a um grupo de indivíduos.

Nesta imagem, o património é representado pelo edifício da direita que pertence à Câmara Municipal do Porto e o património cultural pela loja Cardoso Cabeleireiro. Este último edifício, se for classificado, verá o seu valor cultural reconhecido pelo Estado Português, que por sua vez, será herdeiro cultural deste bem tal como todos nós enquanto sociedade portuguesa.





### 9.5 O passado e o presente/futuro

#### **O tempo como factor fundamental na classificação patrimonial.**

Imagens-base

À esquerda: cabeleira fabricada industrialmente. Autor – Ana Moreno

À direita: alguns moldes de madeira que ainda hoje são utilizados na produção artesanal de cabeleiras. Autor – Ana Moreno

Esta imagen ilustra dois momentos da história da loja Cardoso Cabeleireiro. O primeiro diz respeito à época em que só eram vendidas cabeleiras artesanais, o segundo a um tempo mais recente, em que para além das cabeleiras artesanais, esta loja vende também cabeleiras industriais. Estas últimas, nas palavras de Israel Matos, têm um acabamento inferior às primeiras e impossibilitam um adequar da cabeleira ao usuário porque são fabricadas por medida standard.

Os factores: qualidade e antiguidade relativas às cabeleiras artesanais são muito importantes num processo de classificação patrimonial. A qualidade, porque o processo de classificação pauta-se pela necessidade de preservar o que de melhor existe, e antiguidade porque sem distância histórica não podemos avaliar e avalizar a qualidade de um dado bem. Ou seja, quiçá daqui a cinquenta anos a cabeleira industrial terá tanto valor como a cabeleira artesanal ou o antigo molde de madeira, mas para responder a essa questão terão que passar cinquenta anos.





## 9.6 O global e o local

### O património imaterial está em vias de extinção?

Imagens-base

À esquerda: imagem captada na Avenida dos Aliados. Autor – Ana Moreno

À direita: manequim de cera da loja Cardoso Cabeleireiro. Autor – Ana Moreno

A classificação como património imaterial surge como um meio de salvaguarda da diversidade cultural num mundo moderno onde várias tradições se sentem ameaçadas. É um conceito que se define como contracorrente do processo de globalização e homogeneização das culturas e como defensor dos países do sul, uma vez que estes sentem que não podem competir com a riqueza monumental do norte.

Nesta perspectiva, deseja-se que uma classificação como património imaterial da humanidade seja não só um selo de qualidade, mas também uma garantia de sobrevivência. À parte do bom sentimento que guia esta tentativa de preservar vivas as tradições de cada povo, é certo que uma classificação patrimonial é economicamente apetecível, porque coloca nas rotas turísticas, localidades que até então tinham poucas razões de propaganda. O que pode acontecer nestes casos é alguma desvirtuação do bem cultural e provavelmente uma perda de (in)genuinidade em favor de lucros económicos.





## 9.7 A recriação do gesto

### Como sobrevive o património imaterial?

Imagens-base

À esquerda: três imagens sobrepostas de Horácio Teixeira a pentear uma cabeleira.

Autor – Ana Moreno

À direita: 15 imagem sequenciais de Horácio Teixeira a pentear uma cabeleira.

Autor – Ana Moreno

O património imaterial, ao contrário do material, encerra um princípio de efemeridade e até de evolução. É um património vivo que só o é enquanto processo e conhecimento. Portanto, a sua sobrevivência depende não só da recriação de gestos, mas também da transmissão de saberes.

Esta imagem ilustra um saber fazer que foi transmitido entre patrões e empregados, entre artesãos e aprendizes, entre uma e outra geração de donos de uma loja. Hoje continua vivo graças à contínua recriação do gesto de Israel Matos e Horácio Teixeira. No entanto, este saber parece estar em causa, porque segundo palavras dos donos desta loja: *“os jovens de hoje em dia já não se interessam por estas coisas. O que querem é computadores, tem muito pouca paciência para aprender ofícios que levam tempo e paciência. Para além disso não gostam de estar sempre fechados no mesmo lugar querem viajar e ganhar dinheiro. Mas com o desemprego que há bem não sei... apesar de não sermos ricos esta loja dá para ganharmos dinheiro.”*





## 9.8 O imaterial no museu

### Quando se extingue um bem imaterial?

Imagens-base

À esquerda: cabeleira produzida na loja Cardoso Cabeleireiro. Modelo Luís XV.

Autor – Ana Moreno

À direita: imagem retirada do livro: “Dias Festivos – O Corpo de Deus em Penafiel.”

Autor – Teresa Soeiro

Um bem imaterial extingue-se quando deixa de ser recriado ou transmitido. Este património sobrevive essencialmente através do acontecimento e não do registo. No entanto qualquer tentativa de acumular saber, registar e documentar é urgente, porque permite organizar um arquivo de informação útil, não só para a divulgação e valorização do bem, mas também na reconstituição do mesmo quando necessário.

Esta imagem tem como ponto de partida o enfatizar do património imaterial como um património vivo e que, uma vez guardado num museu, por melhor que este seja, perde a sua essência. A partir desta ideia descobri que o Museu Municipal de Penafiel alberga três cabeleiras produzidas por Israel Matos e Horácio Teixeira, no entanto, não as detêm para exposição, mas para ornamentar uma estátua de S. Jorge que participa na procissão “O Corpo de Deus”. Esta estátua desfila montada num cavalo real e é acompanhada por dois pajens, também eles usando cabeleiras da loja Cardoso Cabeleireiro.





## 9.9 A hierarquização do património cultural imaterial

### Porquê distinguir os diferentes bens imateriais?

Imagens-base

À esquerda: peça tradicional da Olaria de Bisalhães. Autor – Ana Moreno

À direita: cabeleira artesanal produzida na loja Cardoso Cabeleireiro. Autor – Ana Moreno

A imagem da esquerda apresenta um jarro típico da Olaria de Bisalhães, um ofício representativo não só da localidade que lhe dá nome, mas também de toda a região onde esta se insere. A imagem da direita representa o saber fazer de uma específica loja da cidade do Porto. Portanto, julgo não ser exagerado referir que a Olaria de Bisalhães tem uma representatividade maior que a actividade da Cardoso Cabeleireiro. É certo que esta hierarquização de actividades não é simples, mas incentiva o estudo de uma dada realidade. Um caso paradigmático desta hierarquização é a classificação com interesse municipal do Cante Alentejano pela Câmara Municipal de Reguengos de Monsaraz.





### 9.10 Do campo ao burgo

#### Existe um artesanato rural e outro urbano?

Imagens-base

À esquerda: artesã de linho a trabalhar num tear. Autor – desconhecido

À direita: Horácio Teixeira a produzir uma “franja” de cabelo. Autor – Ana Moreno

A ruralidade do artesanato tradicional e a contemporaneidade do artesanato urbano foi uma questão colocada porque, numa dada fase da investigação não tinha a certeza de que as cabeleiras produzidas por Israel Matos e Horácio Teixeira fossem artesanato. Ou seja, apesar de produzidas manualmente, estas cabeleiras não são de consumo popular, nem se apresentam em feiras de produtos artesanais ou regionais.

A resposta a esta pergunta encontra-se em dois textos: na entrevista de Graça Ramos, onde se pode ler que de facto esta é uma actividade artesanal e, como tal, o seu produto é artesanato e num outro texto da autoria de Marta Tudok. No livro “Como acercarse a la artesanía” Marta Tudok esclarece que de facto existe um artesanato rural e um urbano. O período de transição dá-se com a formação de centros urbanos na Idade Média, época em que surgiram novas formas de organização e produção. Desta feita, o artesanato urbano relaciona-se com objectos de luxo de alta qualidade e o artesanato rural com objectos de custo inferior, dirigido a classes baixas; de realçar que o artesanato urbano era uma actividade, já então, a tempo inteiro, ao passo que o rural era uma actividade complementar à agricultura. Esta autora distingue artesanato e ofício, aplicando o segundo conceito a actividades como ferreiro.













X

X CAPÍTULO – Conclusão e perspectivas futuras



X

## 10. CONCLUSÃO E PRESPECTIVAS FUTURAS

Neste capítulo pretendo abordar o que foi bem sucedido e o que podia ser melhorado neste trabalho, tendo por base as perspectivas iniciais presentes na introdução. Para além desta retrospectiva e avaliação apresento ainda as perspectivas futuras que antevejo para esta temática, bem como outros temas de interesse.

### 10.1 O rever da hipótese

A hipótese da qual “nasce” esta dissertação assenta na possibilidade de repertórios visuais contribuírem para a discussão e crítica do património cultural imaterial e nesta fase conclusiva julgo que de facto esta hipótese existe. O capítulo nono, a partir de uma amostra de imagens, ilustra precisamente esta condição, demonstrando que os repertórios visuais para além de serem ilustrações de um raciocínio podem ser potenciadores de indagação e debate.

### 10.2 O rever da pertinência

Este trabalho apresenta-se como um contributo para a discussão actual sobre o património cultural imaterial, partindo da observação de uma loja de comércio a retalho. Neste contexto, julgo que a pertinência continua a fazer sentido, não só pela complexidade do conceito, mas também pela necessidade de dar visibilidade às lojas tradicionais de um centro urbano, neste caso em concreto da cidade do Porto. A possibilidade apresentada no ponto 1.7 relativamente à abordagem documental da imagem concretizou-se, porque de facto em determinado momento foi indispensável referi-la tendo em consideração que estava em causa a preservação de uma dada realidade.

### 10.3 O rever da metodologia

A metodologia adoptada constituiu-se essencialmente pela leitura de documentos, publicações, e artigos, bem como pela realização de entrevistas e visitas de campo. De um modo geral, todos os entrevistados se demonstraram receptivos e disponíveis, no entanto, já numa fase final da dissertação não foi possível obter a opinião da Dr.<sup>a</sup> Ana Pagará – directora do Serviço de Bens Culturais da Direcção Regional de Cultura do Alentejo – o que deixa transparecer que a disponibilidade para entrevistas escritas é muito reduzida, apesar da insistência. As visitas de campo, pela solicitude dos comerciantes em fornecer informação, foram muito produtivas e agradáveis. Quanto às entrevistas, penso que poderia ter existido um inquérito ao cidadão comum sobre as diferentes questões abordadas, no entanto, a investigação foi sendo dirigida



pela opinião de especialistas, o que de certo modo inviabilizou esta abordagem. Relativamente às dificuldades, a maior foi a construção do índice, porque por vezes a conjugação de três áreas tão distintas de conhecimento não se afigurava clara e consequente.

#### **10.4 O rever dos objectivos**

Em meu entender, considero ter atingido os diferentes objectivos a um bom nível de consecução. O objectivo geral foi anteriormente avaliado e, portanto, dedicar-me-ei agora aos três objectivos específicos.

O primeiro objectivo: “Compreender a necessidade de preservação de espaços comerciais que fomentem a identidade e a memória de um lugar”, julgo ter sido atingido essencialmente no decorrer do segundo capítulo. Nesta fase da investigação, é notória a necessidade de preservação de espaços de comércio que fomentem a memória, a identidade e a diversidade de um centro urbano, como o Porto, por exemplo, onde as grandes superfícies comerciais “empurram” o consumidor para fora do centro histórico (classificado pela UNESCO desde 1996), numa altura em que este se encontra em requalificação.

O segundo objectivo: “Identificar parâmetros que auxiliem na identificação da componente imaterial do património cultural num estabelecimento de comércio a retalho”, julgo ter sido atingido assim como o primeiro. A conclusão é que a actividade de uma loja, para aspirar a uma classificação patrimonial deverá ser entendida dentro das actividades tradicionais artesanais, pelo que várias lojas, apesar de tradicionais, podem não comportar uma actividade que se insira nestes parâmetros. Esta procura torna-se ainda mais difícil, porque o sector do comércio tem como “vocação” primária a venda de bens e não a sua produção.

O terceiro e último objectivo: “Explorar o papel da imagem na preservação, divulgação, valorização e crítica do património cultural imaterial”, julgo, tal como os anteriores, ter sido atingido, no entanto, ainda há muito por explorar. Ou seja considerando a imagem como uma aliada do património cultural imaterial e compreendendo-a como um meio de preservação e discussão eficaz, penso que o capítulo nono é um exemplo do muito que se pode fazer.

#### **10.5 Perspectivas futuras**

Esta dissertação, ao contribuir para a discussão actual sobre o património cultural imaterial, apresenta-se como mais um passo de uma longa caminhada. Ou seja, existe muito trabalho a ser desenvolvido e este subcapítulo é o “lugar” onde exponho aquelas propostas de investigação futura, que ao longo desta dissertação se afiguraram mais prementes e consequentes.

Estas propostas, apesar de se relacionarem directa ou indirectamente com esta dissertação, são abertas à comunidade em geral.

A primeira proposta de investigação “nasce” da necessidade de sistematizar o registo imagético do património cultural imaterial, ou seja da necessidade de criar mecanismos que regulem o registo e o arquivo visual deste património. Esta proposta não pretende reduzir o registo visual a uma lógica processual, no entanto, no meu entender esta deverá existir como um meio de homogeneização de informação. Nesta perspectiva, era urgente trabalhar em duas frentes: na criação de arquivos visuais com sede em entidade estatais que preservem este material e o facultem gratuitamente à comunidade; e no estabelecer de uma metodologia de captação de registos fotográficos, videográficos e sonoros.

Numa outra perspectiva e atendendo ao grau de acessibilidade que existe num sítio de internet, era também interessante criar uma plataforma que incentivasse a recolha de informação sobre o património cultural imaterial. O conceito para esta plataforma é que esta absorva e ceda informação gratuitamente àqueles que queiram participar, não reduzindo o leque de possíveis intervenientes. Assim seria tão importante a participação de alunos do ensino básico, como de profissionais. A gestão desta plataforma, na minha perspectiva, deveria ficar a cargo de uma entidade estatal ou de uma ONG.

Uma outra proposta, é a constituição de um guia do comércio tradicional do Porto, ideia que não é nova neste processo de investigação. Este guia poderia estar englobado num outro de abrangência superior e ser distribuído nas próprias lojas, para além de outros locais de venda.

Relativamente a uma loja em particular a “Cabeleireiro Sousa”, em conversa com a arquitecta Domingas, surge a ideia de procurar a porta original do estabelecimento. Atendendo à necessidade da sua presença para a classificação desta loja e da tristeza com que a proprietária fala da perda desta porta (foi vendida por aconselhamento de um arquitecto camarário segundo dados obtidos) seria interessante investigar: se esta ainda existe e se existe onde se encontra e quais os meios necessários para a devolver e caso não exista ou seja impossível a sua devolução, como construir uma idêntica. Para além da porta seria também interessante investigar os candeeiros originais, no entanto a história destes é diferente, porque ao contrário da porta, os candeeiros foram vendidos porque quebravam demasiado a luz, ou seja não faziam supostamente falta.

Quanto à Cardoso Cabeleireiro e à Casa Hortícola, julgo que era interessante abrir processos de classificação. No primeiro caso no que concerne à actividade, e no segundo ao espaço arquitectónico, note-se que ambos os estabelecimentos não estão incluídos na área classificada pela UNESCO como património da humanidade.

Para além destas propostas directamente relacionadas com o património cultural imaterial e as lojas tradicionais, aponto ainda uma outra que, não estando directamente relacionada com estes campos de estudo, julgo ser interessante. Falo do tema de investigação proposto pelo arquitecto Aguiar Branco sobre a publicidade néon. Segundo este entrevistado, a sinalética em néon tem vindo a desaparecer e neste contexto era curioso estudar a sua presença, história e relevância na cidade do Porto.











de la calvitie donc, les jours on voit se dresser une armée de petites figures mystérieuses. A vrai (du moins les progrès de l'espérer encore)

les formes de coiffure possibles de Marius Heng sont artistiques toujours coiffes, hygiéniques parce qu'elles évitent les rhumes de cerveau.

Dr E.

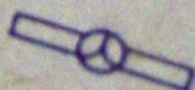
Pour faire la commande d'un toupet hygienique il suffit :

- 1° De nous envoyer le N° de la coiffure parmi les gravures de cette page.
- 2° Un échantillon de cheveux.
- 3° La mesure de la partie chauve en décimètres. Il est préférable de nous dire si les cheveux doivent être légèrement ondulés, ou plats, et enfin nous donner tous les renseignements que l'on croit nécessaires : l'âge de la personne, l'état de la peau, etc.; l'âge de la personne doit être fourni ou léger, etc.; l'âge de la personne est quelquefois nécessaire.

Les prix peuvent varier suivant la grandeur. Nous donnons ici les prix pour la taille moyenne :

Toupet sur tulle végétal, sans raie et cheveux ramenés en avant; fig. 1.	Prix	60 fr.
tulle végétal, avec raie		
tulle cheveux . . . . .		70 »
tulle cheveux et gaze, sans raie		80 »
tulle cheveux et gaze, avec raie		90 »
tulle cheveux, avec ou sans raie		100 »

En dehors des coiffures indiquées ci-dessus, nous faisons tous les genres de coiffures.





XI

## 11. BIBLIOGRAFIA

### EDIÇÕES

- *Archivo Universal, la condición del documento y la utopía fotográfica moderna*, Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 2008.
- Baer, Alejandro, *Holocausto, Recuerdo y Representación*, 1ª ed. Editorial Losada, 2006
- Barthes, Roland, *A Câmara Clara*, Edições 70.
- Choay, Françoise, *Alegoria do Património*, Edições 70, Lda, 2008.
- Dias, Marina Tavares, Marques, Mário Morais, *O Porto Desaparecido*, Edições Quimera, 2002.
- Estrela, Edite, Soares, Maria Almira, Leitão, Maria José, *Saber Escrever Uma Tese e Outros Documentos*, 5ª ed., Dom Quixote, 2006.
- Fernandes, José Alberto V. Rio, *Porto, Cidade e Comércio*, Dissertação de doutoramento em Geografia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1997.
- Fernandes, José A. Rio, Guillemot, Lionel, Martins, Luís P. Saldanha, Soumagne, Jean, *As cidades do Porto e de Angers, apontamentos sobre os processos de metropolização, terciarização e revitalização urbana*, Edições Afrontamento, 2007.
- Fernandes, José A. Rio, Cachinho, Herculano, Ribeiro V. Carlos, *Comércio Tradicional em Contexto Urbano, Dinâmicas de Modernização e Políticas Públicas*, Gabinete de Estudos para o Desenvolvimento e Ordenamento do Território da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2002.
- Florescano, Enrique (compilador), *El Patrimonio Cultural de México*, F.C.E., 1993.
- Flusser, Vilém, *Ensaio sobre a Fotografia, para uma filosofia da técnica*, Relógio de D'Água Editores, 1998.
- *Guia do Porto*, Produção Expresso para a Sociedade, Porto, 2001.
- Joly, Martine, *Introdução à Análise da Imagem*, Edições 70, Lda, 1999.

- Jorge, Virgolino Ferreira, *Cultura e Património*, 1ª ed., Edições Colibri, Lisboa, 2005.
- *Livraria Lello*, Prólogo Livreiros, SA, 2003.
- Medeiros, Carlos Laranjo, *Lojas Antigas de Lisboa, 1º Volume*, Edições ASA, 1994.
- Medeiros, Carlos Laranjo, *Lojas Antigas de Lisboa, 2º Volume*, Edições ASA, 1994.
- Medeiros, Carlos L., Miranda, Jorge Augusto, Moreira, J. J. Semedo, *Lojas de Tradição*, Instituto de Apoio às pequenas e médias empresas e com Investimento Programa das Artes e Ofícios Tradicionais, 1993.
- Pacheco, Helder, *Porto-Sítios, Lembrança e Emoções*, Edições Afrontamento, 2007.
- *O Porto, Guia Turístico*, Editora Educação Nacional, 2007.
- Pinto, Raúl Simão, *As Tascas do Porto, histórias e memórias servidas à mesa da cidade*, Edições Afrontamento, 2007.
- Porto Vivo 2004/2007, SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana)
- Quivy, Raymond, Campenhoudt, Luc Van, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, 4ª ed., Gradiva.
- Ramos, João Manuel (coordenação), *A Matéria do Património, memórias e identidades*, Edições Colibri, Lisboa, 2003.
- Shills, Edward, *Tradition*, The University of Chicago Press, 1981.
- Soeiro, Teresa, *Dias Festivos, O Corpo de Deus em Penafiel*, Museu Municipal de Penafiel, 1996.
- Thompson, John B., *Los Media y la Modernidad, una teoría de los medios de comunicación*, 2ª ed., Paidós Comunicación 101, 1998.
- Zuzunaga, Mariano, *El Territorio Fotográfico, La Fotografía Revisitada*, 2ª ed., The Photographer+s Company Editions, 2008.



## EXPOSIÇÕES

- Casa do Infante, *Estética e Património nos Espaços Comerciais*, 10 de Abril a 18 de Maio de 2008, autor Luís Aguiar Branco.
- MACBA, *Archivo Universal, la condición del documento y la utopía fotográfica moderna*, 23 de octubre de 2008 – 6 de enero de 2009, vários autores.

## DOCUMENTOS

- Carta Internacional sobre la conservación y la restauración de monumentos e sitios – Carta de Venecia 1964 – versão espanhola.
- Convention concerning the protection of the World Cultural and Natural Heritage 1972.
- Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage 2003.
- Declaración Universal de la UNESCO sobre la Diversidade Cultural, UNESCO – 2001.
- Lei Portuguesa n.º 107/01 – Estabelece as bases da política e do regime de protecção e valorização do património cultural.
- Lei Portuguesa n.º 13/85 – Lei de Base do Património cultural Português.
- Recomendación sobre la salvaguardia de la cultural tradicional y popular, UNESCO – 1989.
- UNESCO, *Directrices para la creación de sistemas nacionales de “Tesoros Humanos vivo”*.
- UNESCO, *Obras Mastras del Patrimonio Oral y Inmaterial de la Humanidad, Proclamaciones de 2001, 2003 y 2005*, UNESCO publishing 2006.

## REVISTAS

- ICOM news n° 4 de 2003
- Museum Internacional, n° 221-222, Maio de 2004 – versão espanhola.
- Museum Internacional, n° 227, Setembro de 2005 – versão espanhola.
- Porto Sempre, n° 19, Julho 2008.

## ARTIGOS

- Andrews, Charlotte, Viejo-Rose, Dacia, Baillie, Britt, Morris, Benjamin, *Conference Report: Tangible-Intangible Cultural Heritage: A Sustainable Dichotomy? The 7<sup>th</sup> annual Cambridge Heritage Seminar*, International Journal of Intangible Heritage, Vol. 02, 2007, pgs 124-129.
- Fernandes, José A. Rio, *As actividades comerciais e a valorização das áreas centrais*, Inforgeo, Julho 2007, pgs 129-135.
- Froner, Yacy Ara, *Patrimônio Histórico e Modernidade: construção do conceito a partir da noção de revitalização de sítios, monumentos e centros urbanos*.
- <http://www.patrimoniocultural.org/Olinda2002/trabalhosSimposio/yacyAraFroner.html>
- Galla, Amareswar, *The First Voice in Heritage Conservation*, International Journal of Intangible Heritage, vol.3, 2008, pgs 9-25.
- *Lisboa da “Belle Époque”*, Jornal de Notícias, 24 de Julho de 2008.
- Malcata, Xavier, *ASAE Destroí legado que nos foi deixado*, Jornal de Notícias, Julho 2008, pg 32.
- Martins, Guilherme d’Oliveira, *Um novo conceito de património*, Público, 24 de Julho de 2008.

- Mounir Bouchenaki, *A Major Advance towards a Holistic Approach to Heritage Conservation: the 2003 Intangible Heritage Convention*, International Journal of Intangible Heritage, Vol. 02 2007 pgs 104–109.
- *Mudança na Lei para proteger produtos artesanais*, Diário de Notícias, 4 de Agosto de 2008.
- Pacheco, Hélder, *Ser portuense*, Jornal de Notícias, Julho 2008, pg 29.
- Ramos, Manuel João, *Breve nota crítica sobre a introdução da expressão “património intangível” em Portugal*, in Vítor Oliveira Jorge (coordenação) *Conservar para quê?* Porto – Coimbra, DCTP–FLUP–CEAUCP–FCT, 2005, pgs 67–76.
- *Sobre Cabeleireiro: um século a tesourar*, Visão nº 59, 14 de Fevereiro, 2008.
- Wilks, Caroline, Kelly Catherine, *Fact, Fiction and Nostalgia: An Assessment of Heritage Interpretation at Living Museums*, International Journal of Intangible Heritage, Vol. 03 2008 pgs 128–132.

#### SÍTIOS DE INTERNET

<http://www.aade.com.pt>

Évora distrito digital

<http://alvitrandoblogs.sapo.pt>

Site pessoal sobre o Alentejo e o poder local

<http://amen1.no.sapo.pt>

Site pessoal sobre a cidade do Porto

<http://cearte.pt>

Centro de formação de artesãos

<http://comunefirenze.it>

Câmara Municipal de Florença

<http://correioalentejano.com>

Jornal Correio Alentejano



<http://cultdigest.com>

Rede nacional de apoio à arte, à cultura e à criatividade

<http://cultura-alentejo.pt>

Direcção Regional de Cultura do Alentejo

<http://dgcc.pt>

Direcção Geral do Comércio e da Concorrência

<http://dictionary.reference.com>

Plataforma on-line de dicionários

<http://dn.sapo.pt>

Jornal Diário de Notícias

<http://edi-colibri.pt>

Edições Colibri

<http://european-heritage.coe.int>

European Heritage Network

<http://folk.uio.no/atleom/master/references.htm>

Tese de mestrado sobre o Património cultural

<http://getty.edu>

Getty Museum

<http://icm.go.mo>

Instituto Cultural do Governo da R.A.E. de Macau

<http://infoamerica.org>

Portal de informação

<http://ipa.min-cultura.pt>

Instituto Português de Arqueologia

<http://medinsuevora.wordpress.com>

The Mediterrean Intangible Space

<http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/museum>

Centro de Informática da Universidade de Évora – Lista Museum

<http://ovpm.org>

Organization of the World Heritage Cities

<http://portaldofado.net>

sítio dedicado ao fado

<http://publico.clix.pt>

Jornal Público

[http://sos-monuments.upc.es/sos\\_m-htm](http://sos-monuments.upc.es/sos_m-htm)

Red Iberoamericana para la Protección del Patrimonio Cultural

<http://tsf.sapo.pt>

Rádio Notícias TSF

<http://tv1.rtp.pt>

Canal 1 da Rádio Televisão Portuguesa

<http://unmultimedia.org>

United Nations Multimedia

<http://vrheritage.org>

Non-profit-making association endorsed by UNESCO

<http://whc.UNESCO.org>

UNESCO

<http://www.aarn.pt>

Associação de artesãos da região norte

<http://www.attambur.com>

Grupo Musical At-tambur

<http://www.britannica.com>

Enciclopédia Britannica on-line

<http://www.dgci.min-financas.pt>

Direcção Geral dos impostos

<http://www.icom.museum>

International Council of Museums

<http://www.ijih.org>

Internacional Journal of Intangible Heritage

<http://www.ipmuseus.pt>

<http://imc-ip.pt>

Instituto dos Museus e da Conservação

<http://www.ippar.pt>

Instituto Português do Património arquitectónico

<http://www.ive.it>

European University Institute

<http://www.metmuseum.org>

Metropolitan Museum of Art

<http://www.nicephotomag.com>

Revista de fotografia

<http://www.oup.com>

Oxford University Press

<http://www.patrimoniocultural.org>

Site brasileiro sobre o património cultural

<http://www.ppart.gov.pt>

Programa para a promoção dos ofícios e das microempresas artesanais

<http://www.portovivosru.pt>

Sociedade de Reabilitação Urbana

<http://www.UNESCObkk.org>

UNESCO Bangkok office



<http://www.worldheritageproject.org>

Non profit media organization – world heritage project

<http://www.7maravilhas.sapo.pt>

Projecto 7 maravilhas de origem portuguesa no mundo





# XII

## XII CAPÍTULO – Anexos





XII

**Entrevista a Laura Rodrigues, presidente da Associação de Comerciantes do Porto**  
**11 de Junho de 2008 – 16:00h – Cinema Batalha.**

***O que considera comércio tradicional?***

*Quando se fala em comércio tradicional fala-se de lojas que mantiveram tanto o artigo como a exposição sempre igual e desse tradicional podemos dizer que há poucas lojas. Mercarias tradicionais há na rua Formosa e na Sá da Bandeira como a Casa da China ou a Confeitaria do Bolhão que vendem como o faziam há uns anos atrás. O que considero, não bem tradicional que eu não gosto desse nome, mas comércio independente é o comércio multimarca que tem um gestor, um dono que selecciona aquilo que para ele é bom e interessante. Este processo distingue-o das marcas multinacionais e de grande dimensão. É o proprietário que faz a selecção. Algumas lojas são monomarca ou são multimarca de qualquer forma seleccionadas pelos donos. O conceito das multinacionais como a inditex é a monomarca que vende pelo mundo inteiro o mesmo tipo de colecções. O conceito é idêntico para as fardas, para a decoração e para as montras.*

***Comércio independente é o mesmo que comércio de rua?***

*O comércio independente não está directamente conectado com a rua, embora na verdade se veja muito mais na rua do que nos centros comerciais. Por exemplo o Brasília é um centro comercial de comércio independente, cada um decide a sua montra as horas de fecho, ou seja a gestão do próprio centro estimula o comércio independente ao contrário dos centros comerciais grandes. No Brasília cada comerciante é dono do seu espaço, ao contrário de um centro controlado por uma grande empresa. A Marques Soares é independente porque se gere sozinho e é multimarca.*

***O que empresta o comércio independente à cidade?***

*O comércio independente empresta à cidade uma variedade enorme de oferta, porque o que um escolhe não é necessariamente o que o outro escolheu. Os donos das lojas vão às feiras internacionais e aí escolhem produtos dentro de um leque variado. As lojas independentes têm o cuidado de se diferenciarem umas das outras. Muitas vezes perguntam quais os artigos que determinada loja próxima comprou para não repetir. Esta atitude promove a diversidade na oferta ao público. Quando vou visitar cidades fora de Portugal, a minha curiosidade é despertada especialmente pelas lojas de comércio independente. Não vou entrar numa Zara para ver aquilo que já vi aqui no porto, prefiro as lojas multimarca onde posso encontrar coisas diferentes, mais interessantes que não teria oportunidade de conhecer senão fosse ali. São dois conceitos que estamos aqui a falar: o das multinacionais e o*

comércio independente. O comércio de uma cidade é mais rico quanto maior diversidade de oferta presente e quanto mais comércio independente tiver, porque se só existirem multinacionais acaba por se assemelhar aos centros comerciais que têm sempre as mesmas lojas e as mesmas marcas. O lojista é uma pessoa, cada casa é um caso, e cada loja tem o seu seleccionador, pode ser o proprietário, o gerente, um funcionário ou um familiar do dono. O seleccionador é o responsável pela selecção que dará um cariz singular à loja e normalmente tem gosto para monstros não obedecendo a nenhum standard. O comércio independente traz maior diversidade à cidade. A tendência com o aparecimento dos centros comerciais é perder esta diversidade.

### **Quais as principais dificuldades que enfrenta o comércio independente?**

O comércio independente tem dificuldade em concorrer com as multinacionais na relação qualidade/preço, porque as mono marcas ao fabricarem os seus produtos na China ou na Índia a preços da China, com uma mão de obra escrava, conseguem preços mais baixos. Eu não percebo como países civilizados, no século XXI, permitem este novo género de escravatura idêntica há de outros tempos, mas noutros países. Aqui quem trabalha com costureiras ou alfaiates nacionais tem que obedecer a regras que na China pura e simplesmente não existem. Em matéria de concorrência os países ditos civilizados deveriam rejeitar aqueles modelos, mas isto enriquece muita gente que dá abertura e promove esse tipo de situação.

Em Portugal temos assistido ao Presidente da República a ir à China com o avião cheio de empresários portugueses para lhes mostrar onde estão os ditos escravos. Deveria dizer-se ao governo Chinês que só trabalharíamos com ele com regras iguais às que se praticam no ocidente, ou simplesmente não lhes comprar mercadoria. Esta política gerará desemprego em países onde a mão-de-obra é mais cara e sujeita a leis laborais mais exigentes. Eu acho que estamos a causar dois males: o primeiro é o aumento do desemprego no nosso sector têxtil e no comércio independente que não compra nesses circuitos, até pode passar pela China, mas por outros intermediários e o segundo é o podermos ficar “nas mãos” deste tipo de comércio porque, ao fabricar-se as colecções europeias na Índia ou na China significa ir lá ensinar técnicas que agora, e isso já está a acontecer, são utilizadas pelos donos de determinadas empresas na criação de linhas próprias que podem concorrer directamente com as nossas.

Quanto às dificuldades enfrentadas dentro da cidade já lhe disse que de facto é uma pena a concorrência criada pelos centros comerciais, com parques de estacionamento, horários alargados, e condições laborais sabe-se lá bem quais. Hoje, quando quero encontrar algum tipo específico de caderno, já penso onde o irei comprar, porque começam a desaparecer da cidade certos artigos que agora somente se encontram nas grandes superfícies comerciais, porque os estabelecimentos mais pequenos não conseguiram aguentar-se.



***E quais as dificuldades que enfrenta o dito comércio tradicional?***

*Quando se fala de tradicional tem que se falar em independente. Todo o comércio tradicional é independente, porque pertence só a um proprietário, ele até pode franchisar e passar para outro, mas desde que este não desvirtue o conceito pessoal do dono da loja, esta não perde as características de comércio independente, diferenciando-se das restantes.*

*Exemplos como a Drogaria Moura ou a Coração de Jesus são casas que com os tempos vão desaparecer. O que eu digo é que os que sucedem a esses é o tal comércio independente. As lojas de estilistas também podem transmitir a identidade de Portugal. Eu não acho o conceito de tradicional vago, acho-o muito específico, para mim é aquele que não variou de conceito ao longo dos tempos. Claro que algo se foi alterando, mas a maioria cultivou sempre o mesmo conceito. Um exemplo de comércio tradicional que aproveita o seu saber fazer é a casa Gentleman na entrada debaixo do mercado do Bolhão. Esta é uma casa tradicional que está a desbravar um caminho muito interessante de vender para o exterior o que de sabem melhor fazer ou seja fatos de homem, são alfaiates por excelência.*

**Entrevista ao Professor Doutor José Rio Fernandes**

**Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**

**12 de Junho de 2008 – 16:00h – 4º piso do Dolce Vita**

***Quais as alterações mais importantes no comércio a retalho da cidade do Porto nos últimos 100 anos?***

*Bom era capaz de começar pela tese da minha tese. Quando comecei não tinha exactamente uma tese, não tinha algo que pretendia demonstrar, mas havia algo que intuía. Esta intuição era que o comércio estava a ter uma pujança muita grande na cidade ajudando-a a reestruturar-se, a ser outra. Intuí que a maneira como as pessoas se relacionavam com o território estava em mudança muito por via do comércio.*

*Acabei a tese com uma tese, que é esta: tal como aconteceu em meados do final do séc. XIX em que as feiras se extinguíram, foram expulsas ou repelidas e a venda ambulante praticamente desapareceu, um novo comércio se afirmou, o comércio da loja. O que nós hoje chamamos comércio tradicional era o comércio moderno de então. Este começava a emergir associado a alterações que tiveram lugar tanto no consumo e no comportamento das pessoas face às compras, como no território com a constituição de um novo território que é a baixa que não existia como espaço de comércio.*

*Ora bem a minha tese é que: a partir dos anos oitenta, as alterações à escala europeia e mundial fizeram com que, em Portugal, em pouco tempo, ocorressem um conjunto de transformações no comércio. O moderno comércio do século XIX transforma-se no comércio tradicional de hoje. Esta mudança é acompanhada de alterações no modo das pessoas se relacionarem com o consumo e na ocupação territorial. Basicamente em termos de território, vamos por aí sobretudo, o que acontece na minha leitura é que, aliás vou pelos três rapidamente:*

*– Primeiro chegou ao comércio a revolução comercial, ou seja as grandes empresas. Antes havia a lojinha, o senhor Manuel, o senhor Joaquim que tinha a sua loja, havia algumas excepções pequenos minimercados, pequenas coisas, mas em geral era assim que funcionava, até havia algumas lojas como o Peixoto que tinha três ou quatro lojas, mas estamos sempre a falar de pequenas ou médias empresas e não de grandes empresas. Portanto, chegou a revolução industrial ao comércio se quiser as grandes fábricas, agora já não são só grandes fábricas, mas grandes empresas do comércio, algumas empresas vêm precisamente do sector fabril para o comercial, como é caso da Sonae que era de aglomerados e hoje também se dedica ao negócio dos shoppings e supermercados e por aí fora. As lógicas são de*

*agrupamento pelo nome como o franchising, a Danacol é um exemplo. Ou seja a loja pode ser pequena, mas o nome é grande, há toda uma lógica de concentração empresarial pela marca que transforma completamente o cenário. Em alguns casos associa-se o imobiliário a grandes centros comerciais, enfim lógicas diferentes que diversificaram a oferta.*

*– Depois há uma revolução também na lógica da procura. Antes havia mais tempo. Antes grande parte das mulheres não tinha emprego e portanto havia tempo para comprar, havia disponibilidade para ir de montra em montra à procura da melhor relação qualidade/preço. A lógica de consumo assentava na durabilidade. Compravam-se uns sapatos por serem baratos e por bons e ser bom era durar muito.*

*Essa lógica perdeu-se na dita sociedade de consumo. Esta expressão é usada muitas vezes de uma forma pejorativa, mas eu acho que corresponde a um aumento de conforto, a um aumento do poder de compra por parte das pessoas que mais facilmente se distinguem e comunicam socialmente através do que compram e usam. Tudo isto ao nível do consumo foi uma alteração enorme que fez com que deixasse de haver uma lógica entre as pessoas e a loja. A pessoa já não vai comprar roupa ao senhor Manuel ou ao senhor Joaquim. O consumidor passa a ter uma variabilidade enorme de comportamentos e esta realidade não só se verifica nos vários segmentos de consumo em que uns gostam mais da feira, outros da loja outros disto outros daquilo, mas também na variabilidade individual em que cada um de nós um dia compra na internet, outro dia vai comprar à feira, no outro dia vai comprar ao shopping outro dia na rua. É assim que a generalidade das pessoas se relaciona com o consumo.*

*– A terceira grande alteração é territorial. A cidade do Porto tinha um grande centro a que se chamava “Baixa”, as grandes cidades como Londres ou Paris já tinham vários centros de comércio, mas em geral as cidades de pequena e média dimensão tinham um centro único. Essa lógica, a partir de certa altura, foi in comportável por diversas razões. Uma delas tem a ver com a própria dimensão das cidades. Começaram a abrir novas avenidas, como a da Boavista, não só no Porto ou Lisboa, mas também em cidades de média e pequena dimensão. As cidades começam a ter outros centros, porque o centro sozinho já não consegue albergar toda a gente, já não cabem lá todos, porque se usa mais automóvel, porque existem outras formas de relacionamento com a cidade.*

*Esse é um primeiro passo, um segundo é claramente o alargamento das cidades e a deslocação das pessoas para o subúrbio ou seja para a periferia, o que acontecia no século XIX numa outra escala. A acompanhar esta deslocação existe uma certa migração de centros comerciais para essas áreas, sobretudo da parte do comércio de grande dimensão que não tinha espaço na Baixa. Então o que se passa, não é muito diferente do que se passou no século XIX relativamente à indústria. Antes as fábricas apareceram na periferia da mancha construída, agora são os grandes shoppings que surgem na periferia da mancha construída,*



*muito associados às grandes redes rodoviárias, junto aos nós.*

*A cidade deixa de ter um centro único e mais do que isso esse centro, dito tradicional, entra um pouco em crise, porque passa a ter uma enorme concorrência de outras áreas. Este mesmo centro não tem tido na minha opinião, mais em Portugal que em outros países, a capacidade de regeneração. Esta incapacidade acontece por vários motivos, entre eles a ausência de uma política de transportes, a questão dos trespasses, a questão das rendas e todo um sistema em que o mercado não é transparente e portanto não permite ou melhor não facilita a regeneração. A entrada de novos comerciantes ficou-se numa lógica muito proteccionista, muito conservadora que me parece muito própria de Portugal.*

*Aí diria que Portugal tem alguma especificidade em duas dimensões: por um lado uma grande adesão ao consumo, com uma taxa de motorização elevadíssima em pouco tempo, uma taxa de penetração de telemóvel idêntica aos países mais desenvolvidos e uma forte adesão a roupa de marca; por outro somos muito conservadores e proteccionistas e observamos os comerciantes a reclamarem ajuda do estado numa lógica bastante conservadora. Ou seja estamos aqui entre dois extremos: o transformismo e o conservadorismo. Esta mistura criou graves problemas nos nossos velhos centros.*

***Mas faz ainda sentido falar em comércio tradicional?***

*Não, nunca fez na minha opinião, para mim usa-se o termo por facilidade de expressão e portanto tem mais se senso comum de bom senso. O comércio tradicional devia ser o comércio património, ligado às tradições, onde há uma loja de grande qualidade, que é uma referência, algumas cidades têm lojas de referência, a Lello por exemplo, talvez valesse a pena falar de comércio tradicional, de tradição, mas num sentido positivo. Este termo infelizmente ganhou um sentido negativo, muito por contraponto com o comércio moderno e neste conflito entre o comércio pré-existente e comércio moderno a certa altura, como em todas as guerras, faz-se o discurso do absurdo. Os que estavam diziam que não podia haver novas lojas porque isso ia arruiná-los e portanto o estado tinha a obrigação de os proteger e os modernos diziam que eles eram passados, antiquados e muito tradicionais e a coisa ficou assim e continuou até hoje a usar-se este termo “tradicional”, com cariz pejorativo a pensar no comércio pré-existente aos anos 80. De facto isso mascara muitas coisas, porque há comércio independente muito moderno, há comércio independente nos shoppings.*

***Laura Rodrigues também fala em comércio independente, será este então o termo mais adequado quando nos referimos ao dito comércio tradicional?***

*Pois, o conceito de comércio independente também não resolve tudo, a Sonae é independente, somos todos independentes por isso não resolve muito.*

***Hoje quando viajamos podemos encontrar as mesmas lojas em várias cidades do mundo isso não é uma perda para o consumidor?***

*Vamos lá ver duas ou três coisas. O tema da globalização, da homogeneização das paisagens tem que ser visto sempre em duas dimensões: uma é de facto o empobrecimento dos territórios, se formos a Barcelona, a Paris, a Londres e virmos as mesmas lojas que vemos aqui, não é bom, não tenho a menor dúvida quanto a isso, no entanto, por outra via podemos pensar que para o cidadão que mora no Porto é uma riqueza, um ganho poder ter lojas que há em Tóquio, no Brasil ou em Londres, é ter o mundo perto de si. Entre o ganho e a perda não sei o que é bom e o que é mau, às vezes um único discurso é muito fácil, dizer acho bem isto, acho mal aquilo.*

*Em Barcelona para além de um política de atracção de grandes marcas, também existem incentivos aos artesãos locais, à pequena loja e assim no mesmo quarteirão podemos encontrar a Zara, a Sephora a Berska e nas ruelas mais estreitas pequenas lojas comércio. Todas as semanas há feiras que ajudam a promover outro tipo de comércio que não o das multinacionais. Esta diversidade incentivada pelo poder local faz com que muitas pessoas se desloquem a Barcelona e se mantenham na cidade. No caso do Porto julgo que não existem os mesmos incentivos, é assim?*

*Vai acontecendo, ainda ontem estava a discutir isso com um colega, vamos lá ver eu acho que a área central do Porto ainda continua em queda, ou seja ainda há mais lojas a fechar do que a abrir, no entanto as novas lojas seguem novas lógicas. Ou seja não estou a dizer que acabou a crise na baixa porque não acabou, nem pouco mais ou menos, o que eu estou a dizer é que está a aparecer um novo comércio com sinais muito simpáticos. Um comércio especialmente ligada à moda ao design à criatividade e à inovação. O comércio alternativo? Há vários nomes que podemos dar a isto, não sei qual deles o mais correcto, seja como for estamos a falar de empresas relativamente eficientes, com modelos e apostas criativas e inovadoras.*

*Esses sinais existem e na minha opinião tem haver com dois aspectos fundamentais:*

*– A necessidade de inovação ao nível do comércio, ou seja o modelo do novo comércio a certa altura começa a esgotar-se, começa a não fazer sentido abrir mais shoppings e estes começam a não ter capacidade para criar mais novidade ou seja entra-se numa fase de maturidade abrindo deste modo espaço para novas propostas, novas formas de estar no comércio;*

*– Por outro lado acontece um grande aumento de visitas. Os turistas, os alunos de erasmus, a terceira idade que anda por aí a passear, não procura muito o shopping, mas sobretudo o*

*centro das cidades, gostam de andar, fazer as suas compras e esse público tem aumentado imenso no Porto especialmente. Há todo um comportamento de novos cidadãos, de cityusers, os utilizadores da cidade, que em Barcelona são um número enorme muito mais do que os barcelonenses. Ora bem isso acontece em Paris e outras cidades e está a acontecer um pouco no Porto e em Lisboa, e esse elemento, juntando-se ao outro que há pouco falei contribui muito, na minha opinião para compreendermos uma certa mudança que vai acontecendo no comércio urbano.*



### **Entrevista ao arquitecto Paulo Valença**

**25 de Julho de 2008 – 15:00h – Loja de Reabilitação da SRU**

**(Sociedade de Reabilitação Urbana)**

***O plano de reabilitação do Porto, coordenado pela SRU, tem em consideração a área classificada pela UNESCO como Património da Humanidade?***

*Não. A nossa área de intervenção, que por lei é a área crítica de reconversão e recuperação urbanística, é composta pelas freguesias da Sé, Miragaia, S. Nicolau, Victória, Masarelos, Cedofeita, Bonfim e Santo Ildefonso. Poderia ser toda esta área mas, após uma análise com diferentes critérios, realizada pelo departamento de planeamento da Faculdade de Engenharia do Porto, decidimos que área integraria as freguesias do Marquês, da Constituição, da Lapa, do Palácio de Cristal, parte de Masarelos, do Bonfim, da Cedofeita e de Santo Ildefonso. Ou seja áreas onde há mais problemas quer físicos, quer sociais e por tabela económicos. Assim a nossa área de intervenção é mais larga que a área classificada pela UNESCO, delimitada pela muralha Fernandina até à Serra do Pilar e mais pequena que a área que foi decretada pelo Governo como área crítica de intervenção no ano 2000, data anterior ao actual PDM.*

***Dentro desta área qual a atenção que dão às lojas e ao sector terciário?***

*A nossa missão é intervir sobre o edificado. O decreto-lei 104 de 2004 estabelece que nós temos poderes para intervir sobre o edificado numa perspectiva estritamente física. No continente e não no conteúdo. No entanto entendemos que reabilitar fisicamente é bom, mas é pouco e que uma cidade não vive só com edifícios em bom estado. Assim temos outras preocupações em termos estratégicos relacionados com a reabilitação. Aqui na zona central temos 5 vectores de intervenção: a re-habitação da baixa, a promoção do negócio, a revitalização do comércio, a dinamização do turismo, da cultura e do lazer e a qualificação do domínio público (onde se insere a questão da mobilidade urbana). Estes são os vectores que dão forma à nossa plataforma. Temos vontade, mas não todos os meios que necessitamos para agir. Relativamente ao comércio, o que nós fizemos foi um estudo na zona dos Aliados e envolvente, entre Carlos Alberto e o Bolhão. Fizemos um levantamento dos espaços comerciais, dos espaços onde possam abrir novas lojas, e um modelo de como preencher esta área comercial. Foram classificadas todas as actividades e analisada a perspectiva de zonamento, ou seja indicámos qual a actividade comercial mais indicada para cada área. Esta perspectiva de zonamento não é vinculativa, mas somente indicativa e serve para podermos informar as pessoas que queiram abrir negócios.*

**Mas a SRU lida em algum momento com a questão do património cultural no que diz respeito às lojas?**

Não, mas também não somos contra o que se poderá fazer. O estudo de que lhe falei foi realizado com a perspectiva de poder alertar, de chamar a atenção, de dar instrumentos a quem quiser instalar-se. A questão do Património é com o gabinete de Património cultural da CMP e com o IPPAR. Claro que se o edifício onde esteja instalada uma loja for classificado teremos mais cuidado com o tipo de obras que se poderá efectuar nele, bem como o tipo de licenciamento que viermos a fazer, mas não mais do que isso.

**Quais os benefícios/constrangimentos de um espaço ser considerado património municipal?**

Os constrangimentos são claros. Cada vez que se queira intervir tem que ser ter mais cuidado, tem que se pedir algum tipo de licenciamento ou algum tipo de análise extra para a obra que se queira fazer. Benefício, se quer que lhe diga acho que não há nenhuns. Os edifícios classificados têm benefícios fiscais, as actividades classificadas, admito que não.

**Existe alguma actividade classificada?**

Bem, vamos à confeitaria do Bolhão, que acho que é uma loja com algum simbolismo, o espaço pode estar classificado, ou seja pode ter benefícios pelo património construído, mas não pela actividade. Em termos do IMT (imposto municipal sobre transmissões onerosas de Imóveis) ficam isentos, em relação ao IMI (Impostos Municipais sobre Imóveis) também ficam isentos, mas têm sempre o constrangimento de que quando quiserem fazer alguma alteração tem que se dirigir ao IPPAR ou à CMP. Tem a vantagem da notoriedade, mas não tem muito mais.

**Por parte da SRU existe distinção entre um edifício e uma loja comercial?**

Não. Temos tanta vontade de reabilitar um edifício do século XIV, como um edifício dos anos 30 do século XX.

**Como se articula a questão da propriedade?**

A propriedade é essencialmente privada, existem alguns casos que não é, mas mista nunca é com certeza. Quais são os problemas que temos: primeiro em alguns edifícios a propriedade é repartida por 30 primos cada um em seu lugar e é difícil contactá-los fisicamente. Depois temos ainda o problema que é o resultado dessa distribuição de propriedade, porque há sempre um primo que não quer fazer a obra e portanto temos de os convencer a todos.

*Em 5 primos há sempre um que não quer ou não tem capacidade económica para fazer a obra. O que diz o decreto-lei 104/2004 que nos enquadra é que as obras têm que ser feitas pelos proprietários dos edifícios, não somos nós que as devemos fazer, no entanto se eles não o fizerem temos duas possibilidades: de os obrigar ou de entrarmos no edifício e fazermos a obra. Na segunda hipótese somos recercidos pelas rendas ou outra forma qualquer de valor. Em último caso expropriamos os prédios, quando de facto não conseguimos chegar a acordo com os proprietários. Não queremos nem gostamos de entrar em conflito com proprietários, mas se for necessário aplicamos a expropriação.*

***Relativamente ao Mercado Bolhão como avança a sua reabilitação, terá em conta a actividade que se desenrola dentro?***

*O Bolhão está dentro da nossa área de intervenção. O Bolhão é propriedade da CMP e está dentro da área de intervenção prioritária até 2011. Quanto à manutenção da actividade, ela está prevista. O concurso que foi lançado tinha exigências ao nível da protecção dos valores arquitectónicos do edifício, mas sem levar ao limite e ao fundamentalismo. O Bolhão é um edifício do início do século XX e estamos no início do século XXI, as solicitações são outras, mas os projectos concorrentes são obrigados por concurso a manter a actividade original do mercado, no entanto com menos impacto do que hoje tem.*

***Esta actividade não pode ser considerada como património imaterial?***

*Há a possibilidade de classificar bens imateriais, mas a actividade do Bolhão é de mercado e como tal não tem qualquer valor especial.*

***E quanto ao licenciamento?***

*Nós somos uma sociedade de capitais públicos, de capitais do Estado e municipais numa proporção de 60% – 40% respectivamente. Quando intervimos num dado quarteirão, primeiro em sede de concelho de administração, fazemos uma simulação em que definimos a modalidade de intervenção ou seja se é um quarteirão, uma parte da rua ou um edifício. Esta modalidade será a que entendermos, mas como diz a lei unidade de intervenção contactamos sempre a CMP que nos dirá se há necessidade ou não de fazer um plano de pormenor. Normalmente não existe necessidade, mas se se concluir que se deve fazer esse plano tanto a câmara como nós o podemos fazer, mas entendo que não é a prática que tem vindo a ser seguida. Em geral definimos um documento estratégico, que é um plano onde avaliamos os problemas de degradação, a realidade de ocupação que o edifício tem e definimos as obras que devem ser feitas no edifício. Esse plano estratégico depois de aprovado por nós é aquele que serve para impor a cada proprietário o tipo de obra que há que fazer em cada uma das parcelas. O licenciamento é posterior à entrega dos projectos pelos proprietários, uma nor-*



*ma que tem que ver com o cumprimento do documento estratégico. Quando aprovamos este plano o licenciamento passa a ser nosso e deixa de ser da câmara. Portanto temos poder de licenciar de expropriar e temos poder de obrigar a fazer obras.*

***Quem concede a troca de licenciamentos?***

*A mudança de licença tem que ser pedida à câmara.*

***É muito complexo o processo?***

*Não, terá de cumprir as regras que há que cumprir. Dentro da nossa área e em particular no centro histórico, como verá no nosso site, terá algumas isenções e bonificações que são incentivos que a câmara entendeu dar a quem queira renovar os edifícios. Existe sempre um taxamento.*

***Existe algum instrumento de protecção da actividade de uma loja?***

*Esta pergunta surge na consequência da minha investigação e na tentativa de perceber se existe a possibilidade de classificar uma actividade dentro do conceito de património imaterial?*

*Não é possível proteger nenhuma actividade de nenhuma loja, não existe nenhum instrumento para tal. Pela minha experiência, que trabalhei em projectos de urbanismo comercial, dos vários casos que estudei, a cidade de Vila Real é um dos que lhe poderei falar. Neste projecto eu pertencia a uma equipa que trabalhava o centro da cidade e lembro-me de uma loja em particular que nós referimos que fosse mantida que é a “Taberna do Alemão” porque faz sentido naquele espaço e é interessante. Hoje em dia não sei se ainda esta aberta. Este foi o único caso em que indicámos que seria interessante manter a actividade. O único instrumento que anteverjo é meramente indicativo. Assim se puder manter a actividade ainda bem senão não existem instrumentos que possam ser utilizados para manter a actividade.*

***A iniciativa de classificação pode partir de ambos os lados ou seja tanto do proprietário como da Estado?***

*Sim o projecto de classificação tanto pode partir de uma iniciativa privada como camarária ou estatal por parte do IGESPAR.*

***Quais são em concreto os benefícios fiscais atribuídos aos que queiram reabilitar um edifício na zona de intervenção da SRU?***

*Há dois tipos de incentivos, há um decretado pelo Estado, o IVA de 20% que para a nossa área de intervenção é de 5% e depois há benefícios fiscais ligados a taxas que a câmara ou o*

*próprio Estado podia cobrar e que neste caso não cobra ou cobra menos. Temos por exemplo o IMI, Imposto Municipal sobre imóveis que toda a gente paga e que quem tiver um edifício dentro da área de requalificação tem isenção ou bonificação; tal como no IMT a antiga SISA que também tem bonificação ou isenção, e depois ainda há benefícios relativamente à equipagem ou seja por ocupar o espaço público com um andaime ou taipal paga uma taxa, mas se estiver dentro da nossa zona tem um benefício de 80%, ou seja há um conjunto de discriminações positivas para quem possui casas ou lojas na nossa área de intervenção. Agora é importante não confundir recuperação de edifícios com reabilitação urbana, nessa altura deita-se tudo abaixo e constroi-se de novo e dentro da reabilitação não existem benefícios fiscais, no entanto existem outras ajudas. Há cerca de dois anos nós tínhamos um programa que se chamava “Viva à Baixa” que aliás estamos agora a reanimar, em que há um conjunto de materiais que são disponíveis a um valor mais baixo, conseguido através de parcerias que fizemos com algumas empresas. Para além disso fazemos aconselhamento e encaminhamento para um conjunto de materiais mais baratos, bem como para uma bolsa de arquitectos que realizam projectos a custos mais em conta, profissionais competentes em que confiamos para realizar obras de reabilitação, não é qualquer arquitecto que faz reabilitação de um edifício é preciso ter experiência nesta área.*

### **Entrevista à arquitecta Domingas Vasconcelos**

**30 de Julho de 2008 – 11:30h**

**Divisão de Património cultural da Câmara Municipal do Porto**

***Qual a actividade da Câmara Municipal do Porto relativamente à classificação patrimonial de imóveis onde se encontrem lojas a funcionar?***

*Relativamente às classificações estamos num período complicado, porque a equipa foi reduzida e portanto são pouco os processos de classificação em curso. Neste momento, entre todos os processos, não existe nenhum que diga respeito a lojas e abrir novos processos depende da conclusão daqueles que estão em curso. Agora de facto o que nós pretendemos é que os próprios interessados, os donos, façam todo o trabalho de investigação e apresentem razões para que os seus imóveis sejam classificados. Até aqui temos sido nós a fazer todo o trabalho e como a equipa foi reduzida é impossível realizar todo o trabalho que gostaríamos.*

***Quem constitui esta equipa?***

*Normalmente, bem isto já teve várias fases. Quando eu vim para esta divisão trabalhar, o que aconteceu em 2000, havia um técnico de história de arte e também uma técnica superior de pintura da faculdade de Belas Artes. Eu também tenho estado ligada a este sector das classificações, nós os três íamos fazendo a investigação entre todos compilando dados para justificar o valor deste ou daquele imóvel. Neste momento só estou eu e entretanto tenho outras coisas para fazer e por isso é difícil trabalhar com tanta velocidade como se gostaria e podia.*

***Quais as diferentes fases do processo de classificação?***

*Normalmente dentro da investigação visitamos o local, vemos o que existe. Esta visita é acompanhada pelo dono ou alguém que tenha uma relação especial com o edifício. Também fazemos investigação nos nossos arquivos procurando as licenças que foram concedidas a esse espaço, os intervenientes na construção, aspectos de escultura, pintura ou outra natureza decorativa. Qualquer espaço pode ter elementos escultóricos, por exemplo nas fachadas e se assim for procuramos saber o seu autor. Procuramos também recolher dados objectivos de datações, de autorias e eventualmente referências bibliográficas escritas ou na internet. Hoje já começa a ser fácil encontrar informação sobre prémios que o edifício possa ter tido por alguma razão. Estou a lembrar-me do estádio do Dragão que teve vários prémios de construção internacionais. Todas as referências que nos possam dar indicações precisas sobre o valor que já hoje é reconhecido ou pode vir a ser reconhecido por alguma*

razão de autoria ou da integridade do imóvel é importante. Por exemplo se nós formos visitar um edifício e este estiver muito estranho ou deteriorado e dificilmente se perceber o que lá existiu ou se pelo contrário está muito íntegro este último é um factor positivo. Portanto durante o processo de classificação recolhemos dados de arquivo, de bibliografia, do local e eventualmente de testemunhos de pessoas que estão ou estiveram relacionadas com o edifício em questão.

**É possível ter acesso a algum processo de classificação?**

Sim, penso que pode consultar apesar de não termos muitos.

**Referiu ainda há pouco o estado de degradação de um edifício como um motivo para a classificação ou não. Existem incentivos estatais para a reabilitação destes espaços?**

Os incentivos quer dizer, o incentivo que funciona normalmente é pecuniário. Sei que há algum contributo em dinheiro para a recuperação. Neste momento não posso dizer que a CMP vai apoiar com fundos esta ou aquela recuperação. O incentivo que está mais ou menos previsto é a isenção de taxas. Pode haver isenção ou redução de taxas no IMI, IMT e TMI.

Esta questão não tem só haver com a câmara e com as suas tabelas de taxas, mas também com o Estado, com o orçamento de Estado onde são previstas essas isenções. Se um edifício tem um especial ónus do facto da intervenção ter que ser mais cuidada, mais difícil ou eventualmente haver escavações arqueológicas que possam provocar uma determinada despesa, está previsto que a taxa que tenham que pagar pela licença seja reduzida. Portanto o processo é feito à conta da taxa e do município requerer que seja feita uma redução, essa redução vem aqui à nossa divisão para ser analisada. Avaliamos o tipo de intervenção que foi feita, se essa intervenção foi imposta, quanto é que pesou no orçamento, se o imóvel vai ter um uso público ou só privado. A questão do uso também pesa, porque se uma recuperação só vai ser usufruída por meia dúzia de pessoas é uma coisa, no caso de uma loja que vai ser usufruída pelo público em geral, que qualquer município pode usufruir, é outra e este aspecto é por nós valorizado. Se houve uma intervenção cuidada que manteve os elementos mais válidos e não desvirtuou o espaço, tudo isso nós tentamos perceber, então a percentagem de redução pode ser atribuída. Portanto se houver um grande investimento na recuperação do edifício, a redução pode ir até aos 50%, caso contrário, se não houverem tantos factores positivos então a redução é menor.

**Portanto a diminuição das taxas a pagar à autarquia é o benefício que advém de uma classificação patrimonial?**

Sim, pagamentos de obras não. Há também um programa da APOR o Porto com Pinta, mas este só diz respeito às fachadas e não aos interiores. Esse programa tem feito recupera-



ção de fachadas, mesmo por aqui perto, por exemplo o prédio onde está o Café Imperador, na Rua Sampaio Bruno, o da esquina com a cúpula preta entre outros.

***Este programa é da iniciativa da CMP?***

A CMP também tem intervenção na APOR. Este programa é gerido pela APOR, mas o dinheiro tem de vir do proprietário e da angariação de Patrocínios. Certamente já tem visto essas fachadas de lona que têm escrito Porto com Pinta e o patrocinador, este participa não com a totalidade, mas com uma grande parte do dinheiro. As tintas CIN patrocinam e portanto com a gestão desses patrocínios consegue-se fazer recuperações com um preço mais agradável para os proprietários. Em relação a lojas, o prédio onde está o Tamegão também foi recuperado por este programa. O Porto com Pinta dedica-se de facto somente a fachadas, mas convém que estas estejam a funcionar bem para que não se estrague o interior. Se as fachadas estão a meter água, os interiores vão atrás.

***No processo do Mercado do Bolhão existe a vontade de não só manter o Património construído como também a actividade, é assim?***

Relativamente a esse processo não lhe posso adiantar informações, porque não somos nós que estamos a lidar com o projecto, os avanços vejo-os pelos jornais. Nós aqui já discutimos, entre nós, a questão do Bolhão. Não sei se isto pode ajudar senão, mas o que nós falámos é que a conservação do mercado em termos tradicionais digamos assim, não é uma coisa estranha, isso acontece por exemplo em Barcelona e noutros sítios. Por isso nós pensamos que não será completamente idiota dizer que é importante criar condições para que o mercado possa funcionar com as características de mercado. Agora o processo de decisão não tem passado por mim por isso não posso comentar aprofundadamente essas questões. No Bolhão, relativamente à actividade, de facto como não sou consumidora não sei se os legumes vêm de hortas aqui perto ou se compram no mercado abastecedor não faço ideia, mas porventura até são produções locais.

***Quais as diferenças que existem entre os vários interesses que pode ter uma classificação?***

As diferenças são por um lado burocráticas digamos assim. As mais óbvias. Um imóvel de interesse municipal, de acordo com a lei 107 de 2001, é classificado pela própria câmara e todas as implicações posteriores são geridas dentro desta. Para um imóvel de interesse público ou monumento nacional seja classificado tem que ser ouvido o Ministério da Cultura ou o Instituto que neste caso é o IGESPAR que antes era o IPPAR. Assim a diferença mais óbvia é isso, se uma pessoa tem uma casa classificada com interesse público ou nacional se quiser fazer alguma alteração terá sempre que pedir o parecer e a autorização do IGESPAR.

***O processo de classificação de um Imóvel é o mesmo quer seja de interesse municipal ou nacional?***

A tramitação é um pouco diferente, porque normalmente nos processos mais antigos não havia ainda esta possibilidade da câmara classificar com interesse municipal era o IPPAR que classificava como valor concelhio. Agora esta lei de 2001 remete para as autarquias a responsabilidade pelos valores concelhios e estas passaram a ser de interesse municipal. Até agora a classificação era sempre do IPPAR. O processo tinha sempre que passar pelo IPPAR e este organismo tinha sempre a última palavra no processo. Se fosse decidido que o valor era concelhio então depois o licenciamento já não tinha que ser pedido à câmara.

Agora o processo é assim, imagine que a câmara municipal entende que determinado edifício tem interesse ser classificado com valor de interesse municipal, esta organiza os documentos, justifica o porquê e dá-se o processo. Em seguida tem que o enviar ao IGESPAR para que este se possa pronunciar e eventualmente reconhecer que esse edifício pode ter um interesse superior a municipal. Às vezes há de facto confusões entre ser património municipal ou nacional. Por exemplo o Bolhão é património municipal ou seja é propriedade da câmara, o dono daquele edifício é câmara, mas isso em questão de património fiscal ou seja não é património cultural. Por vezes, mesmo aqui na câmara onde existem as duas divisões do património, a cultural e não, existem confusões. Quanto a ser considerado imóvel de interesse municipal, no âmbito da lei 107 de 2001, esta classificação tem que haver com o Património cultural, tanto faz que seja a câmara ou uma pessoa singular o dono. A classificação não está dependente da propriedade, pode coincidir ou não que é o que está acontecer no Bolhão, que é propriedade da câmara e está em vias de classificação. Aliás já foi deliberado que será classificado imóvel de interesse público, portanto um valor superior ao meramente municipal. É entendido como sendo um edifício de relevância para todo o país.

***Entre o interesse público e o interesse nacional qual é a diferença?***

Teoricamente o monumento nacional será reservado para imóveis com grande valor histórico, com grande relevância para o País, o de interesse público é também de interesse nacional, mas às vezes olhamos para as coisas e na prática não conseguimos perceber muito bem porque alguns são monumentos nacionais e outros públicos. Teoricamente o monumento nacional está reservado para coisas especiais, castelos, mosteiros, igrejas, imóveis que tenham uma carga histórica e porventura arquitectónica mais importante.

***Dos imóveis classificados com de interesse municipal pela CMP qual o mais recente?***

O último a ser classificado foi o Estádio do Dragão. Foi um pedido do próprio dono da obra o FCP (Futebol Clube do Porto), foram eles que desencadearam e instruíram todo o processo.

*Nós concluimos o estudo e o processo foi aprovado em reunião de câmara. É também muito por interesses fiscais percebe. De facto é um edifício, que devo reconhecer, tem uma identificação social, a arquitectura não é má até já ganhou vários prémios, tem um usufruto enorme, tem essas valências todas e por isso tínhamos dificuldade em dizer que não, no entanto é muito novo é certo.*

*É curioso que o Estádio do Dragão esteja classificado e a Casa da Música em vias de classificação.*

*A Casa da Música está em vias de classificação ao abrigo de um programa do IPPAR que diz respeito a imóveis do século XX. Quando o processo da Casa da Música foi aberto ainda nem sequer esta estava construída completamente. Essa tramitação foi iniciada pelo IGESPAR e todo o processo está a decorrer lá. A proposta do Estádio do Dragão foi apresentada ao IGESPAR que entendeu que o edifício não tinha valor superior a municipal e remeteu a classificação para a câmara municipal, o processo foi concluído e este foi o interesse concedido ao Estádio do Dragão. Se o IGESPAR tivesse entendido que devia ser classificado com interesse superior, tinha que ser depois o IGESPAR a classificar.*

*Quando falei com o arquitecto Paulo Valença da SRU e com a arquitecta Paula Silva do IGESPAR, ambos disseram-me que apesar 107 de 2001 focar também o património imaterial ou intangível, não existe nenhum instrumento legal para salvaguardar este património, no caso específico da minha investigação a actividade de uma loja. O que gostaria de saber é se aqui na CMP já classificaram algum património imaterial.*

*Não que eu conheça não. Nós relativamente ao património Imaterial não temos trabalhado nada. Não temos experiência nesse campo.*

*Para terminar posso consultar algum processo de classificação?*

*Sim, ainda não temos muitos mas poderá consultar, posso-lhe mostrar o do Estádio do Dragão.*

19 de Janeiro de 2009 – Barcelona

Entrevista solicitada por email à Dr<sup>a</sup> Graça Ramos directora do CRAT

Ana do Carmo Soeiro Moreno

Aluna do 2º ano do mestrado Design da Imagem

Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto

Contacto: [nimodesign@gmail.com](mailto:nimodesign@gmail.com)

Tema de dissertação: “*A imagem do imaterial*”

Orientação: Professor Doutor Heitor Albelos

**Resumo:**

*Esta dissertação aborda essencialmente duas questões:*

- A possibilidade de observar a dupla componente do património cultural, a material e a imaterial, numa loja de comércio a retalho tendo como caso de estudo a casa Cardoso Cabeleireiro na cidade do Porto e*
- A imagem como meio de valorização e crítica do património imaterial.*

*Este tema surge da afinidade que sinto por lojas antigas e da vontade de participar numa estratégia que ajude na manutenção destas casas como espaços vivos de comércio.*

*Nesta fase da investigação e atendendo aos documentos que tenho como base, ou seja a convenção da UNESCO sobre património imaterial de 2003 e a Lei Portuguesa sobre património cultural de 2001, observo que a actividade de uma loja só poderá aspirar a ser classificada se se enquadrar no conceito de actividade artesanal ou de técnicas tradicionais de preparar alimentos. Desta forma, sabendo que o conceito de artesanato não é simples, nem de fácil consenso, gostaria de ouvir a sua opinião sobre determinadas questões.*

*A casa Cardoso Cabeleireiro abre as portas em 1906 e inicia então a produção de cabeleiras recorrendo a instrumentos como sedeiros, ferros de frisar e moldes. Os mesmos instrumentos da inauguração ainda hoje são utilizados por Horácio Teixeira e Israel Matos na confecção e manutenção de cabeleiras. Esta actividade descende do entusiasmo do fundador da loja que observa em Paris, nos finais do século XIX, novas técnicas e modelos de cabeleiras que rapidamente importa para Portugal. Esta vontade de actualização com a profissão e os gostos dos clientes pode sentir-se quando se observa as antigas páginas de revistas que ainda hoje se encontram nesta loja. Esta casa é pelo que sei a única em Portugal que ainda produz cabeleiras à mão e por isso a tentação de considerar esta actividade uma actividade artesanal, mas será que o é e se o é porque tenho eu tantas reticências em considerar estas cabeleiras artesanato?*



*Actividade de fabrico à mão de cabeleiras, algumas etapas:*



*Actividade no tear*



*Actividade de frisar a cabeleira*

**Questões**

**1 – Como descrever uma actividade artesanal? Como descrever um artesão?**

*É, sem dúvida, uma actividade artesanal tradicional.*

*Porquê? Porque se trata de um ofício ou arte tradicional que recorre ao trabalho manual e que produz peças únicas, no sentido de diferenciadas (não em série). O artesão domina todo o processo produtivo, ainda que possa haver recurso a maquinaria e trabalho especializado. Aliás, a actividade “fabrico de perucas” consta do repertório de actividades artesanais anexa ao Manual de Procedimentos do Estatuto do Artesão e da Unidade Produtiva Artesanal, com um CAE específico (36636). (Portaria 1193/2003 de 13 de Outubro). Assim, também a Casa Cardoso Cabeleireiro pode ser considerada uma Unidade Produtiva Artesanal. Sugiro que passe a adoptar o termo **artes e ofícios** em vez de artesanato. Isto porque a história recente construiu um discurso à volta do termo artesanato que subverteu o conceito, alargou o âmbito e confundiu as coisas. Assim, com facilidade enquadra o fabrico de perucas na respectiva arte/ofício, esbatendo a questão se é ou não artesanato (é claro que é, mas a abrangência do termo e dos critérios hoje associados, tornam complexa uma definição única).*

**2 – A produção de cabeleiras é uma actividade artesanal?**

*Penso que deveria ler um pouco mais sobre estes conceitos, já que acho que tem uma visão um pouco redutora do conceito principal.*

*Conceito de actividade artesanal, publicado no diploma legal:*

*“A actividade artesanal é uma actividade económica, de reconhecido valor cultural e social, que assenta na produção, restauro ou reparação de bens de valor artístico ou utilitário, de raiz tradicional ou contemporânea, e na prestação de serviços de igual natureza, bem como na produção e preparação de bens alimentares, no equilíbrio entre a fidelidade aos*

*processos tradicionais e a abertura à inovação.*

*Fidelidade aos processos tradicionais caracterizado por:*

- intervenção pessoal como factor predominante, nas fases do processo produtivo em que se influencie ou determine a qualidade e a natureza artesanal do produto ou serviço final;*
- produto final de fabrico individualizado e genuíno.*

*Abertura à inovação nos seguintes domínios:*

- adequação do produto final às tendências do mercado e a novas funcionalidades, desde que conserve um carácter diferenciado relativo à produção industrial;*
- adaptação dos processos produtivos, equipamentos e tecnologias de produção, por imperativos de ordem ambiental e de higiene e segurança no local de trabalho e por forma a diminuir a penosidade do processo produtivo ou a rentabilizar a produção desde que em qualquer caso seja salvaguardada a natureza e qualidade do produto final;*
- utilização de novas matérias-primas por razões de maior adequação ao resultado final pretendido, desde que, no caso da produção de bens de raiz tradicional tal substituição não descaracterize o produto ...”*

*“Conceito de Artesão”*

*Artesão é o trabalhador que exerce uma actividade artesanal, por conta própria ou por conta de outrem, inserido numa unidade produtiva artesanal reconhecida, ao qual se exige:*

- domínio dos saberes e técnicas inerentes à actividade em causa;*
- apurado sentido estético e perícia manual”.*

*Agradecendo desde já toda a atenção que este questionário lhe possa merecer.*

*Atenciosamente,*

*Ana Moreno*

Nome do estabelecimento: **Cabeleireiro Sousa**

Entrevista a: **Clotilde Sousa** (esposa do proprietário)

**Localização:** Rua Sá da Bandeira, n.º13 – Porto

**Actividade:** Cabeleiro unisexo

16 de Julho de 2008

***Qual a data de fundação desta casa?***

*Esta casa abriu ao público em 1916 pela mão do senhor Tinoco. Na época era conhecida como a Barbearia Tinoco.*

***A actividade desta loja sempre foi a mesma?***

*Bem esta casa abriu como barbearia e assim funcionou até o meu marido a adquirir por volta do 25 de Abril, a partir de então passou a chamar-se Cabeleiro Sousa tendo como público alvo tanto homens como mulheres. Aliás para a altura a grande inovação foi termos colocado mulheres a tratar dos cabelos dos homens.*

***Considera esta casa uma referência dentro do seu ramo de actividade?***

*Bem hoje em dia com tanta concorrência não sei se somos uma referência, mas que somos bons a cortar cabelo somos. Muitos dos nossos clientes são clientes habituais, ou seja cortam aqui o cabelo há anos. Existe até um senhor que gosta que lhe lavemos o cabelo para a frente como se fazia antigamente. Agora onde sim somos uma referência é no facto de termos mantido este espaço fantástico tal como ele sempre foi.*

***Esta loja pertenceu sempre à mesma família?***

*Não tal como lhe disse o meu marido adquiriu esta loja em 1974 porque achou que seria um bom negócio, neste momento como ele está doente estou eu à frente do negócio.*

***Este espaço comercial sofreu alguma alteração profunda desde a sua fundação?***

*Esta casa é obra do arquitecto Marques da Silva, autor do Teatro Nacional de S. João, da Casa de Serralves ou do Liceu Alexandre Herculano, ou seja um arquitecto muito conhecido no Porto e de grande prestígio. Por isso, mas também porque gostamos muito da casa, mantivemos tudo quanto pudemos, mas com o passar dos anos fomos obrigados a fazer remodelações. Por exemplo tivemos que introduzir estas bases para o pescoço para assim podermos*

*lavar a cabeça dos clientes enquanto estes estão sentados, tivemos que trocar todos os espelhos de cristal por espelhos de vidro excepto os das portas, trocámos o couro original das cadeiras por napa porque na altura não havia dinheiro, introduzimos torneiras com água quente e fria ou seja introduzimos alguns elementos necessários para o trabalho. O que de facto tenho pena é de termos dado duas das três caldeiras em bronze de aquecimento de toalhas que hoje já pouco se vêem, os globos em vidro pintados à mão que cortavam a intensa luz destas lâmpadas e a porta toda em ferro forjado que o meu marido vendeu inteira e de uma só vez muito por culpa de um arquitecto ou engenheiro da câmara municipal. Dessa porta tenho saudades, porque era muito bonita ao contrário desta caixilharia em alumínio que temos agora, mas enfim não temos dinheiro para fazer uma nova e se quer que lhe diga já nem sei onde pára a outra. Bem, mas apesar de tudo mantivemos o chão, o tecto, os lavatórios, os armários, as cadeiras, o tira fichas os afiadores de lâminas entre outras coisas. Sabe gostamos desta casa assim tal como ela é.*

***Tem clientes habituais?***

*Sim como já lhe disse. Sabe esta casa nos anos sessenta e setenta era muito conhecida e vinham aqui cortar o cabelo artistas conhecidos que actuavam no teatro Sá da Bandeira. Lembro-me do Camilo de Oliveira, do Ruy de Carvalho e sei que o Henrique Santana também vinha cá.*

***Considera esta uma loja tradicional?***

*Sim claro que sim. Só tenho pena é de não termos uma fachada mais bonita porque para mim é a única coisa que falta.*

***Tem conhecimento se esta casa está classificada como património cultural?***

*Acho que não está precisamente pelo problema da fachada, mas já saímos em alguns artigos de revista o que mostra que somos uma casa bonita. Muitas pessoas pedem para entrar e tirar fotografias e ficam encantadas com o espaço e os objectos.*

***Gostaria que esta casa fosse classificada como património cultural?***

*Gostava muito.*

***Quais os benefícios/desvantagens que encontra neste tipo de classificação?***

*Bem benefícios económicos não sei, mas é sempre um orgulho vermos as nossas coisas e o nosso trabalho reconhecido e valorizado.*



Nome do estabelecimento: **Cardoso Cabeleireiro**

Entrevista a: **Horácio Teixeira** – um dos proprietários

**Localização:** Rua do Bonjardim, n.º105 – Porto

**Actividade:** Fabrico, venda e aluguer de cabeleiras artesanais e industriais

19 de Julho de 2009

***Qual a data de fundação desta casa?***

*Esta casa foi fundada em 1906 pela mão do senhor Jerónimo Cardoso Jorge. Ele era uma pessoa com muitos contactos que viajou para Paris, para o Brasil, para Espanha e queria estar sempre ao corrente das melhores técnicas de fabrico de cabeleiras. Esta loja abriu ao público porque o senhor Jerónimo queria aliar num mesmo espaço a venda, a prova, o fabrico e o armazenamento de cabeleiras. Para além de loja este lugar servia também como sede dos seus negócios, enquanto viajava os seus sobrinhos que viviam com ele tomavam conta do negócio. Esta loja é muito central e passa por aqui muita gente por isso é que o senhor Jerónimo escolheu este lugar.*

***A actividade desta loja sempre foi a mesma?***

*Sim sempre foi a mesma, sempre produzimos cabeleiras à mão, mas isto mais dia menos dia desaparece. Nem mesmo o cabelo natural já se encontra, hoje em dia as mulheres já não deixam crescer o cabelo como antigamente. Sabe ainda hoje utilizamos as mesmas ferramentas do dia da inauguração, ainda estão impecáveis, bem nós também as tratamos bem porque como estas já não se fazem, e as técnicas ainda são as mesmas que aprendemos quando éramos crianças. Começámos os dois a trabalhar muito cedo nesta arte e cá continuamos porque ainda vai dando dinheiro e nós também não sabemos fazer outra coisa, para além de gostamos do que fazemos. Hoje em dia no Porto e quiçá em Portugal somos os únicos a fazer cabeleiras à mão.*

***Porque é que dizem que a vossa arte desaparecerá?***

*Porque os jovens de hoje em dia já não se interessam por estas coisas. O que querem é computadores, tem muito pouca paciência para aprender ofícios que levam tempo e paciência. Para além disso não gostam de estar sempre fechados no mesmo lugar querem viajar e ganhar dinheiro. Mas com o desemprego que há bem não sei... apesar de não sermos ricos esta loja dá para ganharmos dinheiro.*

***Mas já tentaram ensinar?***

*Sim claro que sim nós somos os primeiros a querer que esta arte continue. Há algum tempo tivemos aqui alguns aprendizes, mas de pouco serviu. Não eram pessoas que quisessem seguir esta profissão e tivessem paciência para isto. Aliás já tentámos mais do que uma vez, mas ninguém se interessa o suficiente para querer continuar a aprender, estão aqui um par de meses e logo se vão embora, ficam fartos percebe? Não têm paciência.*

***Considera esta casa uma referência dentro do seu ramo de actividade?***

*Bem no Porto somos os únicos, a outra casa que existia fechou por falta de trabalho.*

***Quem é que compra cabeleiras hoje em dia?***

*Nós hoje em dia ganhamos dinheiro não só a vender cabeleiras mas também a alugá-las e mantê-las. Ou seja alugamos para procissões, museus, teatro e cinema. A manutenção é quando alguém compra a cabeleira e depois da usar manda-a para que nós tratemos dela. Estes objectos necessitam de cuidados, precisam que sejam frisados e penteados para que os cachos se mantenham. Vender ainda se vendem a pessoas com problemas de saúde por exemplo, ou de falta de cabelo.*

***Esta casa pertenceu sempre à mesma família?***

*Depois do fundador da loja morrer, o senhor Jerónimo, julgo que a casa passou para os seus sobrinhos Manuel e António Cardoso que constituíram uma sociedade. Entretanto o senhor Manuel morreu e mais tarde o senhor António e a esposa também e como não tinham descendentes directos passaram a loja para nosso nome. Ou seja nós não somos da família mas não somos estranhos, além de conhecemos muito bem o ofício, tínhamos uma óptima relação com os senhores Manuel e António.*

***Este espaço comercial sofreu alguma alteração profunda desde a sua fundação?***

*Não está bastante idêntica à original. Mudámos foi as lâmpadas para termos mais luz e o reclamo exterior nos anos oitenta, senão me engano, o restante mobiliário e até os instrumentos que usamos são os mesmos da inauguração.*

***Têm clientes habituais?***

*Sim claro especialmente aqueles a quem alugamos cabeleiras e as mantemos porque também somos os únicos a fazê-lo.*

***Considera esta uma loja tradicional?***

*Sim aliás até saímos num livro editado pela Livraria Lello. Nós estivemos lá no dia do lançamento do livro e temos por aí o símbolo que nos deram de como somos uma loja tradicional.*

***Tem conhecimento se esta casa está classificada como património cultural?***

*Eu acho que sim como saímos nesse livro, mas certeza não tenho.*

***Gostaria que esta casa fosse classificada como património cultural?***

*Bem senão estiver sim, mas se quer que lhe diga não vejo grande utilidade. Nós já somos uma casa muito conhecida, já saímos em várias revistas, por isso o sermos classificados não alteraria o nosso dia a dia.*

***Quais os benefícios/desvantagens que encontra neste tipo de classificação?***

*Foi o que eu lhe disse benefício não vejo nenhuma desvantagem também não, é verdade.*

***O que pensa de uma possível classificação da vossa actividade de maneira a ajudar a que não desapareça?***

*Não sei o que lhe diga, porque de facto já tentámos e não funcionou. Não sei se outras pessoas podiam fazer melhor, mas sinceramente acho que não iria fazer grande diferença.*

Nome do estabelecimento: **Casa Hortícola**

Entrevista a: **Isidro Santos** (empregado da loja)

**Localização:** Rua Sá da Bandeira, n.º 304 – Porto

**Actividade:** Lojas de produtos hortícolas

23 de Julho de 2009

***Qual a data de fundação desta casa?***

*Esta casa abriu em 1921 e o seu fundador foi o senhor António Moreira da Silva. Desde que me lembro que sempre foi assim como agora a vê. Antes existiu aqui uma salsicharia.*

***A actividade desta loja sempre foi a mesma?***

*Sim, sempre foi a mesma, claro que ao longo dos anos fomos introduzindo novos produtos e retirando outros que já não se vendiam. Houve uma altura que tínhamos viveiros, mas tivemos que deixar o negócio.*

***Considera esta casa uma referência dentro do seu ramo de actividade?***

*Sim, apesar de existirem outras casas que vendem produtos idênticos aos nossos, penso que somos uma referência, não só pelo tempo que levamos abertos, mas também pelo conhecimento que fomos adquirindo ao longo dos anos.*

***Esta loja pertenceu sempre à mesma família?***

*Bem o fundador como lhe disse foi o senhor António Moreira da Silva que morreu em 1957. Era uma pessoa muito distinta com um enorme conhecimento sobre plantas. Depois dele ficou a esposa a tomar conta do negócio. Pouco tempo depois a senhora Maria Estrela Soeiro casa-se com o senhor António Ferreira de Sousa e os dois tomam conta da loja até hoje. Eu sou empregado nesta casa já lá vão mais de 55 anos.*

***Este espaço comercial sofreu alguma alteração profunda desde a sua fundação?***

*Não está exactamente igual como no dia da inauguração, até temos ainda os lavatórios da antiga salsicharia guardados no primeiro andar. Nós gostamos da casa assim.*



***Tem clientes habituais?***

*Sim temos vários clientes habituais. Nós aqui temos produtos muito bons e como conhecemos bem as pessoas e sabemos o que costumam levar damos conselhos e por isso as pessoas voltam. De resto claro passam por aqui muitos turistas a admirar a casa.*

***Considera esta uma loja tradicional?***

*Sim acho que sim, até já saímos numa publicação sobre lojas de tradição há uns anos atrás, ainda temos para ali o emblema que nos deram.*

***Tem conhecimento se esta casa está classificada como património cultural?***

*Eu julgo que sim, mas não tenho a certeza.*

***Gostaria que esta casa fosse classificada como património cultural?***

*É como lhe disse penso que sim porque já saímos em livros, em revistas e jornais, mas ao certo não sei dizer mais nada. Se não estiver claro que gostaria, esta casa é linda toda a gente diz o mesmo.*

***Quais os benefícios/desvantagens que encontra neste tipo de classificação?***

*Benefícios? Não sei, provavelmente nenhum, mas ficaríamos contentes na mesma.*

Nome do estabelecimento: **Drogaria Louzada**

Entrevista a: **Edmundo Santos** (proprietário)

**Localização:** Largo de S. Domingos, nº104-105 – Porto

**Actividade:** Venda de diversificados produtos de casa e higiene pessoal

4 de Agosto de 2009

***Qual a data de fundação desta casa?***

*Esta casa foi fundada em 1923 por Manuel Baptista Pereira.*

***A actividade desta loja sempre foi a mesma?***

*Sim sempre foi a mesma e se houve alturas em que éramos 4 a 5 a trabalhar ao mesmo tempo, agora só sou eu e pouco se vende. Eu tenho aqui produtos antigos, como a pasta medicinal Couto, o limpa metais Coração ou a tinta para sapatos Búfalo, mas em geral quem os compra são pessoas que querem produtos antigos e quando chegam aqui ficam maravilhadas não só com os produtos mas também com a própria loja, mas vende-se pouco. Pelo vistos vende mais uma loja que abriu à pouco na rua acima do edifício Douro que tem a mesma pasta medicinal Couto ao triplo do preço que eu tenho aqui, mas eu quero vender como sempre fiz, não vou subir os preços porque está na moda porque estes produtos sempre os vendi e é aqui o seu lugar e não numa loja que se dedica só a artigos antigos.*

***Considera esta casa uma referência dentro do seu ramo de actividade?***

*De referência não sei, agora que está entre as mais antigas e bem conservadas do centro do Porto isso sim.*

***Pertenceu sempre à mesma família?***

*Sim sempre pertenceu à família Pereira, no entanto quando o último descende que aqui trabalhou morreu os filhos deste não quiseram continuar com o negócio e então propusem-me ficar com a exploração desta casa e passaram-na para meu nome, mas se quer que lhe diga hoje arrependo-me. Na altura pareceu-me bem porque claro eu comecei a trabalhar nesta loja aos 12 anos e aos 40 não sabia fazer outra coisa se não trabalhar atrás de um balcão e por aceitei, mas isto não rende nada só dá é chatices.*

***Este espaço comercial sofreu alguma alteração profunda desde a sua fundação?***

Não nenhuma, tanto os móveis como o chão são os mesmos da fundação. Há uns tempos atrás mandei repintar os móveis, aliás houve quem já os quisessem comprar, mas eu não os vendo fazem parte da casa para além de serem práticos e muito bonitos por isso toda a gente fica admirada quando os vê.

***Têm clientes habituais?***

Sim os que moram aqui na zona, mas a maioria das pessoas prefere ir comprar aos shoppings o que nos deixa sem clientela a nós que trabalhamos no centro. Antigamente viviam aqui famílias inteiras, às vezes com 12 pessoas era um rodopio. Nessa altura vendia-mos muito, mas agora o centro está deserto e as poucas pessoas que aqui vivem são idosas e como não podem ir aos shoppings compram aqui. Fora estas pessoas a escola aqui ao lado sempre ajuda e a ver vamos como será quando abrir a tal casa das artes aqui ao lado, porque definitivamente não são os turistas que compram esses pedem é para tirar fotografias.

***Considera esta uma loja tradicional?***

Sim acho que é tradicional. Esta casa sempre foi assim desde que eu me lembro, com os mesmos móveis, com as mesmas peças de medida que hoje já não se usam, mas estão ali atrás. Os produtos é que claro são diferentes mas mesmo assim tenho produtos muito antigos como lhe disse, alguns até já nem se fabricam como esse sabão para bebés atrás de si, esses que estão aí são os últimos que restam.

***Tem conhecimento se esta casa está classificada como património cultural?***

Eu julgo que sim, porque estamos dentro da área património da humanidade e até já veio aqui um arquitecto da câmara dizer que não podíamos alterar nada sem antes pedir autorização, mas não me interessa muito por essas coisas.

***Quais os benefícios/desvantagens que encontra neste tipo de classificação?***

Benefícios não vejo nenhum, quando muito o poder ser mais conhecida, quanto a desvantagens também não vejo, uma vez que não tenciono alterar nada na loja porque gosto muito dela como está.

Nome do estabelecimento: **Machado Joalheiro**

Entrevista a: ? (filho do proprietário)

**Localização:** Rua 31 de Janeiro, n.º200 – Porto

**Actividade:** Venda de joalharia e ourivesaria

10 de Agosto de 2009

***Qual a data de fundação desta casa?***

*Em 1880 abrimos a primeira ourivesaria, a Ourivesaria Cunha, na rua do Loureiro, o arquitecto responsável pela loja foi Francisco Oliveira um arquitecto bem conhecido na cidade do Porto. No entanto e apesar de grandes remodelações o senhor Cunha, nos finais do século XIX, decidiu mudar o estabelecimento para esta rua a 31 de Janeiro, na mesma altura em que se abriram as ruas de Santa Catarina e Sá da Bandeira. Em 1914 abriu a loja tal como ela é hoje. Algumas das peças da loja da rua do Loureiro foram trazidas para aqui, como os anjos da frontaria ou o móvel expositores que está lá dentro. O arquitecto de ambas as lojas foi o mesmo, bem como o escultor. Aliás alguns móveis foram desenhados de propósito para esta loja. O senhor Cunha primava pela excelência.*

***A actividade desta loja sempre foi a mesma?***

*Bem podemos dizer que sim, sempre trabalhámos com jóias e relógios. Aliás houve uma altura em no primeiro andar tínhamos um joalheiro a trabalhar connosco. Hoje em dia ainda desenhamos algumas jóias, ou seja temos colecções próprias, mas já não as produzimos aqui. Relativamente à actividade de joalharia o que lhe posso adiantar, é que temos um projecto de abrir no andar de baixo desta loja um pequeno museu de uso privado com maquinaria antiga de joalharia e alguns desenhos de peças originais. Queremos ainda lançar um livro com desenhos de jóias das nossas colecções.*

***Porque não continuaram a fabricar jóias com joalheiros próprios?***

*Porque entretanto deixou de ter rentabilidade económica. A nossa loja tanto vende jóias próprias como de outras marcas e por esse motivo considerámos que seria economicamente mais vantajoso encomendar o fabrico dos nossos desenhos a joalheiros num sistema de outsourcing desta forma só encomendamos quando queremos ou temos necessidade.*



***Considera esta casa uma referência dentro do seu ramo de actividade?***

*Sim na cidade do Porto pela sua história e tradição julgo que sim, pelo menos é o que todos desejamos.*

***Esta casa pertenceu sempre à mesma família?***

*Sim, apesar de os nomes terem sido alterados, ou seja passámos de ourivesaria Cunha para Machado Joalheiro a família foi sempre a mesma. O senhor Cunha era tio do meu avô Jacinto Ramos Machado. Bom em termos breves posso-lhe contar a história. O Senhor Cunha abriu a sua loja na Rua do Loureiro e esta ficou conhecida como a Ourivesaria Cunha, Pratas e Pedras Preciosas. Depois passou a Ourivesaria Cunha e Sobrinho isto nos finais do século XIX. Em 1913 nasce o meu avô e na década de trinta passa a trabalhar numa ourivesaria aqui na baixa. Entretanto o senhor Cunha que era uma pessoa perspicaz fazia visitas regulares a outras ourivesarias e numa dessas visitas observou o meu avô e como este trabalhava bem e era da família contratou-o. Por volta dos 40, 50 o senhor Cunha ofereceu-lhe 50% da sociedade fruto do seu bom trabalho. Entretanto dois ou três anos depois o senhor Cunha morre e o filho não se interessa pelo negócio e pouco tempo depois acaba também por falecer. Assim com o falecimento do filho do senhor Cunha todo o negócio passa para as mãos do meu avô. Mais este altera o nome do estabelecimento para Machado Joalheiro e desde então a propriedade da loja tem passado de pais para filhos.*

***Este espaço comercial sofreu alguma alteração profunda desde a sua fundação?***

*Algumas alterações sim, mas nada de muito profundo. A última remodelação que fizemos foi no ano 2000 quando limpámos a fachada, organizámos o espaço lá em baixo, colocámos alcatifa no chão e colocámos a montra do fundo. A montra lateral foi à relativamente pouco tempo. De resto os armários, o tecto, a fachada com os anjos do escultor José de Oliveira Ferreira irmão do arquitecto, entre outros elementos foram mantidos tal e qual como sempre foram desde a inauguração.*

***Têm clientes habituais?***

*Sim temos alguns, esta loja existe há tanto tempo que algumas pessoas confiam muito em nós para comprar joalharia.*

***Considera esta uma loja tradicional?***

*Sim julgo que sim apesar de termos uma visão muito moderna do comércio como se pode observar pela abertura da nossa loja na Avenida da Boavista. Uma loja muito moderna ao*

*contrário desta que será sempre a casa mãe, a nossa jóia da coroa.*

***Tem conhecimento se esta casa está classificada como património cultural?***

*Desde o ano 2000 que esta casa está classificada como património de interesse público. Fomos nós que conduzimos todo o processo. Ou seja a partir de então tanto a fachada como o mobiliário interior estão protegidos e não podemos realizar nenhuma alteração sem pedir permissão aos arquitectos da Câmara do Porto e do IGESPAR*

***Quais os benefícios/desvantagens que encontra neste tipo de classificação?***

*Bem traz sempre alguns benefícios fiscais, mas muito poucos. O que de facto nos interessava era dar mais prestígio à casa e claro o gosto de vermos reconhecido o valor arquitectónico da nossa loja.*







# XIII

XIII CAPÍTULO – Imagens de um percurso





XIII



Ribeira - Porto



Loja encerrada – Porto

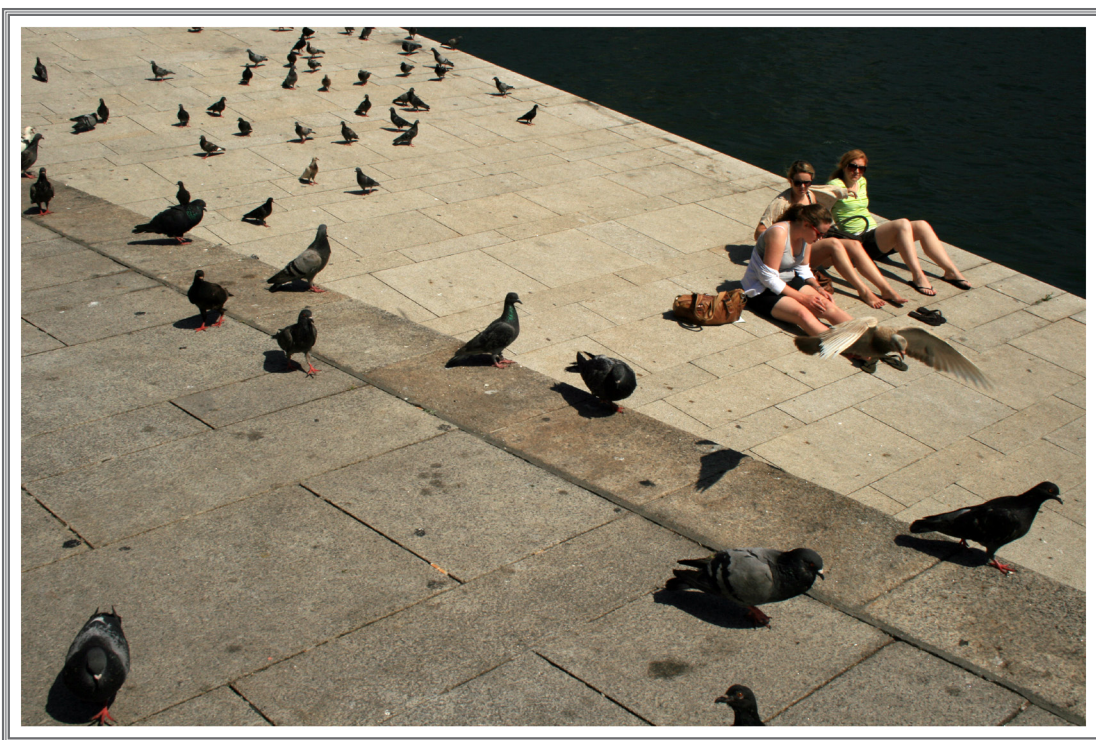


Ribeira – Porto





Ribeira – Porto



Ribeira – Porto





Ribeira – Porto



Foz – Porto





Sardanas – Barcelona



Sardanas – Barcelona





Praça Almeida Garret – Porto

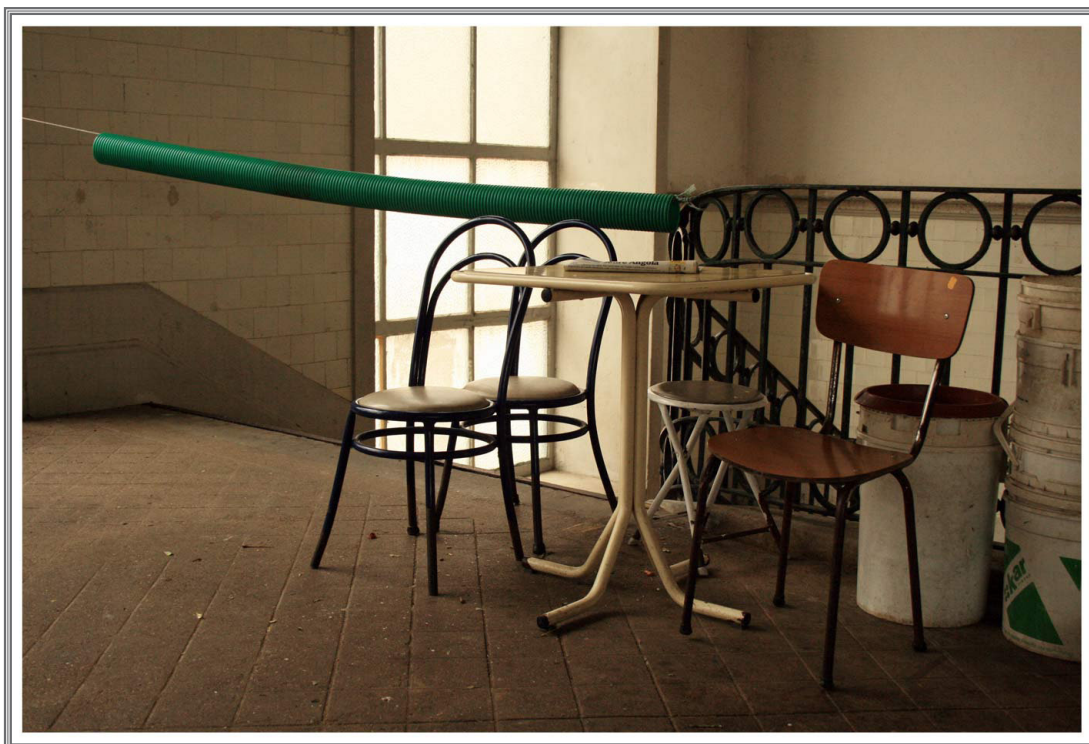


Mercado do Bolhão – Porto

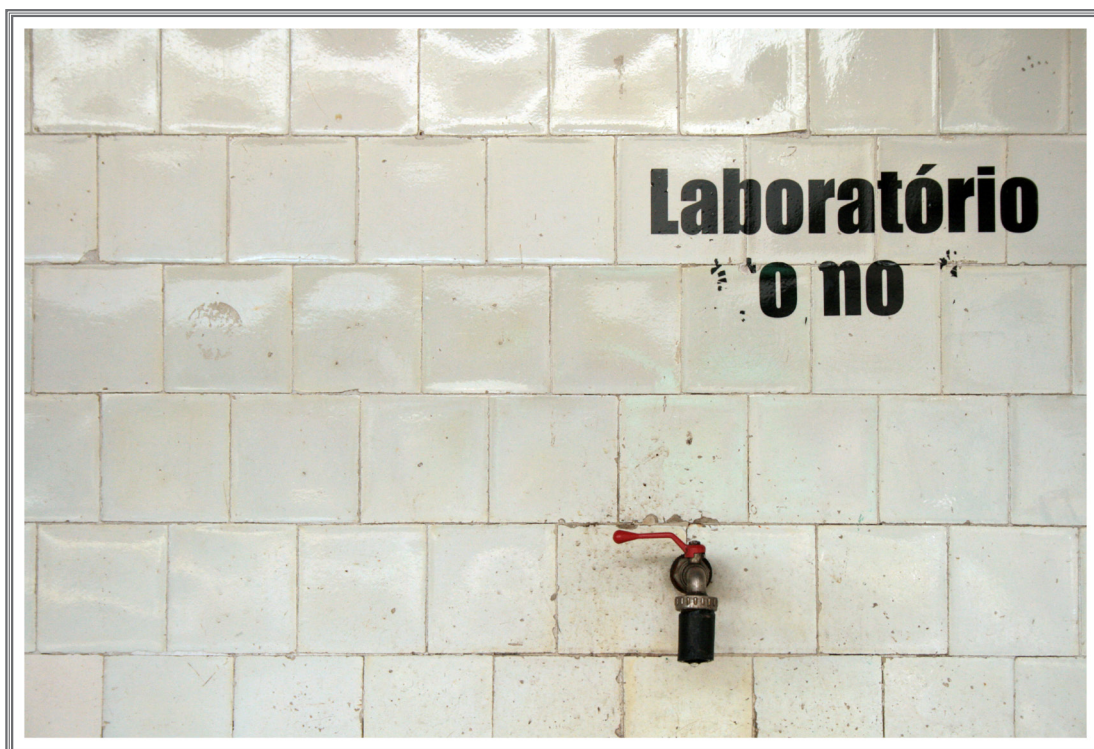


Mercado do Bolhão – Porto





Mercado do Bolhão – Porto



Mercado do Bolhão – Porto





Sagrado Coração de Jesus – Porto



A Pompadour – Porto



Cabeleireiro Sousa – Porto





Macdonald Imperial – Porto





Casa Neves – Porto





Artesão – Vila Real



Cardoso Cabeleireiro – Porto





Cardoso Cabeleireiro – Porto



Cardoso Cabeleireiro – Porto



Drogaria Louzada – Porto